



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA - PPGEDUC  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA**

**MARCILÉIA WANZELER DE SOUZA VASCONCELOS**

**EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ILHA DA  
CONCEIÇÃO (MOCAJUBA-PARÁ), EM REGISTROS  
ETNOECOLÓGICOS**

**CAMETÁ  
2017**

MARCILÉIA WANZELER DE SOUZA VASCONCELOS

**EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ILHA  
DA CONCEIÇÃO (MOCAJUBA-PARÁ), EM  
REGISTROS ETNOECOLÓGICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

CAMETÁ  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a)  
autor(a)

---

VASCONCELOS, Mariléia Wanzeler de Souza.

Experiências de Ocupação da Terra na Ilha da Conceição (Mocajuba-Pará) em  
registro Etnoecológicos :

Experiências de Ocupação da Terra na Ilha da Conceição (Mocajuba-Pará) em registro  
Etnoecológicos/

Mariléia Wanzeler de Souza. VASCONCELOS. - 2017.

111 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura  
(PPGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará-Cametá,  
2017.

Orientação: Prof. Dr. Francivaldo Alves, NUNES.

1. Etnoecologia. 2. Ocupação de terra. 3. Produção rural. 4. Paisagem. 5. Experiência
- I. NUNES, Francivaldo Alves., orient. II. Título
- 

CDD 370

MARCILÉIA WANZELER DE SOUZA VASCONCELOS

**EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ILHA DA  
CONCEIÇÃO (MOCAJUBA-PARÁ), EM REGISTROS  
ETNOECOLÓGICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes  
PPGEDUC/UFPA - Orientador

---

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira  
PPGEDUC/UFPA - Examinadora Interna

---

Prof. Dr. José Sobreiro Filho  
PPGEO/UFPA - Examinador Externo

---

Prof. Dr. José Valdinei Albuquerque de Miranda  
PPGEDUC/UFPA - (Suplente)

CAMETÁ  
2017

*Dedico este trabalho às famílias Batista e Wanzeler, que tiveram suas raízes nas áreas ribeirinhas de Cameté e Mocajuba; nas pessoas de meus pais, Benedito e Lucilene; meus filhos, Rubens Thiago e o bebê (In memorian), que crescia em meu ventre; e ao meu esposo Josaphat Neto, que contribuiu nas fases finais deste trabalho.*

## **Agradecimentos**

Neste espaço, gostaria de homenagear as pessoas que realmente contribuíram na realização deste trabalho.

A Deus, soberanamente, sou grata pela Sua bondade em estar ao meu lado nos momentos de desesperança e cansaço. A força encontrada não poderia emanar de outro Ser.

Ao meu orientador, prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, que inúmeras vezes corrigiu e me encaminhou neste trabalho, nas leituras indicadas e nos momentos de desespero, de apagões, não relutou em ajudar, acalmando-me com palavras sábias, com suas orientações e indicações de leituras fundamentais para construir os elementos teóricos; na escolha da banca de qualificação, com as indicações dos professores José Sobreiro Filho e Mara Rita Duarte Oliveira, que fizeram contribuições importantes para a construção de um novo capítulo e para o desenvolvimento dos outros capítulos da dissertação; contribuições, sem dúvida, fundamentais para o encaminhamento do trabalho, conclusão da escrita e concretude na defesa das ideias; a esses dois professores brilhantes, externo meus agradecimentos.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC, pela oportunidade em poder fazer parte da turma do mestrado, do Campus de Cametá, que lutou para que o programa pudesse existir nesse município, dando-nos oportunidades de cursarmos um curso de excelência. E é claro, aos grandes mestres que estiveram ministrando as disciplinas, meu muito obrigada!

Ao Rubens, meu filho, companheiro nas horas mais difíceis, contribuindo com seu amor e atenção e, acima de tudo, com sua compreensão em todos os dias que não pude lhe dar a atenção merecida. E, também, a essa pequena sementinha que cresce em meu ventre.

Aos meus pais, Benedito Batista de Souza e Maria Lucilene Wanzeler de Souza, por terem sido sempre amigos, companheiros, por cuidarem de mim e do meu filho, por terem me impulsionado a ir além do que as minhas forças eram capazes. Por estarem sempre por perto, socorrendo-me e segurando em minhas mãos. Ao meu esposo Josaphat Neto, pelos cuidados nos momentos em que minha atenção estavam voltadas para este trabalho.

Aos grandes companheiros que conheci pelo caminho das aulas do mestrado e também da pesquisa de campo. Pessoas incríveis, de saberes indescritíveis; atenciosas e que não mediram esforços em contribuir com a pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de ocupação da terra, através da apropriação da paisagem e da produção rural em comunidades amazônicas, partindo do pressuposto da etnoecologia, como um campo de pesquisa interdisciplinar. Envolve a relação entre formação histórica, conhecimento e suas diferentes formas de apoderamento do ambiente da floresta. A pesquisa foi desenvolvida na ilha da Conceição que compreende as comunidades de Santana, São Joaquim e Costa de Santana, localizadas no município de Mocajuba, na região Nordeste do Estado do Pará. O estudo pretende descrever a paisagem construída pelas atividades econômicas desenvolvidas nessa ilha, para que se possa entender como a floresta e o rio foram agentes ativos na interpretação do homem ribeirinho e, assim, perceber as estratégias de ocupação que engendraram conflitos e compreensões em torno do acesso, do uso da terra e dos valores que seus ocupantes foram construindo. Estudar comunidades rurais amazônicas, a partir do processo de ocupação da terra e da produção agrária, considerando as percepções humanas, ou seja, a relação do homem com o espaço vivido; levando a localizar os fenômenos espacialmente, explicando a razão da distribuição, considerando a importância das atividades econômicas ligadas à agricultura e ao extrativismo, demonstrando os lugares e as razões dessa ocupação é o que se propõe neste trabalho.

**Palavras-Chave:** Etnoecologia; Ocupação de Terra; Produção Rural; Paisagem; Experiência;

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the process of land occupation, through the appropriation of landscape and rural production in Amazonian communities, starting from the presupposition of ethnoecology, as an interdisciplinary field of research. It involves the relationship between historical formation, knowledge and its different ways of approaching the forest environment. The study was carried out on the island of Conceição, which comprises the communities of Santana, São Joaquim and Costa de Santana, located in the municipality of Mocajuba in the Northeast region of the State of Pará. The study intends to describe the landscape constructed by the economic activities developed in this island to it is possible to understand how the forest and the river were active agents in the interpretation of the riverside man and thus to understand the strategies of occupation that generated conflicts and understandings around the access, use of the land and the values that its occupants were constructing. To study rural Amazonian communities from the process of land occupation and agricultural production and taking into account human perceptions, that is, the relation of man and the lived space, which leads us to locate the phenomena spatially, explaining the reason for the distribution, considering the importance of economic activities linked to agriculture and extractivism explaining the places and the reasons for this occupation is what we propose.

**Keywords:** Ethnoecology. Land occupation. Rural Production. Land scape. Experience.

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS .....	10
LISTA DE IMAGENS .....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	22
1. CONCEITOS E MÉTODOS.....	22
1.1 A EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL: MÉTODO ETNOECOLÓGICO .....	22
1.2 O ESPAÇO E A PAISAGEM: TERRITÓRIO CONSTRUÍDO .....	33
CAPITULO II.....	36
2. ILHA DA CONCEIÇÃO, EM MEMÓRIA.....	36
2.1 OS PRIMEIROS QUE AQUI CHEGARAM.....	36
2.2 AS CASAS GRANDES E O SISTEMA DE AVIAMENTO.....	57
CAPITULO III .....	69
3. ENTRE SABERES: O AMBIENTE RESSIGNIFICADO.....	69
3.1 TERRITORIALIDADE NATURAL, TEMPO E O ESPAÇO: AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO .....	70
3.2 A FORMAÇÃO DO SABER RIBEIRINHO E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS .....	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	96
5. FONTES.....	98
5.1 FONTE DOCUMENTAL.....	98
5.2 FONTE ORAL.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	100
ANEXOS.....	111

## LISTA DE SIGLAS

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

COP21 – 21ª Conferência das Partes.

DAP – Declaração de aptidão ao Pronaf.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.

GEE – Gases do Efeito Estufa.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

iNDC – Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas ('i' sigla em inglês – intended).

NDC – Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONGs – Organizações não Governamentais.

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativistas.

PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo.

PNDS – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

POLOPROBIO – Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais.

PROGRAMA GEOMA – Geoinformação para Gestão Ambiental.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Renca – Reserva Nacional de Cobre e Associados.

SPU – Secretaria de Patrimônio da União.

SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Borracha.

TORMB – Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha.

UC – Unidades de Conservação.

UCS – Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre alterações Climáticas).

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Localização da área de estudo na ilha Grande Conceição .....	12
<b>Imagem 2</b> – Pari.....	52
<b>Imagem 3</b> – Matapi.....	53
<b>Imagem 4</b> – Paredão.....	53
<b>Imagem 5</b> – Antigo Comércio – Casa Grande.....	61
<b>Imagem 6</b> – Balança de cacau e borracha.....	64
<b>Imagem 7</b> – Pesos da Balança.....	65
<b>Imagem 8</b> – Processo de dispersão de frutos de muru-muru.....	70
<b>Imagem 9</b> - Processo de dispersão de frutos de muru-muru – Coleta.....	71
<b>Imagem 10</b> – Retirada do matapi.....	73
<b>Imagem 11</b> – Matapis iscados.....	73
<b>Imagem 12</b> – Cacho de Muru-muru.....	75
<b>Imagem 13</b> – Coleta de Açáí.....	79
<b>Imagem 14</b> – Touceira de Açáí.....	80
<b>Imagem 15</b> – Conserto do Matapi.....	82
<b>Imagem 16</b> – Iscagem do Matapi.....	83
<b>Imagem 17</b> – Iscagem do Matapi.....	83
<b>Imagem 18</b> – Casa Palafita.....	84
<b>Imagem 19</b> – Jirau Curral Suspenso 1.....	85
<b>Imagem 20</b> – Jirau Curral Suspenso 2.....	85
<b>Imagem 21</b> – Horta no casco.....	86
<b>Imagem 22</b> – Horta.....	86
<b>Imagem 23</b> – Estufa de Sementes de andiroba, muru-muru e ucuúba .....	94
<b>Imagem 24</b> – Estufa de Sementes de andiroba, muru-muru e ucuúba.....	94

## INTRODUÇÃO

O “Portal de Transparência” do Governo Federal, uma espécie de prestação pública das verbas e obras desenvolvidas com recursos da união, estampa em uma edição de convênios por estados e municípios, a liberação de seiscentos mil reais para a construção de obras públicas nas comunidades rurais da ilha da Conceição.<sup>1</sup> Para um leitor mais desavisado, a postagem representaria apenas mais uma informação de obras públicas federais no município de Mocajuba, no Pará. No entanto, ao se observar as justificativas da liberação dos recursos como a necessidade de acesso fácil e rápido da comunidade aos mercados que pudessem consumir os seus produtos, a experiência produtiva voltada pela associação da prática agrícola e extrativa, a significativa produção rural e o número de famílias que podiam ser beneficiadas, tal informação aponta para outras questões que precisam ser analisadas.

Primeiro que o ato de acionar o poder público exige de uma comunidade rural um aspecto organizativo, sendo que o nível de resposta positiva das instituições é diretamente proporcional ao nível de organização. Outra questão é que as comunidades rurais estão a se organizar, prioritariamente, através da produção agrícola e/ou extrativa, o que para a Amazônia corresponde ao uso das terras, das florestas e dos rios. E por último, diríamos que estas formas de organização não estão circunscritas apenas a aspectos de produção e renda, mas envolvem valores, concepções, sentimentos sobre um determinado lugar (BONNEMAISON, 2002; DUCAN, 2004; TUAN, 1983).

A cessão de recurso por agências públicas, como é o caso dos valores liberados pelo Governo Federal, refere-se a uma ação que se justifica nos aspectos da organização, produção e valoração que se observa nessas comunidades que povoam a ilha da Conceição. Isto nos remete ao objeto de pesquisa aqui proposto, ou seja, compreender o processo de ocupação da terra no interior das comunidades rurais de Santana, São Joaquim e Costa de Santana, que formam a ilha da Conceição, situado no município de Mocajuba, Nordeste do Estado do Pará. E tais análises terão como principal aporte teórico a etnoecologia, que corresponde a um exercício de compreensão das formas como o ser humano entende, conhece e compreende o ambiente em que vive.

Forja-se no entendimento de que as comunidades rurais a serem analisadas estão inseridas em um denso espaço florestal, têm uma convivência secular com os elementos que

---

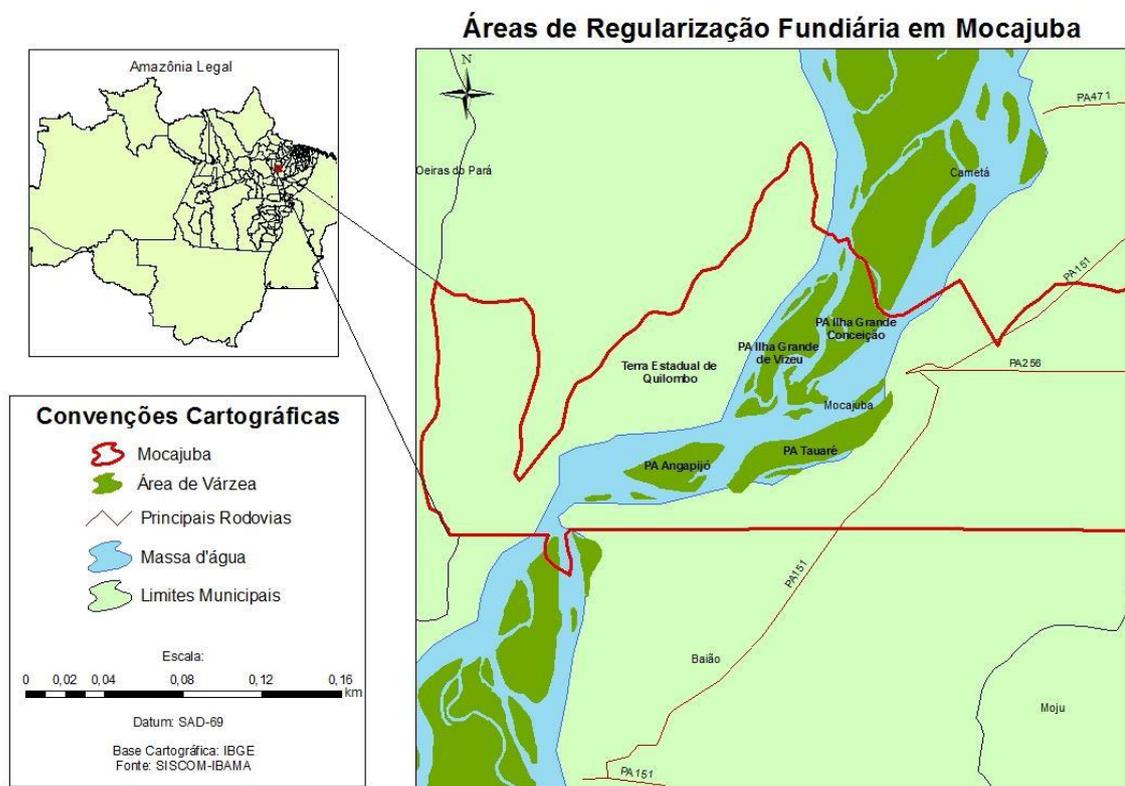
<sup>1</sup> Para acessar esta informação: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convencios/convencioslista.asp?uf=pa>.

integram este ambiente, usam os recursos naturais e planejam suas atividades de manejo baseada em uma detalhada e complexa observação dos fenômenos naturais e da vida em sua volta.

Essas questões que se apresentam como fundamentais para o entendimento do processo histórico formativo das comunidades amazônicas, justificam-se, por um momento, como instrumento para que os moradores compreendam melhor a sua própria comunidade; também pode ser utilizado para que os agentes públicos, diante dos apontamentos resultantes da pesquisa, possam planejar, construir e adequar as políticas públicas de atendimento a essas populações.

A ilha da Conceição é uma formação geomorfológica tipicamente aluvial; abrange uma área de 1.635.237,5 hectares. Com 280 (duzentos e oitenta) famílias, a ilha é uma PAE – Projeto de Assentamento Agro extrativista, deste 15 de novembro de 2009, pela portaria nº 187, como mostra o mapa abaixo. É um ecossistema que tem na sua dinâmica das águas e das marés, um elemento determinante para a formação dos processos que ligam os micro ambientes com alta fertilidade.

**Imagem 1:** Localização da área de estudo na ilha Grande Conceição.



Fonte: (PROGRAMA GEOMA, 2011, apud, ALMEIDA, 2013, p. 52)

Os Projetos de Assentamento Agro florestais (PAES), desenvolvidos pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nessa “modalidade é destinado à exploração de área dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundo de comunidades extrativistas”. Cabe ao instituto, a criação do projeto e a seleção dos beneficiários; captar os recursos para a instalação e também dar apoio à produção, assim como a infraestrutura básica (estrada de acesso, água e energia elétrica e a própria titulação da terra, são as diretrizes do instituto criado pela Portaria/INCRA, nº268, de 23 de outubro de 1996.)

Desde 2009, essas comunidades foram transformadas em uma PAE; no entanto, a pesquisa realizada percebeu que teoricamente a ilha faz parte de um programa importante do governo, que visa implementar desenvolvimento econômico das áreas de comunidades tradicionais, trazendo subsídios e créditos para tal. Hoje, as transformações ocorridas foram a chegada da energia elétrica e a construção de pontos de captação de água de poços, com a instalação de caixas d’águas em algumas residências; porém, o sistema de abastecimento de água está sendo substituído por alguns moradores, pois as primeiras construções foram de péssima qualidade. Enfim, ainda que a Ilha hoje seja uma PAE, os recursos não chegaram para os moradores da ilha da Conceição.

No Portal de transparência, foram liberados mais um milhão de reais do Governo Federal, que deveriam subsidiar as construções de mais de seis mil metros de pontes com estacas cravadas, que interligariam as casas dos moradores ao posto de saúde e à escola, assim como a implantação de quase cento e cinquenta unidades de micro estações de tratamento de água; no entanto, a pesquisa não identificou essas construções. Na comunidade de Santana, tem uma ponte que interliga apenas um aglomerado de moradores à escola. Na comunidade de São Joaquim, a construção estava inacabada e as micro estações que foram instaladas estavam quebrando e sendo substituídas pelos próprios moradores. E em muitas casas, havia apenas o início da construção.

A compreensão do processo de ocupação da terra e da produção rural em comunidades Amazônicas nos revela que há o desenvolvimento de sistemas agro florestais ou agro extrativistas, combinando a pecuária de pequeno porte à agricultura específica, que se dá pela intensificação de espécies locais como cacau, açaí, oleaginosas e produtos madeireiros e da pesca. Essa produção rural se dá pela relação entre homem e natureza, utilizando-se, neste trabalho, dos pressupostos teóricos da etnoecologia, como um campo de pesquisa

interdisciplinar, que envolve a relação entre formação histórica, conhecimento e suas diferentes formas de apropriação do ambiente natural da floresta; pautando-se melhor posteriormente.

E por etnoecologia entende-se o “estudo interdisciplinar de como a natureza é percebida por grupos humanos, através de um anteparo de crenças e conhecimentos, e como estes grupos, através de seus símbolos, usam e/ou manejam os recursos naturais”. (TOLEDO, 1990, p. 457). São esses conhecimentos adquiridos pela experiência, ou seja, pela práxis, que a etnoecologia ajuda a compreender que os sistemas locais abrangem um conhecimento ecológico como lógicos e complexos (GARCIA; SANZ, 2007, p. 46); principalmente porque se analisa o sistema ecológico e produtivo nessas populações tradicionais, sendo a centralidade que o trabalho propõe discutir.

Assim como Thompson (1998, p. 86), ao trabalhar com a categoria “costume”, mostra que os costumes podiam ser utilizados em interfaces das leis agrárias, pois está pautado na práxis, entendido no cotidiano das pessoas mais comuns, “*vulgares consuetudies*”, apresentando-se como algo que tem seu uso em comum e um tempo imemorial, assim o costume é “*lex loci*”, ou seja, é local. A partir desta ideia de costume, procuro entender as experiências que se constrem pela concepção, percepção e conhecimento da natureza, permitindo que se produza e reproduza, dando condições materiais e espirituais, apresentando como um elemento que foi motivador no processo de ocupação das terras (TOLEDO, 1990, p. 24).

Souto (2008, p. 16) se reporta ao conhecimento que as populações tradicionais adquiriram ao longo de suas gerações como algo que está longe do universo acadêmico; essas experiências são fruto do relacionamento direto com a natureza. Nesses espaços se constrói um universo cultural, envolto por “cosmologias, ideologias, crenças, além de um considerável corpo de conhecimento”. Ou seja, esses conhecimentos construídos pelos ribeirinhos não foram desenvolvidos por cientistas; no entanto, foram imprescindíveis e demonstram o nível de desenvolvimento dessas populações. Assim, constituíram um método que possibilitou a ocupação territorial e contribuiu para a sobrevivência dos ribeirinhos.

O conceito de tecnologias sociais será analisado posteriormente como produtos e técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade, em que representem efetivas soluções de transformação social. São experiências inovadoras que contribuem para resolver grandes problemas sociais. (SAMONEK et al., 2016, p. 14).

A chave metodológica para entender como as experiências foram desenvolvidas pelos moradores da ilha da Conceição, a memória individual e coletiva construídas pelos moradores, que foram analisados pelo aporte teórico da história oral; o campo empírico, que pautou-se pelo

laboratório de observação do dia a dia dos ribeirinhos, e essas informações foram tratadas pela teorização da etnoecologia, pois evidencia exatamente a relação criada entre homem e natureza, em que o espaço de trabalho do homem ribeirinho é a floresta e o rio. Para isso, foi necessário um questionário semi estruturado, que ajuda a qualificar e a quantificar, ampliando o resultante da análise do trabalho dos ribeirinhos. E para fechar com esses métodos, ampliou-se o campo teórico pela epistemologia ambiental, que ajuda na percepção e diálogo com os vários campos metodológicos que serão utilizados na pesquisa.

Considerando a estrutura do trabalho e a distribuição dos capítulos, optou-se por dividi-los em três momentos. No primeiro capítulo, o ponto central é compreender o campo teórico construído para analisar as estruturas que serão compreendidas, tendo como aporte teórico a Epistemologia Ambiental, norteando o trabalho e conseguindo, assim, dialogar com os vários campos do saber; tendo, deste modo, a etnoecologia como um elemento centralizador na percepção e análise das relações criadas entre o homem e a natureza. Um outro ponto, importante neste capítulo, é analisar o espaço e a paisagem que são construídos pelo homem, percebendo que o território criado é atribuído ao processo de entendimento do meio natural.

No segundo capítulo, temos dois pontos centrais de análise. O primeiro deles é pensar na memória que as pessoas têm do processo de formação da ilha da Conceição. Isso significa analisar a memória dos primeiros moradores, das famílias de quem foi pra lá. Como foi esse processo de chegar à ilha? Quem são seus ancestrais? Quem são essas pessoas que iniciaram esse processo?... entre outras questões que envolvem lembranças e esquecimentos. Segundo ponto importante, é pensar no sistema econômico que serão criados e desenvolvidos na ilha. As casas grandes e o processo de aviamento, estão ligados às formas como os homens ribeirinhos foram se estabelecendo na ilha.

Neste momento, é extremamente relevante a compreensão e a percepção nas falas dos moradores da ilha. Qual a memória que eles têm desse momento e desses sistemas econômicos, pois, trata-se de aspectos importantes nas formas de usos das terras e da relação com o ambiente natural. Entendemos, assim, que essas estruturas foram importantes no processo de ocupação que vai construir a identidade local, ou em outras palavras, o lidar com a terra, com as florestas e os rios, proporcionando a formação da cultura ribeirinha; que é o que se pretende defender neste capítulo; não deixando de destacar o processo de ocupação, considerando a memória dos moradores mais antigos, seja ela positiva ou negativa, diagnosticando o que se refere à sua ocupação pelos primeiros moradores, o que se construiu disso e ficaram registrados na

memória; fazendo um panorama do espaço de pesquisa, demonstrando o ambiente físico e cultural dos moradores da ilha.

Nesse momento da pesquisa, inicia-se o processo de afinamento para concentrar o entendimento do objeto de pesquisa, analisando os eventos e os acontecimentos que fazem referência às atividades econômicas. Detalhar-se-á as experiências de trabalho, revelando as formas de lidar com a terra, com a floresta e com o rio, percebendo, assim, as relações de solidariedade existente. Neste aspecto, “as casas grandes” constituem parte importante de compreensão, pois estes estabelecimentos comerciais foram pertinentes para as relações de trocas comerciais, pautadas principalmente pelo sistema de aviamento. Mas, também analisar a memória que esses sujeitos têm sobre os primeiros plantios, dos manejos da floresta e dos rios. Estas questões são relevantes nesta análise.

O título *Ilha da Conceição, em Memória*, se subdivide em duas partes: *Os primeiros que aqui chegaram* e *As casas Grandes e o Aviamento*. Nestes termos, têm-se como objetivo compreender, a partir da memória dos antigos moradores, como é construído o processo de formação da Ilha da Conceição e também analisar como o sistema econômico, criado e desenvolvido na ilha, foi pertinente para que realmente a ocupação fosse efetivada, como destacou-se anteriormente.

As fontes trabalhadas nesta dissertação estão pautadas nas entrevistas e análises documentais; no entanto, o primeiro capítulo baseia-se na oralidade, considerando a reconstrução da memória do ribeirinho, que é utilizada como direcionamento de compreensão das lógicas insulares e suas contribuições para o continente em um aspecto coletivo, tornando-se fundamental para que se possa entender a ilha no início de sua ocupação e sua estruturação hoje.

“A história oral tem sido útil, cúmplice e necessária na reconstituição de saberes, experiências, improvisações e lutas cotidianas vividas no âmbito de uma cultura onde a oralidade predomina”, como alerta Pinto (2004, p. 23), ainda mais se tratando de uma região com pouca documentação escrita sobre o processo de ocupação. A reconstrução da memória dos moradores passa a ser um importante componente que ajuda a reconstituir o saber local e as experiências de trabalho que esses moradores aprenderam e perpetuaram entre as gerações.

A história oral, segundo Thompson (1992, p. 197), permite desafiar a subjetividade criada pelas fontes históricas, “descolar com as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. A coleta das entrevistas é um trabalho de campo que experimenta muitas outras possibilidades daquilo que se quer ouvir, podendo surgir

novas hipóteses, ou ainda desconstruir os elementos que eram relevantes na pesquisa. Assim, há muitas possibilidades na catalogação da história oral. Halbwachs (2003, p. 07-08) nos diz ainda que para localização das memórias é necessário ter como ponto de referência os contextos sociais, quer dizer as relações estabelecidas entre os indivíduos, pois, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros”. O exercício de indagação do pesquisador incita o cérebro e as recordações de elementos conectados à realidade, produzindo a memória. Foi através dos fios da memória que os moradores da ilha se valeram para reconstruir os espaços, as relações, as vicissitudes, as virtudes e as misérias da vida, trazendo sob esses aspectos especialmente as experiências vividas. (MALUF, 1995, p. 18).

As categorias centrais trabalhadas são: experiências, saber e trabalho. E é sobre as experiências adquiridas pelos moradores da ilha da Conceição que a dissertação será construída.

E construíram o saber local, desenvolvido pelas relações entre o homem e a natureza, validado pelo trabalho em vários ambientes, como a floresta e o rio. Esses saberes são instituídos pelos costumes, que são as práticas adquiridas e alicerçadas, que formam a cultura de uma determinada sociedade. Para a ilha, o uso costumeiro de apetrechos e técnicas pelos homens transmitiram às novas gerações “experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade”. E ainda,

Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Ou seja, as experiências de trabalho existentes na ilha da Conceição foram construídas pelos costumes relacionados ao aprendizado estabelecido ao longo da sua história de ocupação, passados de geração a geração, permanecendo, com o passar dos anos, como formas e habilidades de trabalho das novas gerações.

No terceiro capítulo, pretende-se analisar os saberes que são as experiências que se diferenciam e que são utilizadas, levando-se em consideração as suas demandas e a sua utilidade. Para este capítulo, há dois elementos centrais a serem discutidos: o primeiro, é analisar a leitura que eles fazem do espaço, da natureza, da floresta e a percepção da dinâmica do horário ditado pela natureza; o conhecimento construído através das experiências que ajudam a entender esse movimento natural que não é o mesmo do homem, e nem o mesmo da economia capitalista. E o ponto importante a ser analisado é a experiência dos plantios, da

criação dos animais e, ainda, o entendimento de como os ribeirinhos determinam as diferentes formas de propriedades.

Para Bondía (2002, p. 24), o sujeito da experiência é “uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, [...] deixa alguns vestígios”, ou seja, o que se produz e traduz na forma de trabalho, relação cultural e social na ilha da Conceição; esses vestígios estão na essência da formação populacional dessa ilha. Nesse sentido, a forma como eles conseguem se relacionar com a natureza, e como isso está intimamente relacionado com o meio de trabalho e com o meio social dos moradores da ilha, sendo os agentes que originaram e transformaram a ilha, pois, “o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos”.

A contemporaneidade tem buscado ampliar a ideia dos conceitos que vão sendo atribuídos, de acordo com a vigência dos *post* científicos. Para Leef (2012, p. 49), o saber ambiental, ao se apropriar de um objeto, quer “apreender os entes de sua objetividade, indagando suas essências”, construindo um ‘*trans objeto*’, que cria em sua “*trans gênese*” um saber que está além do conhecimento científico já incrustado pela ciência, mas caminhando para o campo de pesquisa “interdisciplinar e do pensamento da complexidade”, uma vez que o *trans objeto* enuncia a possibilidade de uma nova experiência; ou seja, entender o processo biológico da natureza enquanto um “fenômeno evolutivo e de desenvolvimento ontogenético”; e, assim, nessa perspectiva, pensar esse saber ambiental para analisar o objeto de pesquisa, uma vez que o principal elemento de entendimento está pautado nas experiências de trabalho e de vivência social, assegurando a ocupação territorial da ilha. Essas habilidades construíram um espaço de transformação produzido pelas relações sociais de produção, em que o saber que o homem adquire ao longo do processo histórico pode gerar fenômenos de conhecimentos diferentes (LEFF, 2010, p. 51).

Para o entendimento do saber ambiental adquirido pelos ribeirinhos ao longo do processo de ocupação da ilha, partiu-se da compreensão da etnoecologia, que possibilita adquirir os parâmetros científicos desses conhecimentos empíricos, visto que a análise das relações criadas pelas comunidades ribeirinhas com a natureza possibilitou a permanência desses grupos nessas áreas de várzeas. Neste sentido, o processo de ocupação dessa região de várzea foi construído pelas experiências tradicionais e saberes ambientais, dado que “ultrapassa o campo da racionalidade científica e da objetividade do conhecimento”, pois, “esse encontro de saberes implica processos de hibridação cultural onde são revalorizados os conhecimentos indígenas e os saberes populares produzidos por diferentes culturas em sua coevolução com a natureza” (LEFF, 2012, p. 50). É sobre esses saberes locais construídos na ilha da Conceição

que se percebe esses elementos, considerando que a partir do etnoconhecimento produzido por comunidades tradicionais que são transmitidos através da oralidade consegue se perpetuar. (GUARIM NETO; CARNIELLO, 2007, p. 107).

Nesse campo do saber ambiental, a etnoecologia se enquadra para explicar a racionalidade produzida pelas experiências, numa percepção que faz com que haja uma materialização das ações. E na pesquisa de campo, observou-se que o saber ambiental está inserido em todas as atividades desenvolvidas pelo ribeirinho. Um exemplo bem interessante é o conhecimento adquirido pelos moradores da ilha na construção dos apetrechos (utensílios de pesca), utilizados na pesca artesanal do camarão e do peixe, ou seja, a etnoecologia é o método que ajuda a reconhecer o conhecimento próprio dessas populações,

Toledo (1992), sugere a etnoecologia como um método cientificamente aceitável para a avaliação das formas de apropriação da natureza. A etnoecologia é definida por Marques (2001) como o estudo transdisciplinar dos pensamentos (conhecimentos e crenças), dos sentimentos e dos comportamentos que intermediam as interações entre as populações humanas e os demais elementos dos ecossistemas dos quais elas dependem, bem como dos impactos ambientais daí decorrentes (SOUTO, 2008, p. 17).

A fonte imagética, outra faceta da metodologia aqui trabalhada, permite “a reconstituição histórica cultural de grupos sociais”, (NOVAES, 2005, apud SOUTO, p. 174), e tem como finalidade perceber o cotidiano da sociedade em um tempo e um espaço específicos. Para a compreensão das experiências de ocupação da ilha da Conceição, a partir das bases epistemológicas da etnoecologia, o uso da imagem torna-se imprescindível, pois, é a partir delas que se analisará os conhecimentos e comportamentos reproduzidos pelo cotidiano dos habitantes da ilha da Conceição. O saber reproduzido nesses espaços foi transmitido através da linguagem oral e também corporal para as outras gerações, que são objetos de estudo da Etnoecologia. Para Souto (2008), a fotografia pode ser utilizada como mais um instrumento de pesquisa, podendo também ser um elemento de interação na devolução material e ainda como um elemento de discurso antropológico.

A fotografia é utilizada pelas lentes de um pesquisador atento ao processo de conhecimento empírico das relações criadas entre o homem e a natureza. Neste sentido, “estimula-se a relação com o grupo estudado, abrindo um campo de diálogo, de expressão da memória e das relações dos informantes sobre as imagens desenvolvidas” (GODOLPHIM, 1995 apud SOUTO, 2010, p. 176). E neste aspecto, a fotografia é utilizada, neste trabalho, como um elemento antropológico, pois é parte integrante do texto, faz-se sua leitura, não podendo ser dissociada do processo de escrita, fazendo parte do texto e do trabalho de campo. A etnografia

visual se estrutura na associação de um conjunto imagético que estabelece uma relação entre pesquisador e seu campo de pesquisa; e é neste exercício de análise que pretendemos caminhar.

Partindo do entendimento da dinâmica socioambiental e da constatação de que nas comunidades locais circulam importantes conhecimentos de práticas artesanais, foi desenvolvida a pesquisa Etnoecológica com a perspectiva de compreender as relações criadas com a natureza. Neste aspecto, o pesquisador dispõe-se em interagir com as comunidades analisadas. Assim, o trabalho buscou utilizar-se de recursos para a construção de um texto, viabilizando a demonstração da construção histórica dos espaços ocupados por esses que residem na ilha e pelos seus antepassados. A expectativa “geração e difusão dos saberes tradicionais, a partir da compreensão e estímulo à prática tradicional”, que é viabilizado “através da elucidação da lógica produtiva do extrativismo” (ARAÚJO; ALBUQUERQUE, 2009, p. 16).

A bibliografia trabalhada ajuda a pensar em todos esses fenômenos que apareceram ao longo do trabalho de pesquisa. O dialogar com outras experiências de pesquisa, percebendo permanências e rupturas das várias correntes do pensamento foi uma questão que se observou. Não se trata apenas de um exercício de recuperação de outras leituras, ou apenas a compreensão de outras análises, mas perceber como estes trabalhos dialogam com a proposta de estudo que pretende-se desenvolver, seja do ponto de vista teórico, seja metodológico.

## CAPÍTULO I

### 1. CONCEITOS E MÉTODOS

#### 1.1. EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL: MÉTODO ETNOECOLÓGICO

Desde a revolução industrial, a relação homem e modernidade se intensificaram, passando por processos de extrema degradação do meio natural. A busca pelas matérias-primas, levaram a humanidade à crise ambiental da atualidade. “A evolução histórica da humanidade revela uma dialética do progresso: por um lado, ele produz avanços da longevidade, redução da mortalidade natural; mas, por outro, provoca riscos cada vez maiores, que ameaçam a vida a longo prazo” (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p. 14). É justamente o meio ambiente que se encontra sob ameaça dos avanços tecnológicos e da própria modernidade.

O Brasil passa a fazer parte do mapa da era moderna no momento em que a Europa promove a “égide da expansão marítimo comercial”. Novos territórios a serem desbravados com a imposição militar, religiosa e cultural ao novo mundo, aos povos nativos do continente americano, que construíram seus impérios e reinos, constituíam grandes civilizações que viviam basicamente da caça, da pesca e da coleta de frutos, ou desenvolveram tecnologias de cultivos de milho, cacau, batata, mandioca entre outros. No entanto, “a chegada dos ibéricos nas Américas é um retrato inicial do que viria em seguida. Não foi apenas uma conquista militar de civilizações menos armadas ou ambiciosas. Foi também uma conquista do meio natural, impondo-se uma nova escala mercantil, de apropriação” (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p. 14).

Bursztyn e Persegona (2008), afirmam ainda que a *História Econômica do Brasil*, a partir da colonização foram pautadas em ciclos econômicos, pau-brasil, açúcar, drogas do sertão, mineração, café, borracha, indústria, soja, dendê. Todos foram acompanhados por um intenso movimento de povoamento, surgimento de vilas e cidades, construções de povoados ao longo dos rios e das estradas, e a consequência disso tudo é a devastação ambiental produzida e reproduzida, inclusive pelos povos nativos e tradicionais, que sempre viveram da exploração natural de poucos impactos ambientais.

As conferências realizadas pelas grandes potências nas últimas décadas, trataram de criar alternativas para a diminuição dos impactos ambientais no planeta. Tratados que são fechados e não são garantidos pelos países desenvolvidos. Países subdesenvolvidos não conseguem criar leis de proteção ambiental; há um conflito com a própria economia do país,

devido este ter como sua matriz produtiva a exploração de recursos naturais. No caso do Brasil, existe uma grande dificuldade em projetar-se, em diminuir os danos ao meio ambiente.

No entanto, após a década de 1970, a criação de programas que passaram a monitorar os recursos naturais, principalmente a Amazônia, iniciou no Brasil uma projeção chamada de era da ambientalização.

A sociedade brasileira começou a discutir os problemas ambientais de forma mais institucional e jurídica, a partir da década de 90, com a Rio 92 (conhecida também como agenda 21), uma conferência mundial em que foram discutidas várias problemáticas ambientais e a necessidade de preservação dos biomas no planeta. O Brasil sediou o evento por ser o país com maior potencial de exploração de seus recursos naturais, logo, o que mais necessitava de atenção de todo o planeta para manter o equilíbrio da biosfera.

As comunidades insulares com características específicas e com condições geodésicas genuínas são muito comuns no Estado do Pará, sendo muito extensa territorialmente, mas com uma densidade populacional pequena, se comparada ao continente. Assim, os ribeirinhos têm pouca representação nas políticas públicas, no que tange ao seu reconhecimento cívico adquirido pela constituição, sendo-lhes negado acesso à educação, à água potável, à saúde. Outra questão que implica diretamente na vida dos ribeirinhos é a implantação das hidrelétricas e das hidrovias, que contribuem com a degradação de seus recursos naturais.

Surge então a necessidade de se pontuar não apenas a conservação do meio ambiente, mas, também, o uso sustentável de todos os recursos naturais que as comunidades tradicionais possuem em seu habitat. “Os recursos biológicos constituem um capital com grande potencial de produção de benefícios sustentáveis. Urge que se adotem medidas decisivas para conservar e manter o genes, as espécies e os ecossistemas com vistas a um manejo e uso sustentável dos recursos biológicos”. (Agenda 21, capítulo 15)<sup>2</sup>.

Uma das principais ferramentas jurídicas para a preservação ou uso sustentável de áreas com recursos naturais é a criação de unidades de conservação (UC) e unidades de conservação de uso sustentável (UCS). Essa é uma leitura legal, embasada no artigo 225 da Constituição Federal; no entanto, dependem da ação e fiscalização dos órgãos públicos. O aspecto jurídico, da legislação ambiental no Brasil é eficiente, mas pouco objetivo por falta de aplicação de seus princípios e ausência de fiscalização de seus descumprimentos. Nos dias atuais, a sociedade

---

<sup>2</sup>(CNUMAD), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 01 set. 2016.

civil organizada, por meio de ONGs, já conseguem auxiliar a preservação do ecossistema, desde que sejam reconhecidas as áreas juridicamente.

Miguel Milano, prefaciando o Ibama (1996), ressalta que as UCS são estabelecidas com os objetivos mais amplos e importantes que o simples sentido de responder eticamente à degradação ambiental, tendo objetivos práticos diretos e indiretos de ordem ecológica, econômica, científica e social. (CEZAR.et al., 2003, p. 140).

Outra dificuldade encontrada pelos meios de fiscalização e pelas ONGs, é a ausência de dados oficiais quanto a espaço ocupado e divisão territorial, inviabilizando a abordagem, pontual e específica, tanto de políticas públicas quanto fomento para projetos de desenvolvimento sustentável para essas áreas. Todas as ilhas reconhecidas são áreas de proteção ambiental, logo, não podem ter proprietários juridicamente. A regularização fundiária nessas áreas é feita pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que tem a incumbência de demarcar as áreas informadas pelos moradores e autorizar o seu uso sustentável, gerando, assim, também, uma informação muito importante para as populações ribeirinhas, que são o espaço e território das regiões insulares.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:  
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.<sup>3</sup>

Com o decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, em parte citado anteriormente, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) dos povos e comunidades tradicionais, dá início ao reconhecimento cultural dos ribeirinhos no contexto social. Agora, comunidades tradicionais e não apenas moradores das ilhas, essa transição de reconhecimento dos ribeirinhos é uma proposta de política específica que se torna em um planejamento fundamental para o desenvolvimento sustentável nas comunidades. Como já foi dito antes, no aspecto jurídico o Brasil possui uma atuação considerável, mas na execução, temos graves dependências. No Estado do Pará, nos dias atuais, não encontramos qualquer indicio de uma política específica para comunidades tradicionais, com o modelo de governança ou política

---

<sup>3</sup>BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO:** nº 6.040. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

pública, muito menos por parte do Governo Federal que além do decreto não possui outro esforço de desenvolvimento dessas comunidades.

Desde 1987, com a criação do Relatório de Brundtland,<sup>4</sup> o termo sustentabilidade passa a ser o principal elemento de discussão entre os espaços políticos e acadêmicos, como um meio que irá contornar os problemas ambientais, crise energética, desastres ecológicos, economias neoliberais, a globalização e etc. Desenvolver economias sustentáveis com o objetivo de diminuir os impactos ambientais, valorização dos povos indígenas, povos tradicionais, que buscam ter uma relação harmoniosa com o meio ambiente, passaram a ser temas de estudos, em busca de um denominador comum: Como explorar, sem destruir?

No entanto, a economia capitalista e globalizante, chegou de forma devastadora nos meios das populações tradicionais. Hoje, ainda que haja o desenvolvimento de uma economia extrativistas, por exemplo, mesmo assim, essas comunidades desenvolveram um extrativismo de aniquilamento, ou seja, “o trabalho do extrator ‘anula’ as propriedades originais do ecossistema, tomando suas partes, seus componentes estruturais como estoque de matérias independentes e genéricas. ” [...], o ecossistema tornou-se objeto (do poder transformador) do trabalho do extrator” (COSTA, 2012, p. 39). A economia não valorizava os recursos naturais não madeireiros, mas, sim, os recursos madeireiros, que eram importantes para as construções das casas dessa região e para alimentar diversas serrarias que se encontravam no rio Tocantins;

---

<sup>4</sup>Relatório Brundtland “nosso futuro comum” – No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se "Nosso Futuro Comum" ou Relatório Brundtland. Apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. O documento foi publicado após três anos de audiências com líderes de governo e o público em geral, ouvidos em todo o mundo sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Foram realizadas reuniões públicas tanto em regiões desenvolvidas quanto nas em desenvolvimento, e o processo possibilitou que diferentes grupos expressassem seus pontos de vista em questões como agricultura, silvicultura, água, energia, transferência de tecnologias e desenvolvimento sustentável em geral. O Relatório Brundtland, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O Relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais e sociais. O documento enfatizou problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época), e expressou preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas e de nossas habilidades de avaliar e propor soluções, como está na publicação. (EM DISCUSSÃO, 2012). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brudtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2017.

apesar das questões ambientais vindo sendo discutidas, desde 1605, como uma das primeiras leis, datada de 12 de dezembro, desse mesmo ano, que estabelecia um limite para o corte do Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*), e foi incluída no “Regimento da Relação e Casa do Brasil”, em 1609, criando reservas florestais para combater a exploração desordenada. A criação do Juiz Conservador das Matas em 1786 é um outro evento que marca essa preocupação com as matas que possuíam madeiras para construção e embarcações. E em 1797, “uma série de cartas régias consolidou as leis ambientais”, estabelecendo como terras da Coroa “toda a mata à borda da costa, de rio que desembocasse direto no mar ou que permitisse a passagem de jangadas transportadoras de madeira” (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p. 42-43). Há de se ressaltar que este conjunto de legislações, até então, não tratava da preocupação com a preservação ambiental, mas a criação de reservas de exploração com fins comerciais, evitando que outras nações se apropriassem dessas riquezas que envolviam a produção madeireira.

Enfim, teremos uma das preocupações que, ao longo da história passaram a ser consideradas pelas grandes nações. E após a II Guerra Mundial, grandes industriais criaram a “Revolução Verde”, ou “Capitalismo Verde”, também chamada de “Economia Verde”, que “passou a ser vendida como a solução para a crise ambiental e climática” (FURTADO, Fabrina. Et al., p. 7). Uma suposta proposta de mudanças nas rotinas das indústrias com o intuito da diminuição das agressões ao meio ambiente; no entanto, o único objetivo do capitalismo é obter lucro. E visto diante de uma globalização modernizante, entrelaça-se agora com uma discussão de pós-modernidade, de um homem transcendente. “Há que se buscar outras racionalidades. Henrique Leff propõe uma racionalidade ambiental, em que essas razões específicas possam se encontrar por meio da cultura e da autonomia dos povos” (GONÇALVES, 2012, p. 17).

Gonçalves (2012) afirma ainda que,

Ao mesmo tempo, o desafio ambiental será apropriado de um modo muito específico pelos protagonistas que vêm comandando o atual período neoliberal de uma perspectiva essencialmente econômico-financeiro. Esses afirmam que o *Abaixo as fronteiras* corresponde à dinâmica da natureza, na medida em que não respeitaria as fronteiras entre os países e, assim, legitimaria políticas de caráter liberal, como aquelas propostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, a globalização neoliberal seria natural. A globalização da natureza e a natureza da globalização se encontraram. (GONÇALVES, 2012, p. 17).

Sabemos que a questão ambiental é bastante preocupante aos cientistas, uma vez que a degradação ambiental ocorre de forma acelerada por causa do capitalismo financeiro, que visa desenvolvimento tecnológico, em produtos de bens de consumo que possam ser fornecidos ao mercado. Como apontado por Leff (2010),

A racionalidade ambiental passa a ser um elemento importante de desenvolvimento de técnicas no uso dos recursos naturais, pois a crise em que o mundo vive, é uma problemática ambiental que gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais. Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só estão associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégicos conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. (LEFF, 2010, p. 62).

Ponto fundamental na discussão do trabalho é perceber essa racionalidade ambiental, ou seja, o uso dos recursos naturais que desenvolvam as comunidades tradicionais, produzindo equidade social. E nesse sentido, desenvolver dentro das comunidades o aprimoramento do saber local aliado ao saber científico, reproduzindo uma escala de trabalho que não agrida o meio natural e social. Essa racionalidade exige “transformações de conceitos, a elaboração de novos instrumentos de avaliação econômica, assim como a produção, articulação e integração de conhecimentos teóricos e saberes políticos” (LEFF, 2009, p. 149).

E por racionalidade ambiental, compreendemos como uma “racionalidade produtiva alternativa” para substituir os modelos cientificistas da economia e dos padrões tecnológicos que “sustentam a racionalidade econômica dominante”. A racionalidade ambiental, serve para que se construa um modelo que integre os “novos valores e direitos do ambiente”, com as práticas culturais desenvolvidas pelos povos tradicionais, reorientando o desenvolvimento econômico, político e social, tendo como principal objetivo a equidade social. (LEFF, 2009, p. 147).

Mas, essa racionalidade ambiental, pode ser entendida de maneira diferente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Leff (2009), expõe que

“a questão ambiental não constitui um campo de percepções e de estratégias comuns nos diversos países do mundo. Pelo contrário, deu lugar a posições ideológicas e teóricas diferenciadas, assim como à prioridades políticas e práticas que conduzem às mais variadas soluções sociais e tecnológicas para esta problemática.” (p. 143).

Nos países desenvolvidos, a problemática ambiental está pautada na preocupação da contaminação provocada pelos “resíduos provenientes dos altos níveis de produção e consumo de mercadorias”; no entanto, quando analisamos os países em desenvolvimento, a questão ambiental se vê propagada pela contaminação, porém é intensificada porque o meio ambiente

é visto como “sistema de recursos, como um potencial produtivo para uma estratégia alternativa para o desenvolvimento”. (LEFF, 2009, p. 144).

NA 21ª Conferência das Partes da UNFCCC, foi aprovado um novo acordo entre os 195 países da UNFCCC, em que o objetivo é manter o compromisso de diminuição do aumento da temperatura média global em bem menos de 2° C; porém, esse acordo precisa da ratificação de pelos menos 55 países para entrar em vigor. Cada governo deve desenvolver uma proposta de compromissos e medidas de redução dos gases do efeito estufa (GEE), que devem ser apresentados levando em consideração os pré-requisitos do iNDC – Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas. (AMBIENTE, 2016)<sup>5</sup>.

O Brasil apresentou, em 12 de setembro de 2016, às Nações Unidas, o seu NDC, comprometendo-se em reduzir 37% até 2025 e 43% em 2030 as emissões de gases do efeito estufa; a ideia do NDC é aumentar o uso de energias renováveis na sua matriz energética de 45% até 2030 e o reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas. (AMBIENTE, 2016) No entanto, para que os investimentos em áreas de reconstrução ambiental no Brasil aconteça, há a necessidade de mudanças nas leis ambientais brasileiras, para que haja seguridade socioambiental, principalmente em terras quilombolas, indígenas e ribeirinhas, onde há uma melhor relação entre homem e natureza. Essas políticas públicas precisam efetivamente, estarem inseridas nas comunidades tradicionais, uma vez que os interesses econômicos do país não estejam acima da preservação das áreas de proteção; a exemplo disso, a construção da Usina hidrelétrica de Tucuruí e de Belo Monte. Outro exemplo, está no decreto de nº 9.159, que revoga outro decreto, o de nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), que de acordo com ambientalistas, o novo decreto não assegura a manutenção da área.

O grande entendimento é que a economia mundial está racionalizada pela globalização dos produtos tecnologicamente desenvolvidos por grandes potências, que se utilizam do capital tecnológico para explorar os países com baixa tecnologia, em busca de matérias-primas, principalmente dos minérios. A exemplo disso, tem os Estados Unidos que anunciaram no ano de 2017 a saída do Acordo de Paris; o atual presidente declarou que o acordo traz desvantagens aos EUA, um impacto catastrófico ao meio ambiente. O Acordo de Paris foi o primeiro tratado entre as nações mais desenvolvidas e que estão no ranking das maiores emissoras do GEE,

---

<sup>5</sup>AMBIENTE, Ministério do Meio. **Acordo de Paris**. 2016. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris&gws\\_rd=cr&dcr=0&ei=aVHjWaWAG](http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris&gws_rd=cr&dcr=0&ei=aVHjWaWAG)>. Acesso em: 15 out. 2017.

sendo os Estados Unidos o segundo maior emissor dos gases. Essa decisão impacta em mais de 3 milhões de toneladas dos gases do efeito estufa na atmosfera.<sup>6</sup>

O posicionamento de uma grande nação como os Estados Unidos a respeito das questões ambientais aliados a legislações ambientais de países subdesenvolvidos que abrem precedentes a investimentos privados, como é o caso do Brasil, levanta uma preocupação para as novas políticas desenvolvidas pelo capitalismo para a questão ambiental, a corrida mundial por terras influenciadas pelos chamados

“4Fs”: *food* (alimentos), *fiber* (fibras/ração), *forest* (floresta) e *fuel* (combustível ou energia). Nos termos de Sassen (2012, p. 27), a “[...] terra, entendida em sentido amplo, se tornou uma das maiores necessidades do capitalismo avançado – para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração”. Essa necessidade vem gerando um fenômeno denominado *land grabbing* (apropriação de terras, GRAIN, 2008; BORRAS e FRANCO, 2010), *green grabbing* (apropriação verde, FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012) e *water grabbing* (apropriação da água, MEHTA, VELDWISH e FRANCO, 2012), envolvendo também a apropriação de outros recursos naturais e a criação de serviços ambientais. (SAUER; BORRAS JUNIOR, 2016, p. 9).

A grande preocupação é exatamente os setores que vêm dominando essas ideias. E para o Brasil, os empreendimentos estão se dando em escala sem precedentes, vinculados principalmente pelo agronegócio, criando uma nova forma de apropriação de terra, vinculadas a “[...] valorização da terra face à convergência de múltiplas crises em torno dos alimentos, energia, clima e finanças” (BORRAS, FRANCO e PLOEG, 2013, p. 7). Apesar do Brasil ter um histórico de concentração agrária a novas apropriações fundiárias, estão sendo direcionadas pelas orientações de mitigação e compensações ambientais, desenvolvidas pelas políticas de “economia verde” ou “valores verdes”. (SAUER; BORRAS JUNIOR, 2016, p. 17).

O Brasil desde os meados da década de 50 começou a implementar políticas de desenvolvimento para o setor industrial, como abertura de rodovias, e também de hidrelétricas para a produção de energia. A Amazônia não foi esquecida neste projeto, que se intensifica a partir da década de 1960, em que

Alguns dos principais instrumentos de intervenção da Administração Federal na Amazônia foram: a) a política de incentivos fiscais destinados a favorecer a instalação de novas indústrias e, sobretudo, a ocupar grandes extensões de terra por fazendas agropecuárias; b) os projetos de colonização das áreas próximas à Transamazônica; c) os investimentos direcionados a extrair,

<sup>6</sup>Disponível em: < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml> Acesso em 15/10/2017.

beneficiar e transportar as riquezas minerais descobertas no Pará na década de 60 e nos anos posteriores. Essas atividades minerais provocaram uma mudança radical no volume e no valor total das exportações paraenses nos anos 1980 (PETIT, 2003, p. 25).

Essas mudanças, sem dúvida, trouxeram à Amazônia grandes transformações ambientais, degradação e muitos conflitos com os povos indígenas, devido ao avanço das rodovias, da pecuária em terras indígenas, com os ribeirinhos, trazendo problemas nunca superados devido à construção das barragens, para a Ilha da Conceição. Uma das transformações mais implacável foi ocasionada pela construção da barragem de Tucuruí, fato encontrado na fala de todos os moradores, como a mudança na coloração da água, a diminuição de espécies de peixes e até o desaparecimento de outras.

Estudar as transformações ambientais e suas consequências ao meio físico, social e cultural requer do pesquisador um aporte teórico que consiga dialogar com os saberes científicos e saberes populares, pois para analisar comunidades tradicionais a partir, não apenas das tecnologias que estão sendo incorporadas a elas e suas consequências, é necessário entender como estavam organizadas antes que a globalização tecnológica tenha chegado; como era sua organização social, o seu envolvimento com o meio ambiente e quais foram as mudanças e permanências nessas populações.

A epistemologia ambiental “é uma política do saber que busca a sustentabilidade da vida”, é uma “permanente reflexão, teorização e ação que constrói e transforma a realidade” (LEFF, 2010, p. 17), pois não está fechado com um saber absoluto, com um único método, mas consegue dialogar com as outras áreas do saber científico. Neste sentido, a Etnociências, através da análise etnoecológica, ajuda a compreender como essas comunidades podem ser a chave de uma sociedade com maior valorização do meio ambiente, dedicadas em extrair da natureza seus meios de sobrevivência e de capital, sem degradar; o quanto está sendo preservada e como isso ajuda os homens ribeirinhos a permanecerem nas regiões de ilha, nos sítios.

Uma vez que a ilha da Conceição é uma área antrópica, representa um patrimônio cultural e simbólico, “pois a ‘assinatura’ que cada uma delas exhibe em termos da sua composição e organização de espécies também serve como uma prova da presença humana em tais lugares e ajuda a enriquecer a discussão quanto às questões de ocupação” (FORLINE, 2007, p. 12). A Ilha da Conceição passou, ao longo de sua história, sendo transformada pelas ações humanas; esse envolvimento com o meio natural criou algo de substância à sobrevivência e permanência dos homens na ilha, gerando o processo de ocupação e relações, ora harmoniosas com a natureza ora de imposição do poder tecnológico.

A etnometodologia possibilita a análise dessa construção pois,

...é uma abordagem que busca compreender o conhecimento tradicional através de suas percepções sobre seu natural. Isso representa o modo com que essas comunidades classificam os processos da natureza e seus objetos ânicos e inânicos. Tal metodologia rompe com a classificação científica ocidental mas, ao mesmo tempo, possibilita o cruzamento entre os dois sistemas. Ou seja, enquanto a metodologia científica utiliza um sistema de classificação que se atrela aos princípios da genética dos organismos biológicos, a classificação tradicional pode ter mais afinidades com seus mitos de origem, sistemas de parentesco e crenças. (FORLINE, 2007, p. 14).

A etnoecologia estuda a relação homem natureza, compreendendo todos os sistemas criados em torno dessas relações, obtendo o estudo das diversidades culturais que se manifestam dentro de cada sociedade. Por exemplo, as áreas de várzea do Rio Solimões no Amazonas têm suas atividades agrícolas que estão inseridas no “ciclo natural das enchentes, cheias, vazantes e secas”. Esse calendário é especificado pela força que a natureza exerce sobre o homem e pela capacidade de resiliência que o caboclo amazônico adquiriu ao longo de sua história de ocupação na Amazônia, seguindo o cronograma das águas. "O calendário de trabalho agrícola dos camponeses amazônicos tem o seu começo com o preparo da parcela de terra para o plantio – o que ocorre comumente no final de julho e começo de agosto, com a passagem da cheia para a vazante (descida das águas), destaca Witkoski (2010, p. 203-204) em um de seus estudos sobre a região.

Já para as áreas de várzea do rio Tocantins, na região do Baixo Tocantins, as atividades agrícolas geram uma adaptação dos ribeirinhos, também influenciados pelas águas, mas o tempo de enchente e vazante das águas não se configura em meses, mas sim em horas. Esses elementos demonstram que a Amazônia com meio biótico natural não se caracteriza como um meio único. Recuperando as palavras de Becker (2004, p. 23), o termo mais apropriado é “as Amazônias”, no sentido de que temos uma diversidade do meio natural, cultural, social, econômico e político que diferencia toda a Amazônia; assim, não se pode analisar para unificá-la, mas sim para se entender ainda mais sua diversidade, e neste sentido a etnoecologia ajuda nessa percepção e compreensão do homem diante do processo de ocupação vinculados a Amazônia.

A análise das relações socioambientais busca um caminho com possibilidades de diálogos com outras formas do saber. Os pilares da ciência moderna vêm sofrendo críticas, pois não conseguem analisar outros saberes, ou melhor, não conseguem dialogar com o que não está pautado pela experimentação. A epistemologia ambiental surge diante de um campo do

conhecimento complexo, pois o saber ambiental é uma rede que integra muitos outros saberes, sejam eles no campo das ciências biológicas com a análise dos biomas, da biodiversidade, da taxonomia e etc.; sejam eles no campo das ciências sociais, o saber ambiental se conecta com os fenômenos biológicos, sociais e empíricos, sendo assim, o saber ambiental “emerge como uma mudança de episteme: não é o deslocamento do estruturalismo teórico para a emergência de uma ecologia generalizada, concebida como saber de fundo de um pensamento da complexidade, mas de uma nova relação entre o ser e o saber.”(Leff, 2012, p. 26).

O saber ambiental, segundo Leff (2012), é construído sob cinco pilares: o primeiro é o “método interdisciplinar e um pensamento da complexidade”; o segundo é a “a exteriorização do saber ambiental do círculo das ciências para as estratégias de poder, no saber que jogam no campo discursivo da sustentabilidade; o terceiro é a construção de uma racionalidade ambiental, que rearticula o real e o simbólico”; o quarto é a “formação do saber ambiental diante da complexidade ambiental”; e o quinto é a “reemergência do ser, a reinvenção das identidades e a ética da outra idade, que abrem um futuro sustentável através de um diálogo de saberes. Esses pilares ajudam na compreensão das relações criadas entre o homem e a natureza, recriando sua realidade a partir da percepção do meio em que vive.

O campo empírico analisado aqui, busca compreender um processo de ocupação pautado nas relações homem e natureza, homem e o mercado, o homem como um ser social. Há nessas relações a necessidade de se compreender os saberes que são produzidos por essas relações no espaço. Neste sentido, precisamos dialogar com os vários campos do conhecimento, a etnoecologia, a antropologia, a história, a economia, entre outras, porque precisa-se entender como essas relações estão sendo construídas no espaço e no tempo; pois, “a epistemologia ambiental foi desvelando os obstáculos epistemológicos e as racionalidades que sustentam os paradigmas científicos e que impedem o livre intercâmbio de conceitos e métodos” (LEFF, 2012, p. 29).

Essas teias de conhecimento produzem um saber específico, construído na ilha da Conceição pelas populações ribeirinhas, criando uma racionalidade ambiental produtiva e articulada pelos processos ecológicos. Os ribeirinhos trabalham na terra, na floresta e na água. Esses trabalhos realizados em vários espaços que estabelecem as relações entre o homem e o ambiente físico, mas não pautadas pelo determinismo das leis mecânicas e sim pelos sistemas simbólicos criados, por meio da linguística, das crenças, dos padrões da organização social, ética e etc. (AMOROZO & VIERTLER. 2010, p. 68).

Esta racionalidade ambiental deve ser reproduzida pelo “etnoconhecimento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se” (WITKOSKI, 2010, p. 126). A etnoecologia, neste aspecto, é a ciência que ajudará a entender os saberes produzidos pelos homens ribeirinhos, pois sua “ênfase é a diversidade biocultural e o seu objetivo principal, a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico” (MARQUES, 2001, p. 49).

## 1.2. O ESPAÇO E A PAISAGEM: TERRITÓRIO CONSTRUÍDO

A construção do espaço pelos ribeirinhos se dá pela capacidade de se relacionar com o meio; assim, o espaço da ilha da Conceição é uma construção social, (SANTOS, 2014, p. 22), principalmente se relacionarmos o espaço ocupado pelos ribeirinhos, a partir do trabalho, através das relações homem e natureza, criando um campo simbólico e material. As experiências adquiridas por este homem são habilidades, técnicas do uso da terra, da floresta e dos rios; como, para Santos (2014), a técnica criada é a principal “forma de relação homem e natureza, [...]. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (p. 29).

A terra, a floresta e os rios são espaços construídos pelos valores e pela percepção dos elementos que contribuem para a reprodução da vida. O lugar tem em seu espaço um valor simbólico, o pertencimento. Esse espaço foi construído historicamente por sua relação entre homem e natureza, mas os avanços tecnológicos chegam à ilha trazendo transformações que modificam a vida. E diante dessas novas perspectivas tecnológicas, “o modo de produção expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (SANTOS, 2014, p. 28).

Porém, o espaço apesar de sofrer modificações, cria (r) existência do que é “velho”, claro, que vinculados ao modo de produção. O homem ainda coleta a andiroba, o muru-muru, a borracha, o cacau e o açaí, o que estabelece sua sobrevivência e permanência na ilha. Suas técnicas de coleta estabelecem uma conexão do presente com o passado, ou seja, as experiências aprendidas ao longo da vivência das gerações e as novas tecnologias, que transformam a forma como meio natural, sendo este o rio e a floresta, que vêm sendo transformado ao passo que interligam os modos de vivência. O espaço compreendido pelos moradores da ilha é físico, social e cultural, porque é através dele que se tem a percepção de pertencimento, dos meios de

produção e também a reprodução social dos ribeirinhos. Santos (2014, p. 34) reforça que, “o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”.

O entendimento da produção do espaço está na análise da relação entre produção-trabalho-natureza, (SOBREIRO FILHO, 2016, p. 20). Essa tríade é importante, pois o trabalho realizado na ilha da Conceição, que é uma extensão do aprendizado adquirido pelas suas experiências, acontece em múltiplos espaços, entendendo que o espaço é um “elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade” (TONUCCI FILHO, 2013, p. 41), criando os elementos de valorização e de pertencimento, através das experiências que produziram a ocupação. Neste aspecto, o trabalho,

é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho (MARX, 2008, p. 211 apud. SOBREIRO FILHO, 2016, p. 20).

Sobreiro Filho (2016, p. 21-22) destaca a tríade produção-trabalho-natureza, revelando a importância da produção, segundo a qual, “os meios de produção emergem assim como o âmbito mais nítido em que o dever promovido pelo trabalho torna-se objetivo e o espaço ganha sua devida importância e reconhecimento”. O espaço é, nesse sentido, “uma relação social, um produto de uma atividade (trabalho) envolvendo técnicas e tendo a natureza como a principal matéria prima”. A floresta e o rio são espaços de usos, os meios de produção definem o território a serem utilizados, podendo ser de uso comum ou particular.

Para entender o território construído na ilha da Conceição, partimos da intencionalidade construída por Fernandes, quando

Partimos do princípio que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é

sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (FERNANDES, 2008, p. 3).

Essa reflexão ajuda a entender a Unidade de Produção Familiar – os sítios – que estabelecem uma relação de uso comum e particular dos espaços da floresta e dos rios, sendo orientadas pela força produtiva da coleta do cacau, do açaí, da andiroba, do muru-muru, e ainda da pesca de peixes e camarão. O trabalho desenvolvido criou um espaço de convívio social e coletivo. A unidade familiar pode ser definida tal como foi definido a unidade de produção camponesa argumentada por Costa e Inhetvin (2013), em que

caracteriza-se por ter na família seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas, que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que dispõe, seja como determinante no processo de apropriação de terras. [...]. Esta unidade estrutural move-se por critérios orientados predominantemente pela *eficiência reprodutiva* do conjunto familiar, sendo um microssistema orientado por racionalidade que procura garantir um padrão de consumo, cultural e historicamente estabelecido. (p. 54).

O trabalho realizado pela unidade de produção familiar reproduz uma eficiência com lógicas próprias e peculiares; isso se concretiza nas várias formas como o homem realizará o trabalho e como isso influenciará na sua percepção territorial. Esta unidade é delimitada pelos limites territoriais de outros sítios. Esse é o primeiro território que é caracterizado pelos ribeirinhos, a unidade reprodução familiar. Nesse espaço trabalha-se a floresta, os rios e os igarapés, com os produtos como o cacau, o açaí, a andiroba, o muru-muru. Mas não é o único território definido pelos ribeirinhos, e essa definição se concretiza pela produção e manuseio da floresta, sendo que o que caracterizará a segunda maneira de definir o território é o produto.

Por exemplo, a coleta da andiroba e do muru-muru, não ocorre apenas dentro dos limites dos sítios. Esse território se expande, transformando a floresta em um espaço de uso coletivo. Isso se dá pelo fato das sementes estarem dispersas pela floresta. No entanto, quando se trata da coleta e manuseio do açaí e do cacau, o território não é mais de uso coletivo, ou seja, o açaí e o cacau tornam-se produtos de uso único dentro dos limites territoriais estabelecidos pelo consentimento histórico da propriedade, haja vista que os ribeirinhos, em sua maioria, não possuem as escrituras da terra. Nesse sentido, o território apresentado na várzea do rio Tocantins, na ilha da Conceição, assim como é descrito por Haesbaert (2004, p. 21) “o território é sempre múltiplo, diverso e complexo” sendo ele um espaço-tempo vivido, ora bem caracterizado pela zona de várzea.

## CAPITULO II

### 2. ILHA DA CONCEIÇÃO, EM MEMÓRIA

O território local em todas as suas dimensões passou por grave mudança a partir da década de 1970, em um contexto de impacto de ações de vetores de desenvolvimento voltados às grandes obras de infraestrutura, como a Hidrelétrica de Tucuruí e transferências de capitais, pessoas, técnicas e saberes do lugar. Entender a dinâmica contemporânea, traz as experiências de ocupação para o centro de um debate salutar no cenário mundial, visto que a área da ilha é completamente coberta de florestas humanizadas, geridas pelos agentes locais.

Objetivando compreender o processo de ocupação da ilha da Conceição, debruçou-se na escuta dos moradores mais velhos do lugar, através de entrevistas abertas, como registramos anteriormente. A priori, a ideia se procura pela essência dos elementos da “memória individual, enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante” (HALBWACHS, 2003, p. 12). Busca-se através dos elementos transcendentais dos entrevistados, que revelem o contexto social ao qual ele está naquele momento, trazendo em suas palavras saudosas de um tempo que ele não consegue mais alcançar, para entender a ilha de ontem e de hoje. Uma metodologia relevante principalmente ao se tratar de uma região com poucas fontes documentais e escritas. Portanto, a história oral não apenas torna-se útil, mas extremamente cúmplice para a reconstrução da história da ilha da Conceição.

#### 2.1 OS PRIMEIROS QUE AQUI CHEGARAM

A compreensão da formação histórico-territorial da ilha exige o entendimento da gênese do processo inicial de ocupação, o que nos remete à chegada dos europeus e seus descendentes no período colonial e nos períodos seguintes, e também de outros povos, como franceses, judeus, africanos e o encontro desses povos com os indígenas.

O senhor Habib Bacha<sup>7</sup>, morador da ilha da Conceição há sessenta e seis anos, parece revelar algo significativo sobre o processo de ocupação ou sobre os primeiros ocupantes da região. Trata-se de uma fala emblemática porque destaca aspectos iniciais da ocupação, o motivo de residir na ilha e a riqueza natural da mesma que em muito explica a permanência desses primeiros moradores. De fato, a ocupação dessa região do Baixo Tocantins se deu pela

---

<sup>7</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

chegada de muitos estrangeiros de origens distintas que, ao longo da história, se confundiram aos povos nativos, formando assim, aqueles que hoje residem nessa ilha. A exemplo, podemos citar o senhor Habib Bacha<sup>8</sup>, em que revela: “Eu tenho uma mistura danada, a mãe da minha mãe era escrava, meu pai era português, vim pra trabalhar no comércio grande que meu pai tinha aqui no Ajará, aí na costa”; o senhor Benedito Gama Maia<sup>9</sup>, neto de portugueses, e a senhora Evanilde Cunha Alves<sup>10</sup>, descendente de judeus.

Os rastros deixados pela memória, tornam as entrevistas uma experiência fabulosa para o pesquisador. Sentados na ponte da casa do senhor Habib Bacha, é possível perceber a emoção de suas lembranças, dos seus primeiros anos, após sua chegada à ilha. A palavra saudade é repetida várias vezes. – Razão e emoção misturam-se. Sua narrativa é plástica e nota-se que as mudanças nos ecossistemas locais e a oferta de recursos naturais são visivelmente valorizadas. A imagem descrita por ele caracteriza um lugar que, observado hoje, já sofreu muitas transformações naturais e também pelas mãos humanas.

Em sua fala, o senhor Habib Bacha revela: “esse rio, tinha água clarinha, tinha muito peixe, dava pra conversar quem estava do outro lado. O meu pai tinha um comércio grande, tinha tudo lá, o depósito de borracha era cheio, tinha muita castanha e andiroba”, fica evidente o rio não mais tão clarinho, e suas margens, que se alargaram, impedem de se comunicar com quem estava do outro lado. Muitas intervenções mudaram o cotidiano desses moradores, por exemplo, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, assim como também as práticas de exploração madeireira.

Há também, em sua memória, as referências de seus familiares, sem que demonstre como os primeiros habitantes conseguiram adaptar-se e organizar-se ao ponto de estabelecer conexões com a natureza e com os meios de comercialização vigentes. Ao descrever o comércio do seu pai, sua fala nos revela a origem das casas comerciais que será discutido no item dois deste capítulo, e também um momento de prosperidade e abundância dos recursos naturais.

Algumas questões orientam nesta tarefa de compreensão: Por que vieram? Quais eram os atrativos que se tinham nesta região, a ponto de famílias inteiras virem a construir moradia e permanecer na ilha? Constituem perguntas simples, mas emblemáticas, uma vez que se

---

<sup>8</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>9</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>10</sup>Entrevista com a Senhora Evanilde Cunha Alves, 75 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

analisarmos o momento que chegaram, quer dizer, como uma terra bravia desencadeou a vinda de tantos migrantes do século XVIII e XIX?

A pesquisa revela que esses elementos atrativos estavam pautados pela dinâmica econômica encontrada nessa localidade, ou seja, na diversidade de matérias-primas. Esta questão é observada nos relatos de Henrique Gonçalves (1964, p. 15)<sup>11</sup>, em que ao relatar sobre a vinda de seus tios para o Pará, informa que “os filhos varões de minha avó exerciam a sua atividade comercial no Pará, e seus negócios corriam em franco progresso na euforia da borracha [...] Os meus tios, [...] seguiram muito novos para o Pará”. Outro fator importante é a política de incentivo da Coroa Portuguesa.

Para o autor Rafael Chamboleyron (2010, p. 16,) essa região considerada pela Coroa como uma grande extensão de terras, sem homens, sem cultura e sem comércio, era uma das preocupações do Conselho Ultramarino<sup>12</sup> - no século XVII. Ocupar economicamente e de também povoar o espaço, considerado como um extenso território, com fronteiras imprecisas e de pouco conhecimento da Coroa Portuguesa, essa necessidade era de urgência, pois esse território sofria constantemente com ataques de estrangeiros (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 27). Estas observações parecem justificar, então, a presença desses povos nessa área, como por exemplo, os ascendentes do senhor Habib Bacha<sup>13</sup>. Estratégias geopolíticas diversas são implementadas neste sentido, atraindo pessoas para assentar ocupações e assegurar o poder sobre o espaço pelo princípio de *ut possidetis*<sup>14</sup>. Portanto, a gênese do processo de dominação do espaço orienta-se pela atração a imigrantes, historicamente.

---

<sup>11</sup>Trata-se de uma obra publicada em 1964 em que conta a viagem de um adolescente que veio em busca de seus familiares para trabalhar nos empreendimentos de seus tios. O trabalho relata a viagem e a experiência de um adolescente português que veio para o Pará, para trabalhar com seus tios que aqui já residiam. Neste trabalho destaca-se como era o trabalho realizado e as condições de vida.

<sup>12</sup>O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por (Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que fossem, relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as mais partes ultramarinas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar. Era composto por um presidente, quatro conselheiros, um secretário e dois porteiros. Pelo Regimento dos ordenados de 23 de Março de 1754, verifica-se que à composição primitiva foi acrescentado um lugar de procurador da Fazenda, um de tesoureiro privativo com um escrivão e fiel, um executor das dívidas ativas, um solicitador da Fazenda e um contador dos Contos do Ultramar. Registo de padrões de juro tomados para empreendimentos no Ultramar, de fianças por contratos de arrematações de pimenta, cravo, cacau, açúcar e couros, de pagamentos de ordenados e ajudas de custo a familiares de embarcados ou funcionários no Ultramar, do cumprimento de ordens e rotas marítimas, do recebimento dos direitos do sal do Brasil e de Angola, dos dízimos das alfandegas do Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Paraíba, Pará. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=210>.

<sup>13</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>14</sup>Princípio do direito internacional que, em disputas envolvendo soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio. (BEUST, 2010). Disponível em: [unifra.br/eventos/sepe2010/2010/Trabalhos/sociais\\_Aplicadas/Resumo/5561.pdf](http://unifra.br/eventos/sepe2010/2010/Trabalhos/sociais_Aplicadas/Resumo/5561.pdf).

Ao cruzarmos as informações de Henrique Gonçalves e os depoimentos do senhor Habib Bacha<sup>15</sup>, Benedito Gama Maia<sup>16</sup> e Evanilde Cunha Alves<sup>17</sup>, observa-se um processo de ocupação da ilha da Conceição, marcado pelo cruzamento de povos de diversas origens, como apontamos anteriormente. Habib Bacha ressalta sua origem como resultante de uma “mistura danada”; como também para seu Benedito Gama Maia, que teve seus avós portugueses chegando a essa região no período Pombalino, e dona Evanilde Cunha Alves, neta de judeus comerciantes. Para estes, sua origem estava associada a uma mistura que envolve portugueses, judeus, escravos e índios. Em outras palavras, percebe-se que o processo de formação populacional da ilha é pertinente à ideia de mestiçagem do próprio povo brasileiro, em que apresenta na sua origem povos indígenas, africanos e europeus. Contudo, na região do Baixo Tocantins há levas de migrantes de diversas origens – notadamente da região transicional entre a Europa e a África.

Nos séculos XVIII e XIX, judeus serfadistas, turcos, libaneses também instalaram-se na região ocupando-se da atividade comercial. Para Costa (2012, 45), o período pombalino é decisivo na construção da economia de base camponesa que se organiza na região, através de um programa sistemático de incentivo à produção agrícola, que, para o autor, se dá de forma combinada à produção agroflorestal. Em vários momentos da história, teremos políticas governamentais ou incentivos particulares, de imigração para a região do Baixo Tocantins.

Mantendo a análise sobre a origem da população local da ilha da Conceição, observa-se que, em geral, os pais e avós desses moradores têm origem portuguesa, judaica, africana e indígena, podendo ser também oriundos de descendentes da migração intrarregionais. Assim como para a matriz brasileira, o homem amazônico foi construído com as mesmas origens, como apontado por Ribeiro (1995),

“No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes, à medida que elas iam sendo desfeitas. (p. 30)

---

<sup>15</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>16</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>17</sup>Entrevista com a Senhora Evanilde Cunha Alves, 75 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

Essa construção se diferencia diante do espaço ocupado; trata-se aqui de uma região constituída por uma densa floresta ombrófila, influenciada pelas marés, exercendo sobre os homens um domínio, exigindo de cada um a capacidade de resiliência, o de se apoderar das lógicas do meio ambiente.

Henrique Gonçalves (1964, p. 16) aponta ainda outro elemento importante que justifica a permanência desses primeiros moradores na ilha. Sobre a questão, revela que “não era de estranhar que só escutasse com interesse o que era favorável à terra que imaginava como um Eldorado, pois a fartura de pão pressentida em casa de minha avó provinha dos dinheiros do Brasil”. Dito, de outra forma, os imigrantes portugueses que aqui chegaram produziam riqueza, ainda que o trabalho fosse difícil, o que era compensado pelo manejo da floresta e o comércio que eram promissores. É essa riqueza produzida por aqueles que chegavam, que mesmo retornando a Portugal, com o objetivo de se manter próximo ao restante da família, pouco tempo permanecia em terras lusas, encaminhando-se, em curto espaço de tempo, com o restante da família, para as terras paraenses, como no caso do menino Henrique Gonçalves.

Havia casos também dos que, mesmo não indo buscar os demais membros de sua família em Portugal ou em outras regiões, não deixavam de auxiliá-los com envios de recursos financeiros. Esse recurso que retorna a Portugal, produzido pelos que primeiro chegaram à ilha, desencadeava a ideia de uma riqueza fácil a ser conquistada, levando muitos jovens a quererem vir ao Pará em busca desse enriquecimento. Em relato, Henrique Gonçalves mostra esses elementos ao afirmar que “minha avó se entusiasmava com a ideia de que os netos fossem para a companhia de seus filhos. Meus primos Vitor e João tinham seguido para lá”. Esta obra abre um pressuposto com relação aos imigrantes portugueses, sobre a vinda destes para as terras do Grão Pará. Assim como a família de Henrique Gonçalves, outras famílias e até conhecidos poderiam também embarcar para essas terras, em buscas de trabalho e de condições melhores de vida.

Como se observa, a obra de Henrique Gonçalves é um importante registro em que se percebe a imigração dos portugueses para o Grão Pará, pois revela aspectos ainda dos primeiros tempos de colonização da Amazônia. “Todos que aqui chegavam vinham em busca de trabalho e de produzir riquezas”, destacava Gonçalves (1964, p. 17). Ideia semelhante fica evidente na fala do Habib Bacha, em que relata “vim pra cá, pra trabalhar no comércio do meu pai e no barco que fazia viagem para Paramaribo”. Apesar de estarem em épocas distintas, todos os processos de imigração para essa região, aparentemente revelam semelhante objetivo.

As conclusões tiradas dos registros de Henrique Gonçalves e da fala de Habib Bacha parecem emblemática, no que diz respeito às estruturas importantes para a economia da ilha da Conceição, no caso, o comércio. Este tinha duas características importantes: a primeira, é o estabelecimento local, com a criação de pequenas lojas comerciais ou tavernas; e, o segundo, é a navegação mercantil, que levava e trazia mercadorias para esses comércios locais.

Um registro importante dessa situação está presente na memória do senhor Benedito Gama Maia, em que destaca que sua família, por longos anos, foi possuidora de uma grande casa comercial e uma embarcação que servia como transportador de mercadorias e pessoas. Uma estrutura típica do aviamento clássico que mantém-se hegemônica até os idos da década de 1970, em Mocajuba. No caso, estabelecia comércio com os moradores das ilhas, das zonas ribeirinhas e até dos “centros” do segundo distrito; trocavam mercadorias gerais por gêneros do extrativismo, como a borracha e o cacau, óleos vegetais, castanha de andiroba, entre outros produtos e retornava com materiais de estiva como tecidos, ferramentas agrícolas, entre outras mercadorias. O avô de seu Benedito Maia, assim como muitos, se estabeleceu na ilha em busca de trabalho e de melhoria de vida, como aponta em sua fala:

Meu avô chegou aqui pra trabalhar, essa propriedade é da minha família há quase 180 anos, ele trabalhou na lavoura de cacau, abriu um comércio que vendia de tudo, e por isso ele comprava borracha, cacau, castanha, andiroba, das outras pessoas. Tinha um barco que levava borracha e cacau, pra vender em Belém. Aqui era organizado.<sup>18</sup>

Uma estrutura clássica da economia da região que, atualmente, Costa e Inhetvin (2012) chamam de trajetória tecnológica camponesa, ou seja, um conjunto de atividades que convergem para o agroextrativismo; “são resultados de ajustamentos sistemáticos e adaptativos – incrementais e evolutivos – na composição das atividades (subsistema de cultivo, subsistema de criação, subsistema de pesca, etc.) (p. 66), desenvolvida por agentes camponeses. Organizam suas atividades baseadas em paradigmas de natureza viva, combinando atividades diversas, que foram, em muito, subalternizadas pelo modelo colonizador.

Destaca-se ainda que essa região é marcada pela formação de quilombos, a partir do século XVIII - que se constituíam por vilarejos habitados por negros, caboclos, índios desaldeados, desertores do exército e outros contestadores do sistema dominante, de base patriarcal, centralizador e escravista. E, ao longo do rio Tocantins, muitos povoados, que hoje existem, têm sua origem nos antigos quilombos que se formaram com os agentes escravizados

---

<sup>18</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

em fuga (PINTO, 2004, p. 44). Tais agentes agregam-se com outros também contestadores do sistema político dominante. Processos que geram formas diferentes da realidade dos ribeirinhos, revelando uma formação populacional marcada pela diversidade de grupos étnicos e sociais.

No período colonial, o processo de colonização tinha uma árdua tarefa para a Coroa Portuguesa, o de povoar todos os lugares com o objetivo de assegurar o território. Nesse sentido, muitos atrativos irão levar os estrangeiros a migrarem para essa região, como registramos. Esses elementos de atração se dará pelo viés econômico, com a possibilidade de auferir renda.

No caso, reafirmamos que os primeiros que aqui chegaram têm sua trajetória de vida associada a um processo de migração de povos europeus, africanos, entre outros. Chambouleyron (2010, p. 27), afirma que “a Coroa procurou enfrentar esses problemas através de diversas formas, como o envio de degredados, a autorização para que portugueses migrassem para a região”. Um caso exemplar é o do pai de seu Habib Bacha, de nacionalidade portuguesa. Outro caso é do senhor Benedito Gama Maia, também descendente de português, ou, ainda, a família Mendonça, formada por agricultores e comerciantes da ilha, que também tem sua descendência em Portugal, e a família da senhora Evanilde Cunha Alves, descendente de judeus.

É oportuno ressaltar o incentivo da Coroa portuguesa para a vinda de casais açorianos para o Estado do Maranhão, que solicitavam à coroa sua mudança para a Amazônia, entre 1618 e 1677. Vieram para o Estado do Maranhão pelo menos 2.277 pessoas. Em 1649, foram 45 casais, somando 270 pessoas para a capitania de Cameté, financiado pelo seu donatário Antônio Coelho de Carvalho (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 34). Apesar de que ainda não foi identificado casos de açorianos exclusivamente na ilha, mas é acertado, uma vez que o processo de ocupação das localidades de ilha dessa região estavam interligadas com a ocupação promovida pela capitania de Cameté. Ainda para Chambouleyron (2010), havia pedidos individuais de pessoas residentes em Portugal para virem residir com suas famílias no Pará. Há vários relatos apontados por este autor; homens de diversos ofícios.

Coma a chegada de migrantes para essa região, havia também uma necessidade crescente de matérias-primas para as construções de moradias e embarcações, e a consolidação de culturas agrícolas que proporcionassem o desenvolvimento econômico nessa região. O empreendimento pombalino, no século XVIII, é um exemplo simbólico desse processo de valorização do padrão agrícola – e também da permanência da produção agroextrativista, como atesta Costa (2012, p. 45).

A concepção de desenvolvimento, associada à exploração intensa e predatória dos recursos florestais a serem distribuídos através do comércio, encontra-se intimamente ligada à forma de apropriação mais agressiva da natureza. Assim, desde a colonização se pensa em projetos que possam introduzir, nessa região, o “desenvolvimento” que se produzia e se produz nas outras regiões do Brasil, principalmente os projetos de implementação da agricultura, haja vista que, no período colonial, ela se revestia de caráter moralizador e civilizador e era concebida como atividade capaz de promover o desenvolvimento econômico e a ocupação populacional da região (NUNES, 2011, p. 19). Houve um investimento do Estado para assegurar o desenvolvimento agrícola voltado para a exportação.

Mas, em muitos aspectos, a agricultura era um meio de subsistência e compensação à superexploração da força de trabalho, principalmente através da formação de roçados para plantação de maniva, destinada ao processamento de farinha de mandioca, que foram desenvolvidas em áreas de terra firme. É também significativo ressaltar que essa região mantinha um curso importante de deslocamento de mercadorias e pessoas, via rio Tocantins, o que possibilitou a instalação de grandes casas comerciais e, dessa forma, a permanência de pessoas nessa região.

Ainda que a ideia maior dos governantes fosse a implementação da agricultura, as atividades extrativistas é que foram desenvolvidas. Definitivamente, são os recursos naturais e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais nativos que possibilitaram o povoamento ou sedentarização das áreas de várzeas, de municípios como Cametá, Mocajuba e Baião, no caso, cidades que compõem a região.

Esses elementos nos mostram o quanto era atrativo permanecer e, dessa forma, ocupar essa região. Neste caso, na ilha da Conceição, segundo as lembranças guardadas e as falas de seu Habib Bacha<sup>19</sup>, do seu Benedito Gama Maia<sup>20</sup>, da senhora Evanilde Cunha Alves<sup>21</sup>, da senhora Edna Franco da Silva<sup>22</sup> e da senhora Maria Raimunda Valente Camargo<sup>23</sup>, nascidos na ilha, todos trabalhavam com o extrativismo, principalmente na coleta de borracha e cacau;

---

<sup>19</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>20</sup>Entrevista com o Senhor Rabib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>21</sup>Entrevista com a Senhora Evanilde Cunha Alves, 75 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>22</sup>Entrevista com a Senhora M<sup>a</sup> Elza Cunha Alves, 66 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>23</sup>Entrevista com a Senhora Maria Raimunda Valente Camargo, 69 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

desde o tempo da chegada dos primeiros moradores. Isso demonstra que o espaço se constitui como propício à atividade extrativista; viabilizando, assim, a ocupação.

A memória coletiva se destaca pelas evidências que são geradas por indivíduos diferentes, e é estudada através da singularidade das atividades laborais que os moradores realizavam e ainda realizam; como exemplificam as falas de seu Habib Bacha: “aqui trabalharam muito, na borracha e no cacau”<sup>24</sup>; de dona Evanilde Alves: “a minha vó, minha mãe, sempre trabalhou, riscando a seringueira e tirando cacau. Também tinha muita andiroba, e o muru-muru, para o porco comer”<sup>25</sup>; de dona Maria Raimunda Valente Camargo: “minha mãe e meu pai aprenderam a trabalhar com a andiroba, a seringa e o cacau com meus avós”; e, de seu Benedito Gama Maia: “quando meu avô chegou aqui, ele foi logo ‘tira’ cacau, tinha a seringa também, dava muito dinheiro”.<sup>26</sup>

Essa percepção de desenvolvimento começa a fazer sentido, dentro da perspectiva ribeirinha e *dolócus* de trabalho desenvolvido pelas populações que ocupam a ilha da Conceição. Em outras palavras, podemos afirmar que nesse espaço da ilha da Conceição se desenvolveu múltiplas áreas de trabalho, “terras, florestas e águas de trabalho” (WITKOSKI, 2010, p. 30). E, assim, desenvolveu-se os produtos nativos da floresta da ilha, como a andiroba, a castanha, a borracha, o cacau e o açaí, além da apropriação de técnicas de pescaria e de caça. Essa apropriação mais racional dos espaços naturais floresta, rios e terra, passou a ser o ponto primordial para que a população ribeirinha fixasse moradia e, deste modo, assegurassem a apropriação do território.

A lógica ribeirinha, aqui demonstrada, pode ser comparada a um comportamento adverso do continente e também das monoculturas descritas na ilha da Conceição; diferentes das práticas de outras comunidades insulares. Devido à maioria das ilhas no Pará serem em áreas de várzea, como visto pela experiência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Ilhas Paraenses<sup>27</sup>,

---

<sup>24</sup>Entrevista com o Senhor Habib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>25</sup>Entrevista com a Senhora Evanilde Cunha Alves, 75 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>26</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>27</sup>FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ILHAS, nestes Estatuto designado, simplesmente, como FÓRUM DAS ILHAS, fundado em 05/06/2009, com sede e foro nesta capital, sito Rua Augusto Corrêa, nº 01 – Guamá – cep 66075-110 (Universidade Federal do Pará/UFPA. – Programa Pobreza e Meio Ambiente/POEMA), Estado do Pará, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, recreativo e educacional, sem cunho político partidário, com a finalidade de ser um Fórum de debate, mobilização e fortalecimento do movimento social das populações das ilhas paraenses, regendo-se pelo presente Estatuto e normas de direito que lhe são aplicáveis. (Estatuto do Fórum das Ilhas, fevereiro de 2013).

a influência das marés são determinantes na produção de subsistência das comunidades ribeirinhas em Belém, que é uma cidade cercada por ilhas, mas a experiência dos nossos projetos retrata que em Belém a extração do açaí é a principal fonte de renda e devido ser uma produção sazonal, compromete a estrutura econômica dos ribeirinhos na entressafra.<sup>28</sup>

Percebe-se que muitos produtos oriundos da floresta tinham ótima aceitação e rentabilidade no mercado externo e a coroa portuguesa também incentivava projetos que viabilizavam a produção extrativista, como afirma Chambouleyron (2010, p. 101), pois, “não somente os reis tentaram de múltiplas formas desenvolver a plantação de açúcar e tabaco, mas também o cultivo dos 'frutos da terra', como o cacau". Conclui-se, então, que para o entendimento do processo de ocupação desta região, estabelece-se, como um critério importante de ocupação, a questão econômica, principalmente as atividades relacionadas com o extrativismo, que é o que realmente chama muito a atenção; ou seja, as pessoas iam para essa região motivadas pela ideia de um lugar vindouro.

O extrativismo, como observado, foi a principal motivação que as pessoas buscavam para ocupar a ilha; construir casas, comércios, aprender a trabalhar com os produtos florestais; quer dizer, estranhamente, deixavam a comodidade do reino e das cidades, e iam morar em locais que teoricamente apresentavam-se tão inóspitos. Em outras palavras, a necessidade de sobrevivência, associada à apropriação de experiências de trabalho, vinculada, em grande parte à prática extrativista, orientou a permanência da população na ilha da Conceição. É o que podemos chamar de um exercício de trabalho como instrumento que permite não apenas a exploração da riqueza, mas a construção de valores que permitem o apego pelo lugar que constituem as relações de identidade. (SOUTO, 2008, p. 16).

Considerando as reflexões de Halbwachs (2003: 42), para quem a memória é também construída pelos laços de identidade dos indivíduos em um grupo e com o território que ocupa, observa-se que o ato de permanecer desses primeiros habitantes da ilha é resultante de suas experiências de trabalho e dos valores que construíram; como, em sua fala, o senhor Habib Bacha, ao resgatar a memória de sua família, diz que seus pais "vieram pra cá, por que disseram que aqui era bom de se trabalhar", sendo que "aqui permaneceram", convivendo e aprendendo "a gostar do lugar e da boa convivência" com outros moradores. O mesmo se observa nos relatos de seu Benedito Maia, para quem o "avô veio em busca de trabalho", mas que com o tempo de

---

<sup>28</sup>Entrevista com o Sociólogo Josaphat Aranha de Vasconcelos Neto, em 10 de abril de 2017. Em Belém –Pará. Responsável Técnico do Fórum das Ilhas.

convívio, aprenderam a coabitar com a terra e "dela tirar seu sustento", não desejando "ir para outro lugar".

Nessa perspectiva, concluímos que os indivíduos que chegaram nessa região e que passaram a residir na ilha da Conceição, decorreram por um processo de aprendizado, criado pelas populações nativas da nossa região, absorvendo para si hábitos alimentares, práticas de trabalho com artigos oriundos da floresta; aprenderam a construir apetrechos de pesca que os ajudariam na obtenção de alimentos. Esses conhecimentos foram adquiridos ao longo da convivência com a ilha, observando as marés e o tempo de coleta e de manejo de cada produto. Etnoconhecimento, produzido pelas populações insulares.

A fala dos moradores entrevistados, como a de seu Habib Bacha: “meus pais vieram para cá, por que disseram que aqui era bom de se viver e trabalhar”, confirma que o atrativo foi o viés econômico, o que fica evidente, também, em tantas outras falas, como a de seu Benedito Maia, dona Evanilde Alves e dona Juracy Sepeda Mendonça<sup>29</sup>; destacando, assim, um elemento comum nestas falas: a ideia de um espaço “bom de se viver e trabalhar”.

Para melhor compreensão, os pais de seu Habib, não estavam interessados em sentir ares puros, ou de contemplar a natureza exuberante, mas o bom de se viver, neste sentido, era a abundância, primeiramente de alimentos, como a caça e a pesca, e depois de trabalho, devido à grande possibilidade de comercialização da madeira e de outros produtos da terra, como a borracha, a andiroba, a castanha e a ucuúba, sem contar que o comércio era algo muito rentável nessa região, possibilitando o enriquecimento de muitas famílias nos municípios de Mocajuba e Cametá.

E sobre esses aspectos do uso de recursos naturais, Costa e Inhetvin (2013: 35) analisa que esses sistemas eram de produção diversificadas e adaptadas às condições de várzea, além da caça, a pesca, a agricultura e o extrativismo, elementos fundamentais para garantir a permanência da população na ilha, revelando aquilo que o senhor Bendito Maia e dona Evanilde Alves chamavam de "terras boas de se viver".

O viajante Ignácio Baptista de Moura, em março de 1896, começou uma viagem que tinha como objetivo fazer o reconhecimento do território banhado pelo rio Tocantins. Nesse trabalho de reconhecimento, revela questões importantes para compreender aspectos da população que formavam as ilhas do Baixo Tocantins. Nessa viagem traçada pelo rio Tocantins, produziu uma descrição da topografia e dos povos que ia encontrando ao longo do percurso.

---

<sup>29</sup>Entrevista com a senhora Juracy Sepeda Mendonça, 62 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

Ao se deparar com as ilhas dessa região, descreveu as condições que esses homens moradores apresentavam, principalmente a fartura daqueles considerados pobres nessa região, que, para Ignácio Moura, poderiam ser considerados ricos, se comparados aos proletariados do Sul ou se comparados aos pobres dos sertões do Ceará, da Paraíba ou do Rio Grande do Norte.

Essa fartura se dava pelo fato de que nessas cabanas não faltavam café, açúcar, fumo, peixe e a carne de caça (MOURA, 1910, p. 68). Ainda que no início do processo essas terras fossem bravias àqueles que chegavam de outros continentes, a riqueza produzida nesse espaço pelo acesso a uma alimentação regada à coleta de frutas, da caça e da pesca, viabilizava a permanência dos primeiros habitantes.

Essa abundância de alimentação fica evidente na fala dos moradores. A senhora Maria Raimunda relata que na sua infância “a ilha era muito farta, nunca nós falecemos de fome, às vezes eu reinava<sup>30</sup>, e dizia que será possível que não acaba esse peixe. Era farto com peixe, muito camarão, que enjoava, tinha um paredão<sup>31</sup> aí, e ele pegava paneiro<sup>32</sup> cheio de peixe (pirabanha, jaraqui, aracu, curimatá, jadií)”. Informava ainda “aqui nós colhemos melancia, quiabo, jerimum, nós roçávamos e plantávamos”.

Apesar da abundância, a vida não era tão simples e acomodada, como no relato da senhora Juracy Sepeda Mendonça, que informou que na ilha “tinha uma vida perigosa, era só no pesado, a gente cedo saía pro mato, riscava a seringa, apanhava o açai, quando voltava tinha que amassar o açai, às vezes tinha uma tapagem<sup>33</sup> pra revista, tinha o barro pra tirar, nossa vida era assim”. Os relatos de riqueza e abundância, parecem ser interrompidos pelos riscos em se ocupar e permanecer na ilha, mostrando que essa população é caracterizada por indivíduos em busca de locais de ocupação e dispostos a enfrentar as adversidades apontadas pela convivência com o rio e a floresta.

É certo, que fixar moradia na ilha da Conceição não deve ter sido tão fácil como aparenta. Primeiro porque havia a necessidade de construir as estruturas físicas, criando, assim, as condições de permanecer. Estas condições estavam exatamente ligadas ao exercício de aprender e desenvolver habilidades e conhecimentos sobre a natureza. Esse processo de

---

<sup>30</sup>Termo utilizado pela entrevistada para expressar que estava chateada ou com raiva.

<sup>31</sup>Paredão: Armadilha para capturar o peixe, colocada as margens dos rios.

<sup>32</sup>Paneiro de olho: é o cesto amazônico por excelência, feito de talas de guarimã, guarumã ou arumã. É confeccionado em traçado hexagonal, formando “estrelas de Davi, de forma que se dispõe a formar pequenos círculos”. A palavra paneiro é híbrida, vem do tupy - paná (cesto) com o sufixo português - eiro, que expressa uso, finalidade e profissão (paná + eiro = Paneiro).

<sup>33</sup>Tapagem: porém trata-se de uma barreira no curso do rio e não em sua margem, elaborado com um gradeado feito de talas de guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*), amarrado com cipós, e utilizado para barrar a foz dos igarapés, para impedir a saída dos peixes.

aprendizagem da dinâmica da natureza e os meios que o levaram a dominar técnicas de cultivo ou de determinados apetrechos de pesca e caça, estão associados ao etnoconhecimento, desenvolvidos pelas experiências, ou seja, a convivência com o meio ao qual se está inserido e a forma como se relaciona com o meio social e ambiental. Havia também as doenças tropicais, como o caso de “[...] Miguel, falecido pouco tempo depois de ali chegar, vitimado pela febre amarela, [...], causadora da mortalidade de muitos dos estrangeiros que ali aportavam”. (GONÇALVES, 1964, p. 16).<sup>34</sup>

Habib Bacha informa que “quando ele chegou aqui tudo era bravio, ele teve que cortar o mato para construir a casa e o comércio. Era bom aqui, os navios passavam aí na frente, meu pai vendia pra eles o que comprava dos outros moradores que aqui viviam”. Ainda que inóspita, os recursos naturais eram abundantes, a exemplo da água, que oportunizou o desenvolvimento de técnicas de uso da natureza que possibilitavam a permanência nessa ilha. Um dos exemplos destacados é a madeira, que, cortada, servia para a construção das moradias e também para a exportação, o que era facilitado pelo escoamento via rio Tocantins.

Essa riqueza também é descrita por outro viajante do rio Tocantins, Robert Avé-Lallemant, em 1859, que informa sobre a flora dessa região e o perfil da população local. Destaca os produtos que eram explorados e que se conheciam na Europa por serem originários dessa região, “por toda parte vicejam na floresta os espessos maciços de cacauzeiros. De longe brilham as grandes cápsulas amarelas dos seus frutos”. O cacau foi um dos produtos mais cultivados e beneficiados nessa região, produzindo muitas riquezas.

Ainda para esse viajante, a borracha também teve um grande destaque; “entretanto, o lucro obtido com a apanha do cacau não se pode comparar com o que decorre da *Siphonia elástica*. [...], a verdadeira árvore da borracha, [...], cresce por toda a floresta [...]”. Informa ainda que, em razão desses produtos, foi possível que a população pudesse permanecer na região, vivendo basicamente da extração e do comércio do cacau e da borracha. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 284).

As pessoas e seu modo de vida, também são descritos com detalhes por viajantes, apontando para a propriedade familiar, os sítios<sup>35</sup> lotes de terra, onde residia, geralmente, uma grande família, em que os filhos eram amorosos e respeitosos para com os mais velhos; “o respeito para com os mais velhos é mui religiosamente observado. Os mais moços quase não cumprimentavam os mais velhos, senão tomando-lhes a bênção” (MOURA, 1986, p. 68). O

<sup>34</sup>A Obra NAS TERRAS DO GRÃO-PARÁ: as atribuições de um emigrante adolescente. GONÇALVES, Henrique. Editora Atlântida. Coimbra. 1964. Conta a viagem de um adolescente português pelo estado do Pará.

<sup>35</sup>Como são chamadas as propriedades de área de várzea

respeito e o valor dado aos anciões da família, reforçam a ideia do processo de aprendizado realizado no ambiente familiar.

Outras características destacadas demonstram os elementos culturais dos povos ribeirinhos, que são assim registradas por viajantes: "Dois fatores emprestam a essa gente uma matriz toda especial: a preguiça e o banho, ambos tão inerentes a essa população [...]". Sobre o banho, indica que "todos os membros da família, são habitualmente acostumados a tomar pelo menos uns cinco banhos ao dia; as crianças, sem dúvida batem o recorde, qualquer atividade realizada por elas terminam no rio" (Avé-Lallemant, 1980, p. 45). Sem dúvida, o banho foi e ainda é uma característica intrínseca da população da ilha da Conceição.

Sobre a preguiça, ao olhar do viajante, o homem ribeirinho torna-se preguiçoso pelo fato da abundância ao seu redor, como destacado no trecho a seguir: "Esta inércia estereotipada pelo descanso das redes, pelo que são criticados os paraenses, é um resultado fatal da riqueza natural da sua terra e da abundância em que vivem" (MOURA, 1986, p. 69). No entanto, a pesquisa de campo revela, que essa suposta preguiça dos ribeirinhos está associada ao tempo despendido ao trabalho com a pesca, a caça e com a floresta, através das atividades extrativistas. Esses homens trabalham a partir de uma perspectiva específica de horário, que é disposto pela própria natureza.

Outra questão importante é saber como era a ilha associada à percepção de seus habitantes. Saindo da casa de seu Habib Bacha, ao atravessar o rio, encontramos uma jovem senhora, Anália dos Santos Corrêa<sup>36</sup>, que sentada no trapiche de sua casa, consertava uma malhadeira<sup>37</sup> - rede de pescar, principal apetrecho empregado na pesca pelos ribeirinhos da região Amazônica. Conversando e rindo, informava que nasceu na ilha, e sobre o seu nascimento, dizia que quase nasceu no mato, pois sua mãe "teve a dor no pé da seringueira". E isso lhe permitia reafirmar que "eu sou mateiro mesmo, e gosto do mato, não troco isso aqui por cidade nenhuma". Nasceu, cresceu, vendo e aprendendo com sua mãe e tias "os ofícios do mato", relatava.

Para nossa compreensão, o ofício de mateiro foi aprendido por ter que acompanhar sua mãe e suas tias nas atividades referentes ao extrativismo vegetal e animal, sendo que nesse processo que as experiências foram adquiridas, criou uma interação desde criança com a natureza. Para Souto (2008, p. 16), essa interação está intimamente ligada à cosmologia, ideologias e crenças criadas entre o homem e a natureza. Isso gera um processo de valorização

---

<sup>36</sup>Entrevista com a Senhora Anália dos Santos Corrêa, 45 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>37</sup>Rede de emalhar de nylon multifilamento com malas variadas. (ISAAC; MILTEIN; RUFFINO, 1996, p. 192).

da floresta, e, além disso, cria os elementos que são pertinentes à cultura desses povos. Esses elementos “são passados de geração a geração, fruto de experiências diretas e de contato com o meio ambiente por vários povos indígenas e locais através dos séculos”.

Dona Anália Corrêa ressalta, também, que a ilha era diferente daquilo que se constitui hoje. “Olha quando eu era criança, minha mãe jogava limão daqui lá para o outro lado, a beira era mais lá, já caiu muito aqui”. Esse depoimento nos mostra que a ilha da Conceição sofreu modificações físicas consideráveis ao longo dos anos. Essas mudanças ocorreram pela agressão humana ou sob os aspectos naturais, a força das marés. Essa ilha passou e ainda passa por um acelerado processo de desmatamento, como a madeira retirada, em que, uma parte está ligada ao extrativismo vegetal, como por exemplo, a andirobeira<sup>38</sup>, ucuubeira<sup>39</sup> e outras espécies que serviam para a construção das casas e para abastecer os estaleiros e serrarias, que eram comuns nessa região. O pai de dona Anália Santos, veio morar na ilha devido ao emprego no estaleiro existente no rio Santana. Como relatado por ela, “minha mãe conheceu ele aí no estaleiro, depois ele foi embora morar em Marabá; ela foi atrás com as criançadas, mas não se acostumou na cidade. Ela voltou com nós e aqui fiquei até agora, e não me acostumo na cidade”, relata.

Dentre as experiências que serão adquiridas pelos primeiros moradores que chegaram na ilha, está a exploração dos recursos naturais. E para essa área, teremos dois tipos de extrativismo, o de aniquilamento e o de coleta.<sup>40</sup> O primeiro está ligado à necessidade da população em construir suas moradias e demais estabelecimentos, também para a construção das embarcações, como identificado na fala de Dona Anália dos Santos, sobre a existência de um estaleiro em Santana; mas também na comercialização de madeira e de paxiba<sup>41</sup>; e o segundo está pautado como um elemento relacionado à coleta de produtos, como a borracha, a ucuúba, a andiroba, o muru-muru, o açáí e o cacau.

---

<sup>38</sup>Andirobeira: (*Carapa guianensis Aubl*), árvore de crescimento rápido, até 30 m de altura, de casca grossa e amarga. Encontrada frequentemente formando associações. Espécie de grande valor pela abundância e teor oleaginoso de suas sementes e largo uso de sua madeira. Caracteriza-se pelas grandes folhas pinadas, escuras e pendentes. Possui quase sempre tronco ereto, cilíndrico sem defeito. Floresce de setembro a dezembro e frutifica de fevereiro a julho.

<sup>39</sup>Ucuubeira: (*Virola Surinamensis*), Bot. Designação comum a diversas árvores da família das miristicáceas, esp. dos gêneros *Virola* e *Irianthera*, cujos frutos oleaginosos e comestíveis é usado na fabricação de velas e sabão;

<sup>40</sup>No extrativismo de aniquilamento, o trabalho do extrator “anula” as propriedades originais do ecossistema, tomando suas partes, seus componentes estruturais como estoque de matérias independentes e genéricas. O extrativismo de coleta [...] supõe a preservação da natureza originária, dado que produtora, no exercício de suas funções reprodutivas, dos valores-de-uso que, como um fluxo, são colhidos por ação imediata do extrator (COSTA, 2012, p. 39).

<sup>41</sup>Paxiba é uma ripa retirada do tronco da palmeira do miritizeiro (*Mauritia Setigera*) ou do açazeiro (*Euterpe Oleracea*), que serve para a fabricação de assoalhos rústicos nas construções de casa ou pontes e também na confecção do paredão.

E sobre essas experiências, destaca-se a construção das casas, que hoje são de madeira e cobertas com telhas; mas que, em outros tempos logo na chegada dos primeiros habitantes e por um longo período da história dessa ilha, eram construídas, assim como os currais e os giraus, com os esteios, feitos de madeira, assemelhando-se a vigas que servem para sustentar moradia, e assoalhadas com paxiba feita de miritizeiro (*Mauritia flexuosa*), como identificado na fala de seu Benedito Maia. “Nesse tempo as casas eram assoalhadas com paxiba de miritizeiro, com a palha se cobria as casas, e com o miolo do tronco da palha eram construídas as paredes das casas”, relata. Essa forma de construção, segundo Toledo (2002), se caracteriza como um sistema de conhecimento e de práticas que essas populações adquiriram se relacionando com o meio ambiente, ou seja, elas estão inseridas dentro de um aspecto de racionalidade ambiental, como apontado por Leff (2011, p. 144), pois “desconstrói a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social”.

Como se observa, o objetivo maior daqueles que chegaram à ilha da Conceição era produzir os meios que promovessem sua estadia e permanência. Nos relatos de viajantes, a descrição das propriedades destaca que os meios produzidos formam as peças-chave dessas permanências.

Não há no Estado, sítios mais aprazíveis que os do Tocantins. Cercados de jardins e pomares, [...], enfrentados todos de uma extensa ponte estreita, que une a casa com a beira d'água, no verão, são estas habitações construídas sobre grossos esteios, que lhe servem de alicerce, tendo o assoalho da moradia altura suficiente para que penetre a água por baixo da casa, sem jamais a atingir, o que, entretanto, não diminui a salubridade da habitação, tornando até pitoresca a moradia nesse tempo (MOURA, 1910, p. 67).

As técnicas utilizadas para a construção de casas nas áreas de várzea e a formação dos pomares ao redor da casa, esses elementos estão pautados na sabedoria local, adquiridos pelas experiências produzidas por essas populações, como registrado anteriormente. Ressalta-se, aqui, a importância para a constituição e a permanência dessas famílias que se formaram ao longo da história da chegada dos imigrantes à ilha. Primeiro, a formação do pomar ao redor da casa, a plantação de árvores frutíferas, laranjeira, jambeiro, goiabeira, bananeira, ameixeira, mangueira, entre outras, parecem não ter importância, ou que sua plantação foi uma mera coincidência de uma sementinha jogada, sem nenhuma intenção; o que, de fato, foi observado empiricamente na pesquisa, coincidindo com o que é relatado em obras de época mais remota.

O objetivo do pomar é, primeiramente, servir como parte complementar na alimentação das crianças e adultos, mas também é o espaço de lazer desses pequenos, em que o ato de ir

colher as frutas e comê-las no “pé” da árvore, é pura brincadeira entre eles; sendo, então, muito mais que um simples espaço ligado à obrigatoriedade de se alimentar. É um ambiente onde se desenvolve laços de amizade e solidariedade entre as crianças, e, também, um espaço de aprendizagem das habilidades e de agilidades, o que é muito pertinente a estes indivíduos. É um local, também, de resistência ribeirinha, de consolidação ambiental, principalmente diante do discurso intitulado a esses povos desde o período colonial. O pomar pode ser considerado como uma das multiplicidades de variáveis que atuam através da história. (SANTOS, 2014, p. 45). Principalmente, se entendermos que os espaços que serão ocupados por esses homens ao longo da história possibilitaram a manutenção da vida e da ocupação.

A construção das casas suspensas do chão por esteios grossos, deixando passar a água por baixo, em época de maior incidência de chuva, e conseqüentemente maior volume de água, é uma forma tradicional de construção própria para as áreas de várzea, como é o caso da ilha da Conceição. Para a análise Etnoecológica, essa forma de construção é um saber tradicional, ou seja, uma percepção da natureza que, para esses homens é transgeracional, compartilhado através da oralidade e das experiências adquiridas pelo convívio a “adaptabilidade ao ambiente”. (NETO & CARNIELO, 2007, p. 107).

Mas a permanência na ilha, exigia do homem outras habilidades que foram além da construção ou do plantio doméstico. Esse homem tinha que aprender sobre o espaço natural, no qual estava inserido, relacionando-o com a forma e com o trabalho que iria executar. Essas experiências de trabalho ocuparam um espaço privilegiado para a apropriação territorial dessa região. Dominar a floresta e o rio, era parte integrante da sobrevivência e permanência na ilha, ou seja, em análise etnoecológica, a permanência desse homem na ilha se deu porque houve a compreensão e assimilação sobre os sistemas ecológicos e culturais.

Para o primeiro momento de ocupação, as experiências estavam voltadas para o plantio de cacau e da extração do látex, assim como também da coleta da andiroba, ucuúba e da castanha, vinculados à manipulação da floresta; como destacado na obra de Ignácio Moura (1986). Santana, uma das maiores ilhas do Baixo Tocantins, com lavoura de cacau e extração de goma elástica; Vizeu, com grande importância comercial; e Jacarecaia, com plantação de cacau e borracha. Interligadas por furos e igarapés, Vizeu e Jacarecaia fazem parte do complexo de ilhas e comunidades que formam o estuário do Baixo Tocantins, e estão intimamente conectadas, preservando uma experiência de moradores que, na luta pela terra, asseguraram a sobrevivência e construíram uma identidade de afinidade e valorização para com a região.

Os domínios das técnicas de pescaria também são considerados experiências de trabalho, assim como o extrativismo. O pari<sup>42</sup>, o matapi<sup>43</sup> e o paredão, são conhecimentos fundamentais para a adaptabilidade ao ambiente, e que marcaram as formas de sobrevivência na ilha. Esses apetrechos serviam para a captura de camarão e de diversas espécies de peixe, auxiliando no consumo familiar. Quando havia excedente, eram vendidos nas redondezas ou na cidade de Mocajuba, quase sempre com clientela já definida. A produção desses apetrechos como o pari e o matapi, assim como também o paneiro, foram técnicas desenvolvidas e aprendidas a partir da necessidade humana e transmitidas por entre as gerações, haja vista que até hoje esses objetos são produzidos por essa população. As Imagens demonstram o grau de habilidades que foram aprendidas ao longo da convivência com a ilha.

Imagem 2 – Pari



Fonte: Marciléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017

---

<sup>42</sup>Pari: Espécie de tapete tecido pelos artesãos ribeirinhos de tala de miriti ou jacitara.

<sup>43</sup>Matapi: Covo, oblongo ou cônico, feito de jacitara e com abertura na base.

Imagem 3 – Matapi



Fonte: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

Imagem 4 – Paredão



Fonte: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

Essas são apenas umas de muitas técnicas que o homem adquiriu na labuta de transformar uma terra bravia em um lugar pitoresco e produtor de riquezas, facilitando sua

estadia. Essas habilidades de usar os recursos naturais lhes são comuns, “e concernentes às atribuições desempenhadas diariamente [...]”. (NETO & CARNIELLO, 2007, p. 107). Os jiraus, os currais suspensos, os torrões, são também experiências que serão posteriormente desveladas, mas que, agora, serão destacadas como experiências que revelam as características da população local e que se formou na ilha da Conceição, ajudando o homem a ter posse e domínio sobre o território.

A aquisição dessas experiências não foi tão fácil como nos aparenta ser. Esse aprendizado exigia do homem amazônico uma articulação profunda da natureza. Viver à beira do rio, tornara-se uma tarefa árdua aos que ali chegaram, pois precisavam adaptar-se segundo as regras das marés e das safras dos frutos da floresta. Primeiro que desconheciam a floresta e o rio, e agarravam-se à tentativa de se misturar aos que lá já residiam, pois suas permanências dependiam do movimento em que ele poderia se amesquinhar pela imensidão da floresta ou se misturar a ela.

Se considerar-se o quanto inóspita essa região podia ser, compreender-se-ia que o homem que vem em busca de terra e trabalho, passa por muitas desventuras até o território tornar-se “manso”. Inóspito não pela falta de alimentos, visto que, havia em abundância, pelo menos para aqueles que já dominavam muitas técnicas de captura da caça e da pesca e da coleta de frutos. Mas, torna-se pertinentemente difícil porque, para essa região, tudo o que se necessitava deveria ser produzido, ou seja, ao chegar as casas não estavam prontas, tão pouco em construção. Havia a necessidade de ir em busca de madeira e das palmeiras para a construção das moradias, e também das canoas para usar como meio de transporte. Foram aprendendo sobre e como utilizar esses recursos, percebendo a natureza.

Essas percepções do espaço, do tempo e do lugar, por exemplo, ganham novas conotações nas reflexões sobre essa ilha. Para a etnoecologia, esses conceitos são saberes adquiridos pelo ribeirinho, ao longo da apropriação do cotidiano. As experiências produzidas demonstram que esses elementos são oriundos de uma educação familiar que perpassam pelo jogo da sobrevivência e da própria permanência no lugar, assegurando a ocupação desses espaços, principalmente se pensarmos que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANE, 2007, p. 152), e é no entender das experiências que se percebe como o trabalho e a educação nesses espaços estão relacionados, produzindo conhecimentos, “pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”. (SANTOS, 2014, p. 22).

Nessa sequência, ao longo de toda a história da Amazônia, percebe-se que os povos tradicionais (índios, quilombolas, ribeirinhos), criaram para si uma rede de conhecimentos que desenvolveram habilidades convenientes à sobrevivência e à dominação dos espaços que buscaram construir no cotidiano; uma inteligibilidade pautada no costume, criado por esses trabalhadores da terra, da água e da floresta. Esses elementos passam a ser parte da educação, do devir humano, agregando valores no ambiente físico e cultural dos ribeirinhos, sendo sua trajetória histórica, de reconhecimento do viver nesses espaços.

Segundo Chassot (1994, p. 15), esses conhecimentos que construíram os valores culturais dos costumes “não estão nos livros e que o meio acadêmico desconhece, são transmitidos oralmente de geração a geração, fruto de experiências diretas e de contato com o meio ambiente por vários povos indígenas e locais através dos séculos”. Afinal, o homem estabeleceu moradia dentre os séculos nesses locais de floresta, aprendeu com os povos nativos a importância de compreender e apreender a natureza, assegurando sua permanência a partir do manejo do ecossistema existente. E esses sujeitos da experiência não se definem por sua atividade, “mas por sua passividade”, “receptividade”, “disponibilidade” e “abertura”; não em detrimento da oposição entre ativo e passivo, mas sim de suas potencialidades em ter “paixão”, “padecimento”, “paciência”, “atenção”, estando disponível fundamentalmente para aquele aprendizado visto como algo essencial. (BONDÍA, 2002, p. 19).

O processo de ocupação da ilha da Conceição, portanto, perpassou pelo viés de empoderamento da população local em relação às formas de exploração da natureza, transformando os produtos nativos da floresta da ilha, como a andiroba, a castanha, a borracha e o açaí, em materiais economicamente rentáveis. A apropriação mais racional da floresta passou a ser o ponto primordial para que a população ribeirinha fixasse moradia e, assim, assegurasse o próprio território.

Após a chegada dos avós e pais de nossos entrevistados, surge uma nova fase na ilha; o homem adaptado, com saberes e valores construídos a partir da miscigenação de culturas e de povos diferentes, revelando o potencial de trabalho e de reconhecimento das riquezas naturais existentes no lugar. Para esse momento, deve-se analisar a formação do comércio local e os produtos vendidos ou trocados, dinamizando as atividades econômicas da ilha. Observar-se-á, que são essas práticas que se constituem como parte importante para a permanência dessas famílias que passaram a residir na ilha da Conceição.

Para o cotidiano da ilha da Conceição, o homem, a natureza e o trabalho estão intimamente relacionados à formação das Casas Grandes, e o sistema de aviamento dinamizado

pela forma “como a natureza é percebida por grupos humanos, através de um anteparo de crenças e conhecimentos, e como estes grupos, através de seus símbolos, usam e/ou manejam os recursos naturais” (TOLEDO, 1990, p. 457). O interessante é que as relações de experiências entre o homem e a natureza, estabelecidos pelos moradores dessa ilha, produziram um capital que está relacionado aos estabelecimentos comerciais.

Quando analisados pela perspectiva do trabalho, essa forma de empoderamento constrói o conhecimento empírico, pois é a partir da percepção da natureza que o ribeirinho compreende todos os espaços que proviram sua necessidade alimentar e também o levaram a integrar-se ao sistema econômico. É o saber sobre o meio em que está inserido e que é adquirido através das experiências, e dessa forma os sistemas locais abrangem um conhecimento ecológico como lógicos e complexos (GARCIA, 2007, p. 46), principalmente porque se analisa o sistema ecológico e produtivo nessas populações tradicionais, como pontos centrais para a ocupação territorial, na formação cultural e na centralidade das percepções humanas e suas relações sociais.

## 2.2 AS CASAS GRANDES E O SISTEMA DE AVIAMENTO

As casas grandes e o sistema de aviamiento foram imprescindíveis para a concretude da ocupação da ilha. Essas experiências de trabalho estabeleceram relações com a natureza e com os indivíduos. Roberto Santos (1932, p. 41) em *A História Econômica da Amazônia*, diz que essa atividade econômica foi, ao longo dos anos, “dependente do comércio exterior”, ou seja, pela reprodução do extrativismo vegetal se estabelecia uma forma de produção que atendia a demanda do mercado externo. Apropositadamente, o extrativismo da borracha e do cacau tornaram-se produtos que desprendiam mais atenção pelos moradores da Amazônia e, particularmente, daqueles que vieram para essa região em busca de trabalho e de condições melhores de vida. Neste tópico, a análise irá entender que as experiências de trabalho estabelecidas na ilha da Conceição estão ligadas tanto ao processo de interação com os produtos com grande aceitação no mercado externo, quanto aos produtos de subsistência que atendiam às demandas do comércio local, interligadas pelo sistema de aviamiento estabelecidos pelos grandes comércios da ilha.

O comércio local e o sistema de aviamiento estão ligados com a formação local, nos aspectos da ocupação espacial e também pela formação econômica dessa região do Baixo Tocantins. Essas casas comerciais ou “casa grande”, assim identificada pelos anciões moradores da ilha da Conceição, foram sendo mencionadas na medida que as entrevistas

transcorriam, a exemplo do senhor Ilson Queiroz, “tinha aqui o velho Dico Virgolino; Alfredo Leão, aqui no Cantagalo; Hugo Ortiz, lá na costa da Santana”<sup>44</sup>; no São Joaquim, João Costa, entre outros comércios. E, ainda, na família de seu Habib Bacha, seu pai era um comerciante; e seu Benedito Gama Maia revelou que sua família era dona de um comércio local, como afirmado em sua fala: “aqui tinha um comércio que passou por gerações na minha família, meu avô, meu pai, e eu”.<sup>45</sup>

E o que eram as “casas grandes”? Em sua fala, o senhor Queiroz definiu como “uma casa que residia uma família, na frente havia um estabelecimento comercial, com um grande trapiche<sup>46</sup>, com grandes depósitos para armazenar a produção local de borracha, cacau, castanha, madeira para lenha, e outros produtos oriundos da floresta”.<sup>47</sup> Esta compreensão era também defendida pelo sociólogo Souza, em que destacava que nessas casas grandes ou casarões, geralmente residiam “descendentes de portugueses, libaneses, sírios e brasileiros” (SOUZA, 2002, p. 55) “casarões que funcionavam como residência e ponto comercial no mesmo espaço físico” (SOUZA, 2002, p. 56). As casas grandes eram os comércios locais que foram se estabelecendo na região de ilha, de acordo como foram chegando os imigrantes nesta região, sendo estrangeiros, como ressaltado acima, ou migrantes de outras regiões do Brasil, devido ao fortalecimento do comércio local.

As casas grandes eram, como citado anteriormente, formadas por uma grande propriedade, tendo plantações de cacau e de açaí, manejado pelos homens ribeirinhos que eram apadrinhados dos donos das terras. Na sede, encontrava-se uma casa de madeira de lei, dividida em duas partes, a moradia e o comércio. Esses comércios eram mantidos com bens perecíveis e não perecíveis e ainda de materiais manufaturados; e existiam grandes depósitos que serviam para armazenar o cacau, a borracha, a castanha e a lenha. Os comércios surgiram diante da dificuldade de se escoar os produtos nativos e também pela necessidade de obter bens alimentícios como o açúcar, o feijão, o leite, entre outros, e também bens manufaturados.

A fala de seu Benedito Maia revela que é oportuna a ideia das casas grandes, “essa casa tem 180 anos na minha família; aqui na frente era o comércio, vendia de tudo, estiva em geral, ferramentas, tecidos, utensílios domésticos”. Seguindo com sua descrição sobre o comércio

---

<sup>44</sup>Entrevista com o Senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>45</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>46</sup>Trapiche de madeira que se projeta rio a dentro, onde aportam as canoas dos pequenos compradores. No início do trapiche, à margem do rio, se localizam a casa e um comércio (LOUREIRO, 2014: 22)

<sup>47</sup>Entrevista com o Senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

como espaço em que "a frente da casa toda tinha uma grande varanda, e o comércio logo no primeiro salão, tinha várias portas de dois folhos que davam acesso ao comércio, estavam sempre abertas, tinha um grande trapiche onde aportavam as canoas e outras barcos, dentro do comércio, tem um grande balcão, e tinha tudo lá, sempre que se precisava, tinha lá".<sup>48</sup> Essas informações aparecem nos relatos de seu Habib Bacha, Evanilde Cunha Alves, Maria Raimunda Valente Camargo, e de seu Benedito Maia, dono de um comércio, hoje desativado.

Segundo Costa (2012, p. 50), a partir da criação do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, houve o monopólio do comércio de mercadorias. Esse maior controle efetuado pelo Diretório desencadeou para a região um crescimento de 1,5% ao ano, mas teve um déficit de -1,4% nas relações externas com mercado mundial. O interessante é que o principal objetivo das reformas Pombalinas era incrementar as atividades agrícolas na medida em que pudessem se tornar a principal atividade da colônia amazônica; no entanto, os dados mostram que, para esta região, o extrativismo de coleta se manteve dominante na economia local, representando 80% da produção. Esses dados são relevantes para compreender-se que os empreendimentos econômicos ligados às florestas foram predominantes e ainda permanecem como principais produtos na exportação e na movimentação da economia local.

Importante ressaltar que o diretório, como parte de sua estratégia, esteve ligado à criação de uma nova conjuntura familiar, criada a partir da miscigenação. Esses indivíduos “detêm o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduz atendendo necessidades e valores europeus. [...] têm endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e produzir fora dos diretórios” (COSTA, 2012, p. 56), isso se traduz no fortalecimento da produção local e conseqüentemente do comércio, pois, a esse

campesinato-caboclo atribuímos a produção exportável não explicada nem pelos aldeamentos e diretórios, tampouco pelas unidades produtivas escravistas dos colonos brancos. Ademais, a colocação dessa produção no mercado pressupôs uma classe mercantil gradativamente formada na colônia, originária de uma mistura de colonos, funcionários, militares e aventureiros, os quais puderam se colocar como concorrentes diante do sistema de monopólio oficial porque existia uma produção livre, a produção camponesa-cabocla, que não poderia ser controlada pela “Companhia” na fonte. Assim, camponeses-caboclos e comerciantes locais (regatões e aviadores) desenvolveram-se como uma unidade estrutural – parte do mesmo processo evolutivo ao longo da segunda metade do Sec. XVIII –, vindo a se tornar a base da economia extrativa a partir de então. (COSTA, 2012, p. 57).

---

<sup>48</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

Essa análise é pertinente, uma vez que corrobora a ideia de como esses comércios passaram a fazer parte das relações comerciais quase que exclusivas das ilhas, criando entrepostos comerciais entre as cidades e os regatões que navegavam pelo rio Tocantins. Esse capital mercantil oriundo da população cabocla estava intimamente relacionado aos regatões<sup>49</sup>, marreteiros<sup>50</sup> e aos aviadores<sup>51</sup> (COSTA, 2012, p. 57). As casas aviadoras que funcionavam em Belém eram grandes comércios, que tinham como objetivo assegurar que as produções locais, principalmente o cacau e a borracha, estivessem sobre o controle dos comerciantes da capital. E isso era efetivado pelo sistema de aviamento que ocorria entre os comerciantes da ilha e os comércios de Belém. Em análise, essas informações coadunam com a memória de seu Benedito Maia, quando afirma que sua família, que era dona de um grande comércio no Rio Santana, mantinha a venda dos produtos como a borracha e o cacau diretamente aos comércios específicos em Belém, onde “a venda era feita de forma consignada à firma Gonçalves Pereira”.<sup>52</sup>

O sistema de aviamento se consolida na região de ilha devido alguns requisitos apresentados. Como revela Santos (1932, p. 155), os recursos naturais abundantes e de difícil acesso, o atraso nas técnicas de produção e beneficiamento, a utilização de moeda (dinheiro) na comercialização ser quase nulo e a presença de lideranças mercantis locais. Esses pré-requisitos são preenchidos nas relações estabelecidas e criadas pelas casas grandes e os produtores locais. Para estes, o comércio local era a única forma de desenvolver suas atividades laborais. A venda em consignado era uma prática bastante utilizada na capital, “o negociante sediado em Belém supria de mantimentos a empresa coletora das “drogas do sertão”. (SANTOS, 1932, p. 156).

Neste sentido, as casas grandes que surgiram facilitavam o escoamento da produção, assim como também o acesso dos moradores da ilha a produtos beneficiados de primeira necessidade e outros bens de consumo. Esse elo entre os comércios locais e o mercado externo contribuiu para a constituição da elite oligárquica desse período, a qual se mantém até os dias atuais, como as principais famílias envolvidas na política do município de Mocajuba; a saber, as famílias Sabá, Costa, Cunha, entre outras. O sistema de aviamento torna-se forte na medida

---

<sup>49</sup>Comerciantes móveis que utilizam barcos em seus deslocamentos.

<sup>50</sup>Pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores.

<sup>51</sup>Comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros.

<sup>52</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

em que o produto extrativista passa a ser subsidiado pelos mercados externos, principalmente o látex. Assim, as casas aviadoras patrocinavam os comércios locais ou as casas grandes que se estabeleciam na capital, mantendo o controle principalmente do traslado das mercadorias e dos produtos oriundos da floresta. Na medida em que os donos das casas grandes ganhavam confiabilidade da população local, conseguiam se especializar na compra de tantos outros produtos, e, assim, manter-se sob o controle da compra e venda da produção local. (SANTOS, 1932, p. 153).

O espaço de várzea esteve por muito tempo sob essa lógica configurada pelos comércios locais e o sistema de aviamento. A compra e venda dos produtos extrativistas eram realizadas por esses comerciantes. Esta lógica foi construída pela dinamização comercial e formação das famílias caboclas, sendo que esse comércio local fugia a égide da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.<sup>53</sup> Primeiro que o objetivo do diretório era desenvolver essa região pela lógica da agricultura de exportação; no entanto, a Amazônia conseguiu se configurar a partir dos empreendimentos de coleta dos frutos da terra, ainda que de forma rudimentar, mas vislumbrado por uma lógica mercantil organizada pelos grandes comerciantes de Belém, que financiavam os regatões e os marreteiros, que tinham como principal finalidade a conexão entre a população cabocla local e os comércios na capital.

Esses casarões são as casas grandes, assim chamadas pelas pessoas da ilha, e tinha como principal característica o ponto comercial, como mostra a Imagem 5 e 6. Esse comércio local estava caracterizado pela diversidade de mercadorias, “estivas em geral”, como arroz, feijão, açúcar, café, bolacha, entre outros artigos alimentícios, mas tinha também, artigos de armarinhos, tecidos, ferramentas em geral. “Tinha de tudo no comércio”, essa expressão aparece na fala de Habib Bacha, Evandro Pires de Carvalho<sup>54</sup>, Ison Queiroz, Maria Elza Cunha Alves, Evanilde Cunha Alves, Luiz Cabral dos Passos. “Tinha sapato, rede, tudo que a gente procura tinha nesses comércios, não precisava ir na cidade”, ressalta senhor Ison Queiroz.<sup>55</sup> Observa-se que havia por parte desses comércios um monopólio da comercialização, um certo controle de compra e venda.

---

<sup>53</sup>A **Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão** foi uma empresa privilegiada, de carácter monopolista, criada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, em Portugal. Fundada em 1755, destinava-se a controlar e fomentar a atividade comercial com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo a prática do mercantilismo no reino. (CARREIRA, 1969 e MARCOS, 1997).

<sup>54</sup>Entrevista com o senhor Evandro Pires de Carvalho, 71 anos, em 28/03/2016. Rio São Joaquim, Mocajuba-Pa.

<sup>55</sup>Entrevista com o Senhor Ison Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

Imagem 5 - Antigo Comércio – Casa Grande.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

A situação relatada por dona Maria Elza Cunha Alves, quando perguntada, sobre por que se comprava e vendia os seus produtos nesses comércios, é bastante reveladora,

Às vezes, não tinha comida, minha mãe ia pro mato, “defender da boia”<sup>56</sup>, lá ela apanhava o cacau, o açai, trazia a borracha, gapuiava<sup>57</sup> em um “poço”<sup>58</sup>, pegava camarão, peixe, naquela época tinha muito, quando chegava do mato, já era tarde, quase meio dia, ela ia lá no comércio, e vendia o cacau molhado, a borracha, as vezes levava camarão e açai quando era muito e trazia de lá, açúcar, café, feijão, arroz, farinha, pra inteirar na boia.<sup>59</sup>

Essa fala mostra a relação criada com os comércios que existiam na ilha. Havia uma dependência dos moradores, ou seja, a facilidade de trocar os produtos coletados com produtos manufaturados, ou que não se produzia na ilha. Os homens da ilha compravam para garantir a necessidade para alguns dias. Foi perguntado se era o mesmo preço que em Mocajuba e a resposta de vários moradores entrevistados foi negativa. Outra pergunta importante foi por que comprar lá, então. Em resposta, informaram que “era mais perto, e podámos trocar com o que

<sup>56</sup>“Defender da boia” – Essa expressão é muito comum entre os moradores mais velhos da ilha, e significa buscar meios de adquirir o alimento daquele dia, “boia” ganha o significado de comida.

<sup>57</sup>Pescar nos baixios, fora da canoa, lançando o arpão ou a flecha um tanto ao acaso. Apanhar camarões, com cestos, nas pequenas lagoas.

<sup>58</sup>Essa expressão significa uma parte do igarapé quando em maré baixa, a formação de um pequeno lago, mais fundo que as demais partes que estão secas, servindo como um piscina e armadilha natural para os peixes e camarões.

<sup>59</sup>Entrevista com a Senhora M<sup>a</sup> Elza Cunha Alves, 66 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

tivéssemos, era com cacau, com açaí, com peixe, camarão, andiroba, e lá em Mocajuba o comércio só queria o dinheiro vivo”.<sup>60</sup>

Outro elemento importante é a relação de confiabilidade entre o comerciante e os outros moradores da ilha; pois, mesmo sem dinheiro ou produto, vendia-se, ou melhor, aviava as mercadorias para que o extrator pudesse pagar com produtos em outros dias, após a colheita do cacau, o corte da seringa ou a coleta de outros produtos. Essa relação de confiabilidade se estabelece pelo fato de se conhecerem há muito tempo, e também, através do laço de parentesco de compadrio. Esses elementos que aparecem na constituição da memória e que se apresentam como parte constitutiva desses casarões, corresponde à capela. Estavam estabelecidas próximas a essas casas grandes e, geralmente, tratava-se de uma igreja em que esse comerciante era o dono do santo, com um barracão onde ocorria a festividade anual para comemorar o dia do padroeiro. Essas estruturas são expressivas, pois, a partir delas, compreendemos sua importância nas relações de sociabilidade construídas no interior da ilha.

As relações de sociabilidade estão entrelaçadas pelo viés religioso e também econômico, como já mencionado acima. Os grandes comerciantes da ilha estavam geralmente ligados à festa de um santo padroeiro, onde a capela e o barracão do santo estavam muito próximos às casas grandes. Essas festas ocorriam anualmente em comemoração ao dia do santo, conhecidas como irmandades.<sup>61</sup> Nessas festividades, geralmente ocorriam batizados e casamentos. O "patrão", como designado pelos moradores da ilha, que eram o dono das "casas grandes" e do santo, juntamente com sua esposa, eram convidados a serem padrinhos de batismo dos filhos daquelas outras famílias. Essa relação de compadrio entre os membros de distintas famílias desvela os vínculos sociais e econômicos e, ainda, políticos entre os seus entes, estabelecendo assim uma relação social de parentesco e também de fidelidade.

A relação de compadrio estabelece e estreita os laços comerciais entre os moradores da ilha e os donos da casa grande. Esses elementos se entrelaçam e as atividades econômicas estão, neste sentido, ligadas; ou seja, para o ribeirinho, realizar determinado trabalho necessitava, às vezes, de ferramentas, como o machadinho (ferramenta específica para riscar a seringueira), o facão e etc., assim como, também, comprar alguns alimentos como o café, o açúcar, o feijão,

---

<sup>60</sup>Entrevista com a Senhora M<sup>a</sup> Elza Cunha Alves, 66 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>61</sup> "Até os finais dos anos 60 do século passado, [...] foram as principais organizadoras de festividade de santo padroeiro, exercendo assim, uma importante função no aspecto administrativo e de organização do povoado, bem como de mediação entre as localidades e os representantes políticos e do próprio governo local. [...] a organização de uma Irmandade de Santo normalmente exigia também a aquisição de uma coroa de ouro e prata, o que tornava a missão de organizar uma Irmandade um tanto onerosa e quase que exclusivas de famílias que estavam numa situação favorável no sistema de aviação" (SOUZA, 2010, p. 20 - 68).

entre outros. Como não havia dinheiro para custear, valiam-se da aproximação que era feita através do compadrio para aviar tais bens; efetuando o pagamento ao final do trabalho da colheita do cacau, da borracha e de outros artigos oriundos da floresta.

Essa relação de compadrio estabelecido na ilha, gerou também uma relação de poder entre os donos da casa grande e os outros moradores da ilha. Esse processo de fidelidade esteve agregado ao sistema de aviamento e também ao sistema político dessa região. Sobre a relação de poder criada por essas casas comerciais e o sistema de aviamento. Valdomiro Souza (2002, p. 59), constata que,

nesse sistema de trabalho e troca em torno do qual se estrutura a relação patrão – cliente, ausência do dinheiro sob controle do camponês, como se vê, funcionava como uma forma de atribuição de poder ao comerciante – aviador – patrão, pois gerava uma total dependência do camponês, extrator, em relação ao comerciante.

Essa relação de dependência se criava devido à necessidade que muitos extratores tinham, antes mesmo de ter o produto oriundo da coleta da floresta. Contraíam dívidas nas compras de bens de consumo de primeira necessidade e de ferramentas para a coleta desses produtos ou para a fabricação de paneiros ou de outros objetos, assim como, também, o empréstimo de valores em dinheiro para custear alguma viagem para tratamento médico ou ainda para custear despesas fúnebres.

O comerciante era o patrão, mas também era o compadre, que sempre estendia a mão em ajuda aos seus compadres e afilhados. Como afirma Souza, “embora cotidianamente o ribeirinho não necessitasse de dinheiro para sobreviver, porém, em situação de desespero (doença ou morte) o dinheiro era indispensável. Nesse caso, somente o comerciante poderia ajudá-lo”. Na fala do senhor Evandro Pires Pereira, essa ideia fica evidente: - “naquela época que eu criei os meus filhos, não existia aposentadoria, não existia a colônia, não existia o bolsa família, nada disso. Com que nós criamos eles, eu e ela, primeiramente Deus e o nosso trabalho, e a ajuda do seu João Costa, Santana Martins e ainda tinha o Zizi Castelo, eram grandes comerciantes aqui”.<sup>62</sup>

Essa interdependência criada entre o comerciante e os ribeirinhos gerou uma segurança para ambos, de um lado o comerciante tinha um trabalhador ou cliente leal, ou seja, esse ribeirinho retribuiria levando toda a sua produção para ser entregue nesse estabelecimento ou

---

<sup>62</sup>Entrevista com o Senhor Evandro Pires Pereira. 71 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio São Joaquim). Mocajuba-Pa.

trabalharia na propriedade do dono do comércio; por outro lado, o ribeirinho tinha uma seguridade, sabendo que em momentos extremos teria a quem recorrer. Na fala do senhor Luiz Cabral dos Passos, pode-se notar essa interdependência: “naquela época, as coisas eram mais fáceis, se a mulher quisesse uma máquina de costurar, eu ia lá com o patrão e ele mandava comprar a máquina, e a gente ia pagando com nosso trabalho”.<sup>63</sup> Percebe-se, assim, que o sistema de aviamento era o que estabelecia a relação de fidelidade e confiabilidade.

O senhor Benedito Maia, filho de um grande aviador na ilha, aprendeu e assumiu o comércio de seu pai quando adulto; informava, também, em um registro do cotidiano do local, que a prática aviadora era corriqueira na ilha, os "trabalhadores traziam o cacau, a borracha, o peixe, a andiroba e o que mais tivessem para ser vendido". Destacava, ainda, que seu pai "pesava tudo nessa balança, de acordo com o peso, era apurado um valor; a borracha tinha um preço, o cacau outro preço, era o que mais meu pai comprava”.<sup>64</sup> Para materializar as lembranças apresentadas por Benedito Maia, apresenta-se a imagem 6 e 7, abaixo, que demonstra esse instrumento utilizado no comércio do seu avô e que foi passado a seu pai e depois para ele, em uma validação de que não só os bens materiais são herdados, mas as lembranças e os valores sociais que esses objetos expressam, também, ao longo das gerações.

Imagem 6 – Balança de cacau e borracha.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

<sup>63</sup>Entrevista com o Senhor Luiz Cabral dos Passos, 70 anos. Em 28/03/2016. Ilha da Conceição (Rio São Joaquim). Mocajuba-Pa.

<sup>64</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

Imagem 7 – Pesos da Balança



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

Ainda na fala de Benedito Maia, quando perguntado sobre aquelas pessoas que precisam comprar mantimentos e as ferramentas necessárias, ele responde “a gente fornecia tudo que eles precisavam, aí eles iam cortar a seringueira, colher o cacau, e pagava com a produção, tudo que tinha sido aviado”.<sup>65</sup> Essa prática de troca de produtos, chamada de aviamento e utilizada pelos comerciantes, caracteriza-se pelo adiantamento do bem de consumo e também instrumentos de trabalho. Sendo assim, garantia a viabilidade dos sistemas econômicos, pois, financiava as atividades laborais dos homens ribeirinhos e assegurava, conseqüentemente, a venda dos produtos oriundos do trabalho extrativista em seu estabelecimento.

Essas relações se davam especialmente entre os compadres, que, para Schmink e Wood (2012, p. 85), são “relações sociais sob o sistema de aviamento que estavam fundamentadas na imobilização por débito e dependiam de formas personalistas de relações patrão-cliente”. Essas relações personalistas eram criadas ou estreitadas pela formação das irmandades que criavam as relações de compadrio concebidas por essas festividades. O aviamento constituía, assim, uma complexa e hierarquizada rede de compra e venda na ilha. Os grandes comerciantes controlavam o comércio local e o mantinha sobre a égide das casas aviadores de Belém, sendo que, na base da cadeia de produção, estava o extrator, submisso e preso nessas relações.

---

<sup>65</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

Esses comerciantes mantinham-se interligados aos comércios em Belém, não raro com pontos de apoio em Cametá. Tratava-se de uma relação construída e herdada do período do Diretório e foi o “embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica de fase da borracha e que persiste ainda em nossos dias [...]”. (SANTOS, 1932, p. 156). Esse sistema herdado, funcionava locado junto às casas grandes, tornando-se o modelo que viabilizaria a economia mercantil, garantindo a coleta da borracha e cacau, assim como outros produtos com extração financiada, e da mesma maneira como garantia o escoamento dos produtos locais.

Na fala do senhor Ilson Queiroz, pode-se observar esse vínculo entre o comércio local e os estabelecimentos na capital. “Eles compravam e mandavam tudo para Belém, tinha os padrões lá em Belém”.<sup>66</sup> Seu Benedito Maia também revela que “A borracha era vendida consignado pra Belém do Pará, para Gonçalves Pereira, uma firma que tinha, e havia várias outras firmas”.<sup>67</sup> As casas grandes e o aviamento criaram na Ilha da Conceição um cotidiano de dependência econômica e também das relações sociais, com dubiedade, pois, as casas aviadoras de Belém dependiam das importações interestaduais oriundas, principalmente, do sul do país, que abasteciam as casas aviadoras de Belém e Manaus, semestralmente, (SANTOS, 1932, p. 140). E afirma, ainda, que

É evidente que, ao financiar os grandes “aviadores”, os importadores amazônicos comprometiam também seus recursos próprios, acumulados em anos anteriores. [...]. Os elevados fretes cobrados na cabotagem, [...], acrescidos provavelmente de larga margem de juros e lucros exigidos pelos comerciantes “sulistas”, tornavam extremamente caras as mercadorias [...], o importado local calculava seu preço com novas margens de juros excessivos, comportamento imitado pelas “casas aviadoras”, pelos “aviadores” menores [...]. (SANTOS, 1932, p. 140-141).

Na fala do senhor Ilson Queiroz, pode-se perceber uma relação de dependência e de dominação exercida pelos comerciantes. “Toda a produção dos moradores locais era comercializada no comércio, geralmente já havia contraído uma dívida, pois sempre se comprava café, açúcar, arroz, farinha”, entre outros artigos de primeira necessidade. Ele também relatou outras atividades, trabalhando como um assalariado “no sítio do Miguel de Almeida, na ‘boca de Santana’, ele pagava as pessoas para ir trabalhar, capinar, roçar, a minha

---

<sup>66</sup>Entrevista com o Senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>67</sup>Entrevista com o Senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

mãe e meu padraço trabalharam muito lá”.<sup>68</sup> A figura em destaque é Miguel Dias de Almeida, grande comerciante, ligado à vida política do município de Mocajuba. Exerceu uma grande influência sobre os ribeirinhos e, conseqüentemente, também na política. Assim como, também, João Costa, comerciante do São Joaquim, que estabeleceu uma relação de fidelidade para com as pessoas; conseguiu se eleger como prefeito em Mocajuba. E sua família ainda constitui relações de poderes na política local; seu filho também alcançou o maior posto da administração, no caso, na gestão do ex-prefeito do município Rosiel Costa.

A atividade comercial era desenvolvida apenas pelas famílias mais abastardas na área de várzea, que se estabeleceram a partir das festividades desenvolvidas pelas irmandades, como já relatado. Criaram uma relação de proximidade com os ribeirinhos. Em tal caso, as atividades comerciais foram desenvolvidas ao longo de sua estadia na ilha. Essas famílias tinham um porto geralmente estratégico, para ser um entreposto comercial, sendo que as navegações que passavam pelo rio Tocantins, como os regatões, paravam nos portos para o reabastecimento e para a troca comercial. No entanto, esses comerciantes só se constituíram com grandes comércio na ilha da Conceição devido ao trabalho desenvolvido pelos ribeirinhos e pelas relações de fidelidade criadas pela constituição das irmandades e do sistema de aviamento.

A população da ilha da Conceição, dizendo de forma mais objetiva, resulta de um processo migratório em busca de locais que assegurassem a sobrevivência. Essa demanda permite constituir um perfil populacional caracterizado por homens e mulheres que têm na experiência de lida com a terra, a floresta e os rios como principais atributos. As primeiras experiências de ocupação, marcadas pela extração e o comércio, como se registrou, construiu um perfil de indivíduos que, ao relatar ou recuperar a memória das primeiras ocupações, ajudaram a entender as relações que estabelecem com a natureza e as formas de lidar com a terra. Em outras palavras, a experiência da ocupação, ao mesmo tempo em que pode revelar e explicar as peculiaridades de ocupação da ilha, construiu uma identidade local de valorização da natureza.

---

<sup>68</sup>Entrevista com o Senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

## CAPITULO III

### 3. ENTRE SABERES: O AMBIENTE RESSIGNIFICADO

A Amazônia sofreu muitas mudanças desde o período colonial que buscaram implementar um modelo de modernização, através de um programa agroexportador e também de projetos de extração mineral. O processo de ocupação na Amazônia teve dois modelos, o primeiro ligado ao rio, sendo a principal via de acesso a outras regiões. Esse modelo reuniu história na formação de cidades e de muitas comunidades que se constituíram ao longo dos rios, orientado pela relação do homem com a natureza, garantindo “a sobrevivência e a perenidade dos grupos sociais”. (LOUREIRO, 2014, p. 20).

[...] exercício cotidiano de vida e o trabalho dos grupos sociais estavam, até então, nucleizados pela natureza e seus bens. Com ela, o homem se relacionava diretamente, tanto física quanto culturalmente, numa integração ainda não rompida em seu eixo original.

Os moradores da região, na época, usufruíram da terra e dos bens da natureza em geral, de onde extraíam seus principais meios de vida. A articulação dos homens com a natureza atingia nesse estágio, ainda, uma integração muito ampla. Nessa relação direta com a natureza produziam bens que passavam por processos muito simplificados de transformação ou mesmo por nenhum processo, em alguns casos (LOUREIRO, 2014, p. 20).

Nesse primeiro momento, tem-se os produtos da terra com uma boa aceitação na Europa, viabilizando a sobrevivência dos povos que aqui residiam. As tentativas de implantação de um modelo econômico, tendo agricultura de exportação como o principal objetivo da Coroa Portuguesa e do Conselho Ultramarino foram ações organizadas de exploração a partir dos interesses governamentais. No entanto, as regiões de ilha seguiram um modelo originário, buscando, a partir do conhecimento dos povos nativos, sua forma de relacionamento com o meio ambiente, surgindo um padrão próprio de economia e organização social particular das áreas de várzea.

O segundo modelo de ocupação surgiu a partir das décadas de 1950 e 1960, e tinha como objetivo povoar e assegurar os territórios de fronteiras e desenvolver a Amazônia, seguindo um modelo agropecuário exportador e também o uso dos recursos minerais, como afirma Pere Petit (2003),

“As importantes mudanças sócio-econômicas ocorridas na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, influenciadas, em grande medida, pela intervenção de diferentes instituições da administração Federal e pelo interesse nas riquezas da floresta e do subsolo da região por parte de grupos econômicos brasileiros e internacionais (PETIT, 2003, p. 23).

Essa política de desenvolvimento provocou profundas transformações para a Amazônia.

Hoje, na Amazônia, é necessário compreender a diversidade de situações de vida dos muitos tipos de *pequenos produtores* que combinam atividades econômicas ou são especializados, com maior ou menor grau de intervenção e de transformação do meio ambiente. Para tal, é imperativo considerar as dimensões históricas e culturais. Suas trajetórias são variadas (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002, p. 33).

Esse exercício de compreender a Amazônia a partir de sua diversidade é um desempenho extremamente importante, porque ajuda a desconstruir o mito de uma floresta unívoca e de um povo com uma única cultura e saber local. Essa diversidade pode ser encontrada na variedade dos biomas, caracterizados por solos, flora e fauna muitos distintos. E também pela forma como o homem se organizou ao longo de sua trajetória histórica nesses ambientes, adquirindo um saber peculiar, que se formou naquele espaço e para aquele espaço. A Amazônia não tem uma cultura ribeirinha, e, sim, as culturas ribeirinhas, que se organizaram de formas distintas e que facilmente consegue-se observar essas particularidades.

Nessa perspectiva, apresenta-se esse capítulo com o objetivo de demonstrar o homem e sua relação com a natureza; criada a partir de um etnoconhecimento que serão traduzidos no cotidiano em forma de reconhecimentos dos espaços, na construção do trabalho e da cultura ribeirinha da ilha da Conceição. Constituem saberes que constroem um universo peculiar nas áreas de várzea do Baixo Tocantins. Aponta-se, portanto, que procurar-se-á compreender o significado de território e espaço e as experiências de trabalho que foram adquiridas pelos ribeirinhos ao longo da sua história. A caracterização desses homens no espaço e no tempo ocorre a partir do conhecimento empírico do meio ambiente, a floresta e os rios; e essa percepção criou na região um relógio natural e um calendário que são próprios do conhecimento etnoecológico dos moradores da ilha da Conceição.

### 3.1 TERRITORIALIDADE NATURAL, TEMPO E O ESPAÇO: AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO

O homem que reside na ilha da Conceição trabalha no “complexo rio-mata-roça-quintal”, extraíndo assim sua subsistência. (LOUREIRO, 2014, p. 22). Isto fica evidente na fala do senhor Queiroz, ao relatar sua vivência na ilha. Afirma ter trabalhado na coleta de “andiroba, muru-muru, borracha, ucuúba, mariscava camarão, peixe, tirava o que precisava e ia vender o

que sobrava no comércio ou lá em Mocajuba, sendo que, às vezes, eu ia fazer um roçado de meia”.<sup>69</sup>

Esses trabalhos exigiram do homem um conhecimento e reconhecimento do território, da natureza e suas lógicas. A natureza possui uma territorialidade própria, como se observa nas falas de dona Elielma da Silva Dias<sup>70</sup>, Luiz Eduardo S. Rodrigues<sup>71</sup> e Luiz Dênis Santos dos Passos.<sup>72</sup> A expressão “elas andam pela floresta”, que apareceu na oitiva desses moradores, explica-se pela impressionante jornada da coleta das sementes de andiroba (*Carapa guianensis Aubi*) e de muru-muru (*Astrocaryum muru-muru*), que são levadas para além dos pés de suas árvores matrizes, sendo uma das formas naturais de dispersão dos frutos pela floresta, realizada pela água dos rios que inunda as terras de várzeas em horários das marés altas.

Nas imagens 8 e 9, pode-se perceber que as frutas são dispersas pela floresta pela força que a maré exerce nas áreas de várzea, e esse elemento é um ponto importante para a compreensão de territorialidade e do tempo, que são proporcionalmente significativos para o entendimento, percepção e pela permanência do homem nessas áreas de várzea. Levando em consideração que a percepção de território para os ribeirinhos ganha uma conotação diferenciada para o que se quer explorar; quer dizer, existe um território que se caracteriza pelos limites da propriedade e existe um território para a exploração de determinados produtos.

Imagem 8 – Processo de dispersão de frutos de muru-muru – Maré Alta



Fotos: José Antônio Leite de Queiroz, 2017

<sup>69</sup>Entrevista com o Senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.

<sup>70</sup>Entrevista com a Senhora Elielma da Silva Dias, 36 anos. Em 28/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>71</sup>Entrevista com a Senhor Luiz Eduardo S. Rodrigues. Em 27/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>72</sup>Entrevista com a Senhor Luis Dênis Santos dos Passos. 52 anos. Em 27/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

Imagem 9 – Processo de dispersão de frutos de muru-muru – Coleta



Fotos: José Antônio Leite de Queiroz, 2017.

A exemplo disso, está a coleta dos frutos de andiroba e ucuúba. São frutos que não são colhidos no pé, e sim juntados do chão. O ribeirinho aprendeu, ao longo de suas experiências de convivência com seus ancestrais, a esperar os frutos caírem de suas árvores, pela dificuldade de se manusear a coleta com estes ainda nos galhos; seja pela altura das árvores, a exemplo da andirobeira, seja pela quantidade de espinhos existentes nas touceiras do muru-muru. Espera-se cair, para facilitar a coleta.

O período que esses frutos começam a cair vai de janeiro a maio, coincidindo com o momento de maior incidência de chuvas e de marés mais elevadas, acontecendo, assim, o fenômeno natural de dispersão das sementes pela floresta, que ajuda na manutenção da cobertura vegetal. A coleta acontece nos momentos em que a maré baixa; o coletor, anda pela floresta seguindo os rastros desses frutos, próximos às árvores de origem. A questão é que não há limites territoriais, o coletor não fica apenas em sua propriedade; ele ultrapassa essas fronteiras, com o consentimento dos outros moradores.

Mas, quando se trata da colheita do açaí e do cacau, os limites territoriais da propriedade devem ser respeitados; é terminantemente proibido ultrapassar essas divisas, podendo até sofrer punições cabíveis na lei pelo roubo dos frutos. Os donos das propriedades não autorizam a ultrapassagem dos territórios quando se trata desses dois produtos; isso está associado ao valor comercial do açaí e do cacau. Se trata de um território produzido socialmente onde o espaço é concebido, percebido e vivido. (LEFBVRE, 1986, apud, HAESBAERT, 2007, p. 21).

Essa territorialidade pode ser construída a partir das relações econômicas e culturais (HAESBAERT, 2007, p. 22), que estão “intimamente ligados ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2007, p. 22). Na ilha da Conceição, observa-se como o homem, ao longo de sua trajetória, se relacionou com a natureza; isso faz parte de um processo de etnoconhecimento, construído pelas experiências que perpassaram as gerações. Para Leff (2009),

A sobredeterminação que exerce a dinâmica do capital sobre a transformação dos ecossistemas e a racionalidade do uso dos recursos naturais está sempre condicionada por práticas culturais de aproveitamento dos recursos que medeiam as interrelações entre os processos ecológicos e os processos históricos. (p. 98)

No entanto, “o estudo das práticas produtivas das culturas pré-capitalistas aparece como um recurso nos padrões tecnológicos mais adequados para o aproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas” (LEFF, 2009, p. 99). Esses padrões tecnológicos, chamados hoje de tecnologias sociais, resultantes do processo histórico de ocupação do espaço da ilha da Conceição, que constroem no âmago do homem ribeirinho o conceito de território de uso exclusivo da unidade familiar ou de uso coletivo.

A arte social de iscar os matapis<sup>73</sup> e de os colocar em pontos estratégicos nos igarapés ou à beira do rio é outro fator importante para a análise do significado de território para os ribeirinhos. Nesse momento, o território é coletivo, ou seja, o matapi pode ser disposto ao longo de igarapés, mesmo que o limite territorial da unidade familiar seja ultrapassado. O momento de mudança dos locais em que os matapis são dispostos leva em consideração a quantidade pescada em dias anteriores.

Na Imagem 10, o senhor Luiz Eduardo<sup>74</sup>, morador da comunidade Costa de Santana, mostra os vários lugares utilizados para a iscagem do matapi. Assim como também a Imagem 11, que mostra a senhora Elielma da Silva Dias<sup>75</sup>, já com os matapis iscados e colocados no igarapé, próximo à sua residência. O conhecimento empírico que os moradores da ilha têm sobre o lugar, dispõe a eles a possibilidade de analisar o melhor local para se colocar o matapi.

---

<sup>73</sup>Matapi: Covo, oblongo ou cônico, feito de jacitara e com abertura na base. Matapi na língua Tupi-Guarani significa literalmente “o covo cônico”.

<sup>74</sup>Entrevista com o Senhor Luiz Eduardo S. Rodrigues. Em 27/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

<sup>75</sup>Entrevista com o Senhora Elielma da Silva Dias, 40 anos. Em 28/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

A quantidade e o tamanho do camarão pescado no dia anterior, determina se o matapi permanecerá ou será trocado de lugar.

Imagem 10 – Retirada do matapi.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 11 – Matapis iscados



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Esses conhecimentos adquiridos pelos ribeirinhos ao longo de sua vida são chamados de etnoconhecimento, que dispõe de uma qualidade de aprendizado único dos povos

tradicionais. Trata-se de conhecimento com uma carga cultural difundida através dos saberes tradicionais, que está pautada na elucidação da lógica produtiva do extrativismo vegetal e animal, pois “o conhecimento tradicional é o resultado da soma das experiências de cada indivíduo. A vivência, a relação entre homem e natureza.” (SANTOS; PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 70).

O território percebido pelos ribeirinhos é funcional de acordo com suas percepções simbólicas com os espaços de trabalho e também sociais, quando as fronteiras são criadas a partir do manejo da floresta. Quer dizer, o que distingue o território é o produto da floresta a ser coletado. Ao mencionar que alguns frutos podem ser achados pela floresta como se eles tivessem “pernas para andar pelas florestas”, ou mesmo quando se reportar aos vários lugares que o matapi vai estar, ao longo de um mês de pesca de camarão, faz-se referência à força que a natureza exerce sobre esse ribeirinho e seu trabalho e no quanto influencia e orienta nessas demarcações territoriais.

Demonstra, através de seu conhecimento, que o horário imposto pelas águas – as marés – influencia de forma direta no sustento familiar e na sua permanência na ilha. A natureza, ainda que pareça dominada por muitas tecnologias, se sobrepõe ao homem ribeirinho; no entanto, este desenvolveu habilidades que demonstram um controle sobre seu trabalho e sua produção. A exemplo disso, apresenta-se o ribeirinho e extrator João Serrão de Paula<sup>76</sup>que, diante do conhecimento e reconhecimento que tem da natureza, extrai cachos inteiros de muru-muru e sabe o momento ideal de maturação para a retirada do fruto, como observado na Imagem 12.

---

<sup>76</sup>Entrevista com o Senhor João Serrão de Paula, 52 anos. Em 28/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa. Foto: Marciléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 12 – Cacho de muru-muru.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

A paisagem humanizada foi transformada ao longo dos séculos na região do Baixo Tocantins, a partir da construção social e cultural estabelecida pelas relações históricas, políticas, sociais e culturais entre os povos que habitaram e compuseram a população da ilha da Conceição e a natureza. Isto significa que o cotidiano produzido foi circunscrito dentro do campo de interesse e de necessidade da população local. (CUNHA; MORAES, 2012, p. 94).

O ecossistema da ilha está circunscrito pela dinâmica das águas e da floresta; a produção e reprodução da fauna e da flora estão definidos pela própria natureza. Não é algo manipulável pelo homem, mas compreendido e aprendido por ele e ensinado às novas gerações, através da interação familiar. Cada sistema ambiental funciona de forma única e integrada aos meios de trabalho do homem ribeirinho. Isso quer dizer que a floresta e o rio atuam como um território de domínio público e privado. Suas características, se possuem ou não possuem fronteiras (dependendo da atividade econômica desenvolvida), e sua delimitação, se dão pelo viés documental, ou seja, pelo documento de posse da terra.

Nas áreas de várzeas, “os rios (a água) é um complemento da vida ou a própria vida”. (CRUZ, 2007, p. 08). Para a ilha da Conceição, a compreensão do espaço tomado pelos rios e pela floresta fazem parte da composição laboral e cultural, ou seja, a floresta, os rios e os ribeirinhos são partes de um todo. As dependências criadas entre os espaços e o homem constituem a essência cultural da região de várzea. Para a etnoecologia, essas relações “terra-planta-animal-humano” (FRECHIONE; POSEY; SILVA, 1989). O homem cria com o habitat um grau elevado de interdependência e o transforma em ambientes de trabalho. E, dessa forma,

o homem manteve-se na várzea, através de sua inserção e percepção, estabelecendo subsídios para a ocupação territorial da várzea amazônica, especificamente da ilha da Conceição.

O etnoconhecimento construído na ilha é explicado pela etnoecologia como um elemento fundamental para a inserção do homem no meio natural; quer dizer, o domínio das técnicas e do tempo da natureza foram instrumentos eficazes para a formação social e cultural. Para se entender essas lógicas próprias da ilha, é necessário atentar para três níveis de ambiente: a floresta e o rio, como partes fundamentais, e a terra-firme – a agricultura, como modelo produtivo que será inserido, sendo um exemplo de “modernidade” para a Amazônia, e assim percebermos que os ribeirinhos possuem como características essenciais uma flexibilidade e uma resiliência de conviver nesses espaços de “renovação constante do passado no presente”. (HARRIS, 2006, p. 81).

A floresta Amazônica é um sistema ambiental único, seus limites e fronteiras se configuram para além das divisões do Estado do Pará e do próprio Brasil; no entanto, ainda que unificada como floresta, a ocorrência da fauna e da flora são distintas e específicas para determinadas áreas, assim como também a relação etnoecológica criada entre o homem e o seu habitat, como destacamos anteriormente. Ou seja, a exemplo da ilha da Conceição poder-se-á analisar se o tempo utilizado será o cronológico ou o da natureza, sendo este último realizado com maestria por esses moradores, pois perpassa pelo conhecimento adquirido, viabilizado pela oralidade e o ato de observar os mais velhos da ilha.

A terra, a floresta e a água são os espaços de trabalho que os ribeirinhos operam, e é através do saber adquirido pelas experiências de trabalho que se estabelecem as relações entre o homem e o ambiente físico; mas não pautadas pelo determinismo das leis mecânicas, mas sim pela criação dos sistemas simbólicos, por meio da linguística, das crenças, dos padrões da organização social, ético e etc. (AMOROZO; VIERTLER, 2010, p. 68). É o etnoconhecimento reproduzido pelos ribeirinhos que envolvem, na percepção de todos, os elementos envolvidos, o que,

Implica não só um etnoconhecimento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e do uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais eles se relacionam, integrando-se (WITKOSKI, 2010, p. 126).

De janeiro a dezembro são desenvolvidas as atividades estabelecidas pelo potencial natural, dos produtos a serem coletados. De janeiro a abril, a coleta do muru-muru, da andiroba, ucuúba, e do miriti, que se estende até o mês de julho. As atividades de pesca são desenvolvidas de janeiro a maio, sendo que a pesca do camarão é desenvolvida o ano inteiro; no entanto,

períodos de junho a dezembro, diminuem a quantidade e também o tamanho do camarão. Nesses períodos, a pesca passa a ser quase que exclusivamente de subsistência. É comum o uso de camaroeira, uma espécie de viveiro, onde são armazenados por um período de uma semana, para então serem vendidos na feira do município. O açaí tem sua safra nos meses de agosto a dezembro; o cacau, nos meses de junho, julho e agosto; a borracha, de agosto a dezembro.

A coleta da andiroba, do muru-muru, da ucuúba e do miriti ocorrem no período do dia, podendo variar o horário de acordo com a maré; geralmente no período em que a maré já baixou, deixando as áreas de florestas secas, facilitando, assim, a coleta das sementes. Outro fator é a luminosidade na floresta densa, diminuído, então, os riscos de acidentes com animais peçonhentos. Em dias chuvosos, a coleta não é realizada pelos ribeirinhos, pois esses produtos sempre estiveram como uma produção secundária dentro do estuário do rio Tocantins, para a história da região; o que por outro lado, elegeu a extração da borracha, um produto que alcançou, em seus “ciclos” econômicos maior valor no mercado, como a produção quase que exclusiva para os ribeirinhos.

Hoje, esses produtos também não são de produção exclusiva, ou seja, não são todas as famílias que se dedicam em coletá-los. Os ribeirinhos que coletam são cadastrados na empresa Natura<sup>77</sup>, que tem a exclusividade da compra desses gêneros. Em entrevistas, os moradores da ilha da Conceição disseram que o interesse em coletar esses produtos se deu a partir do momento em que a Natura firmou contrato para a compra dos produtos coletados na ilha. Essas mercadorias são vendidas *in natura*, o muru-muru é comprado a R\$ 4,80, a andiroba a R\$ 3,00, a ucuúba a R\$ 1,50 e a casca da ucuúba a R\$ 1,00, o quilo.

O discurso de sustentabilidade nas sociedades hodiernas vem sendo difundido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”, como definido pelo Relatório Brundtland. A Natura, a partir do ano 2000, junto com o lançamento da linha Ekos, passou a desenvolver políticas internas que viabilizam o contato direto com os homens da floresta, ribeirinhos que vivem em comunidades tradicionais. Para o diretor de sustentabilidade da empresa, Marcos Vaz, essa nova política que a linha Ekos traz, agrega ao produto final um

---

<sup>77</sup>**Natura** é uma empresa brasileira que atua no setor de produtos de tratamento para o rosto, corpo, sabonetes, barba, desodorantes, óleos corporais, maquiagem, perfumaria, cabelos, proteção solar, e infantil. Fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra, hoje está presente no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela e França e Estados Unidos, além de outros 63 países indiretamente. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Natura> >. Aceso em: 20/10/2017.

maior valor no mercado<sup>78</sup>, pois se transmite a ideia de que se trata de um produto sustentável e ecologicamente correto, valorizando e preservando o que há de melhor nas florestas.

Da floresta também saem os produtos que fazem parte da composição da renda dos ribeirinhos com maior valor no mercado: o cacau e o açaí, em que todas as famílias ribeirinhas trabalham. O açaí ainda é o principal produto que compõe a renda familiar e também é uma das principais fontes alimentícias dos moradores da ilha. A sua coleta também tem um horário próprio, constituído pela natureza e aprendido pelos moradores. Ocorre no período da tarde com a maré baixa; caso a maré esteja alta, o trabalho é realizado pela manhã. No dia seguinte, o açaí é levado para ser vendido na feira do município de Mocajuba.

Para o perfeito acondicionamento do açaí, utiliza-se o paneiro, forrado com folhas de bananeira. O açaí apanhado é "debulhado" (retirados os caroços do cacho) e acondicionado no paneiro, em lugar fresco e seco. Em dias chuvosos, o ribeirinho não apanha o açaí; quando perguntado sobre o motivo, a resposta foi o perigo de acidentes, porque as árvores ficam escorregadias e também porque o fruto molhado estraga muito rápido, perdendo valor no momento da comercialização nas feiras; a Imagem 13 mostra como o açaí é coletado nas florestas.

---

<sup>78</sup>COSTA, Melina. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-incluir-uma-nova-comunidade-natura-leva-em-media-seis-meses-imp-,562541>. Acesso em 24/07/2017. 16:10.

Imagem 13 – Coleta do açaí



Fonte: Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016

O açaí, apesar de ser uma palmeira nativa da ilha, requer dos ribeirinhos um trabalho anual de manejo e cuidado com a plantação. O que cresce nas áreas de várzea é o açaí de touceira (*Euterpe Oleracea*); “caracteriza-se por emitir filhos, ou estipes, da mesma base, chegando a emitir até 25 filhos”, (HARRAIS; RIBEIRO, 2013, p. 11); a Imagem 14 mostra uma touceira de açaí. Por isso, que, após a safra, no período em que as águas dos rios não invadem completamente a floresta, ocorre a capina, que é a retirada dos matos que crescem ao redor das touceiras. Nesse período, também, os ribeirinhos realizam uma seleção das árvores finas e altas

para cortarem; delas se extraem o palmito, que é vendido a barqueiros que passam pelo rio comprando o palmito *in natura*. Outra atividade de manejo é a diminuição de plantas nas touceiras, realizando os replantios em áreas com um número menor de palmeiras.

Imagem 14 – Touceira de Açaí



Fonte: Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016

O cacau também tem em sua atividade uma importante fonte de renda para a família do ribeirinho, devido seu valor considerável no mercado; em média entre R\$ 10,00 a R\$ 20,00 reais o quilo seco da semente. Essa atividade requer do ribeirinho um tempo, em média, de quatro horas por dia de coleta. O "sair para o mato" em busca dos frutos geralmente ocorre em períodos de maré baixa, ou via igarapés, em cascos, facilitando o carregamento do fruto. Após a coleta, os frutos são cortados e deles são retirados o vinho (suco), que pode ser transformado em doce de cacau ou em capilé (espécie de licor). A semente é armazenada em um pequeno galpão por alguns dias para fermentar; depois desse processo, é colocado em Paris para secagem ao sol.

O homem ribeirinho desenvolveu muitas fontes de trabalho que têm como objetivo a sua sobrevivência e subsistência. O rio e os igarapés são os meios de deslocamentos, os locais de trabalho, criando a cultura ribeirinha. Os ribeirinhos e sua relação com a natureza criaram um processo de aprendizagem do mato, dos rios, dos igarapés. As espécies que podem ser capturadas na pesca ou na caça, os frutos que são comestíveis, ou que produzem óleos, o tempo despendido para cada atividade, o momento certo de estar e o de não retirar, manusear, respeitando seus limites e os limites da floresta são questões observadas nesse cotidiano.

A tapagem é mais uma das experiências de trabalho, é uma espécie de armadilha para capturar peixe, e consiste em construir uma barreira em igarapés, utilizando-se dos *paris*<sup>79</sup>. Trata-se de um exemplo dos saberes que, ao longo da história, se tornaram as experiências de trabalho, para capturar alimentos que irão abastecer as casas das famílias ribeirinhas. Esse saber é adquirido entre as gerações. As etapas requerem do ribeirinho várias habilidades. Consistia, primeiramente, na tecelagem de uma espécie de tapete confeccionado com tala de miriti e cipó<sup>80</sup>. Geralmente, esse processo de tecelagem era realizado pelas mulheres da família, e demandava pelo menos de um a dois dias de trabalho, dependendo do tamanho do pari que era confeccionado na largura do igarapé.

Na maré alta, a família (homens, mulheres e crianças, em média entre 9 e 10 anos) deslocavam-se de canoa até o ponto definido, o lugar com menor profundidade. Nesse ponto, coloca-se o pari, criando uma espécie de barragem, devidamente prendida em suas extremidades. Amarradas com cipós, as varas são estrategicamente colocadas. Feito a barragem, espera-se a vazante da maré, diminuindo os leitos e a profundidade dos igarapés. Com paneiros, retiram-se camarão e peixes que ficaram presos na tapagem.

Essa prática é analisada pela etnoecologia como uma apropriação de conhecimento do meio ambiente e a interação com o homem, ou seja, o conhecimento dos materiais utilizados na confecção do pari e do paneiro; as técnicas de tecelagem, transmitidas de geração a geração; e, ainda, o conhecimento do tempo, o momento exato de tapar e o de ir verificar a tapagem, todos esses elementos demonstram o nível de percepção desse homem com a natureza, isto é, “um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza” (LEFF, 2012, p. 16).

Outra atividade bastante desenvolvida pelos ribeirinhos da ilha da Conceição é a iscagem do matapi. Em imagem, pode-se analisar que até o ato de colocar o matapi no rio ou igarapé, requer do ribeirinho várias outras atividades, desde a confecção do matapi, a iscagem

<sup>79</sup>Pari: Espécie de tapete tecido pelos artesãos ribeirinhos de tala de miriti.

<sup>80</sup>Cipó: comum às plantas lenhosas, trepadeiras, características das matas tropicais, de ramos delgados e flexíveis, que se fixam por meio de acúleos, de gavinhas ou por se enrolarem aos caules e ramos de árvores e arbustos.

e a escolha do local ideal. Na Imagem 15 tem-se o ribeirinho consertando o matapi, e nas Imagens 16 e 17, respectivamente, a iscagem do matapi. Esses procedimentos dispõem de um dia para o conserto e de, em média, uma hora para a iscagem.

Imagem 15 – Conserto do Matapi.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 16 – Iscagem do Matapi 1



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 17 – Iscagem do Matapi 2



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Nessas comunidades, a interação homem e meio ambiente é diretamente proporcional à segurança do território. Estas populações aprenderam de forma concreta, em seu dia a dia, a lidar com o meio ambiente. Esses aspectos são percebidos na arquitetura, por exemplo, das construções das casas em estilo de palafitas. Para a região do Baixo Tocantins, os terrenos sofrem alagamentos pelo menos duas vezes ao dia; o rio é influenciado pelas marés, “a maré sobe e desce”, na ilha é inexistente área de terra firme. Assim, as palafitas ajudam a população local a se protegerem das águas e também de animais peçonhentos.

Outra arquitetura construída pelos moradores são os jiraus – armação de madeira suspensa do chão a uma altura, considerando o quanto a maré pode subir. Esse conhecimento empírico difundido por outras gerações define a altura que os jiraus e as casas de palafitas serão construídas para não serem atingidas pelas marés. Servem para a criação dos serimbabos, como a galinha, o pato e o porco e para a plantação da horta familiar, com espécies de plantas que vão de hortaliças, como a cebolinha, o cheiro-verde, o tomate; das ervas medicinais, como o hortelã, a babosa e outras, e ainda plantas que servem para ornamentar as casas. As Imagens 18, 19, 20, 21 e 22, mostram como esse saber, ajuda e constrói uma análise muito bem elaborada da natureza.

Imagem 18 – Casa palafita na ilha de Santana.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 19 – Jirau – curral suspenso 1



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

Imagem 20 – Jirau – Curral Suspenso 2



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016.

Imagem 21 – Horta (Casco)



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2016

### Imagem 22 – Horta



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

A etnoecologia permite entender que a percepção que os povos tradicionais adquirem ao longo do tempo sobre a natureza permitiu produzir e reproduzir as condições materiais e

imateriais de sobrevivência, agregando os valores da percepção do ribeirinho em torno da natureza que está inserida em seu espaço de trabalho. Percebe-se que todo esse processo é e se constitui em uma racionalização funcional que “envolve uma reorganização tendente a permitir que uma série de ações alcancem objetivos previamente designados, antecipadamente calculados” (MANNHEIM, 1935, p. 55 apud SANTOS, 2014, p. 291).

Para entendermos que as populações tradicionais, em meio ao uso da floresta, dos rios de forma econômica, tornam-se palco de compreensão dos aspectos econômicos globais, principalmente pela crescente preocupação com a sustentabilidade de comunidades biosustentáveis, da conservação da natureza, há em torno disso uma,

[...] transição para a ordem econômica sustentável, abre-se um amplo espaço de concordâncias e um espectro de modelos sociais alternativos. Neste processo, parece realista enfrentar o projeto neoliberal tão somente com os valores de uma ética conservacionista. Um dos grandes desafios que a sustentabilidade enfrenta é a construção do conceito de ambiente como um *potencial produtivo sustentável*; materializar o pensamento complexo numa nova racionalidade social que integre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais, para gerar um desenvolvimento alternativo (LEFF, 2011, p. 60).

Diante desse exposto, entendemos que as comunidades da ilha da Conceição, já ao longo da sua história, mesmo antes de conhecer o conceito de sustentabilidade, desenvolviam a própria sustentabilidade; pois, através de suas unidades familiares de produção, usam de forma racional o meio ambiente em que vivem, ou seja, o potencial produtivo e sustentável, uma vez que desenvolveram habilidades de manejos e conservação dos produtos extrativistas, desempenhando essas atividades sem produzir a destruição do meio natural, já que o viver na terra é propagado de uma geração a outra nessas unidades familiares de produção, em que há a integração de novos elementos de conhecimento que possibilitem a eficiência do trabalho e da produtividade.

### 3.2 A FORMAÇÃO DO SABER RIBEIRINHO E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS

O etnoconhecimento é o patrimônio cultural de uma comunidade ribeirinha, construído por sua interação com o meio ambiente. Esse saber tradicional é experimentado pelo conviver social da unidade familiar de produção e se estende aos produtos da floresta e dos rios. O ribeirinho conhece o tempo de amadurecimento de cada fruto e o momento para coletá-los na floresta e esse conhecimento “é o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”. (DIEGUES; ARRUDA, 2001

apud, SANTOS; PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 67). As crianças de 10 anos em diante acompanham os adultos nas andanças na floresta, podendo desenvolver uma atividade ou outra; esse processo de aprendizado está ligado principalmente à linguagem e

[...]serve de mediação entre os sujeitos, uma vez que é por intermédio dela que eles se comunicam entre si e estabelecem suas pretensões de validade. [...]. Dentro do mundo da linguagem, em que os sujeitos se entendem entre si acerca da vida, dos fatos, da realidade, das suas vivências. (MEDEIROS, 2007, p. 101).

Para Bergson (1979, p. 178-179), a inteligência, encarada no que parece ser o seu empenho original, é a faculdade de fabricar objetos artificiais, sobretudo ferramentas para fazer ferramentas e de diversificar ao infinito da fabricação delas. Santos (2014, p. 29) destaca que a “principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio é dada pela técnica.” Para as comunidades ribeirinhas amazônicas, essa manipulação da natureza, por “meios instrumentais e sociais”, viabilizou a ocupação e também a produção dos meios de sobrevivência. Essas habilidades adquiridas demonstram a produção intelectual e também de conhecimento que são traduzidos em objetos e ações educativas que serão disseminadas a outras gerações.

Por exemplo, a fabricação de canoas e seus respectivos derivados, como a rabetá<sup>81</sup>, utilizada na contemporaneidade nessas comunidades, que viabilizam a locomoção e escoamento da produção, são elementos inteligíveis desses ribeirinhos que se reproduzem no espaço educacional familiar. Esses princípios são percebidos pela etnoecologia como constitutivos no conhecimento empírico que os ribeirinhos produzem, sendo fundamentais para a sua constituição de grupo social, ou seja, de sua identidade.

As experiências produzidas demonstram que esses elementos oriundos de uma educação familiar perpassam, no jogo da sobrevivência e da própria permanência no território, assegurando a ocupação desses espaços, principalmente se pensarmos que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.” (SAVIANE, 2007, p. 152). É no entender das experiências que percebemos como o trabalho e a educação nesses espaços estão relacionados, produzindo conhecimento.

---

<sup>81</sup>Parte de baixo de motores de popa, que sustenta o eixo de transmissão e em sua ponta a hélice de uma embarcação. Trata-se de uma embarcação de pequena porte para transporte de uma quantidade reduzida de pessoas e mercadorias.

Para analisar a relação da experiência que produz um espaço de trabalho e de educação em comunidades amazônicas, faz-se necessário compreender as questões econômicas e ecológicas, provenientes das relações entre homem e natureza. E entender que,

O conhecimento tradicional é o resultado da soma das experiências de cada indivíduo. A vivência, a relação entre homem e natureza, é dependente do espaço e de seus atributos. [...]. A valorização do espaço passa, necessariamente, pelo conhecimento do seu potencial de utilização. (SANTOS; PEREIRA; ANDRADE, 2007, p. 70).

O território construído pelo saber desses povos, reúne e integra uma rede de conexões entre o homem e a natureza. Neste aspecto, a finalidade diante de um processo de construção de um espaço educacional é interligar a produção do conhecimento ecológico tradicional com o conhecimento ecológico científico. Daí a necessidade de propor, como um meio de desenvolvimento econômico para a ilha da Conceição, a inserção das tecnologias sociais, com o objetivo de construir uma rede de valorização e agregação de maiores valores no mercado consumidor dos subprodutos farmacêuticos, cosméticos e alimentícios, oriundos dos produtos primários da floresta.

Como tecnologia social, “compreende produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”, (SAMONEK, 2016, p. 49), e que estão oportunizando aos homens amazônicos (ribeirinhos, indígenas e quilombolas), a possibilidade de agregar valor ao território e aos produtos da floresta, criando uma consciência de organização social, promovendo a junção do saber local com o saber científico.

A borracha na Amazônia já engendrou um dos maiores ‘ciclos’ econômicos, destacando-se pelo seu valor comercial, passando a ser um dos principais produtos de exportação. “No período de 1852 a 1862, a borracha já representava, em média anual, 62% do valor total das exportações do Pará.” (PETIT, 2003, p. 52). Ainda para o autor, a exportação da borracha entrou em declínio no início da Primeira Guerra Mundial, voltando a se restabelecer no início dos anos de 1942, principalmente após a assinatura de acordo entre “os governos dos EUA, Grã-Bretanha e Brasil”. Um dos objetivos era manter a produção da borracha na Amazônia, para abastecer o mercado dos países aliados. A “borracha, que enquanto foi remunerada a preço de ouro no mercado internacional, serviu como chamariz para a ocupação da terra, mas após sua decadência o capital sumiu e restaram comunidades abandonadas” (SAMONEK, 2016, p. 11).

A borracha deixa de ser um produto competitivo devido ao “[...] ingresso da produção racional proveniente da heveicultura no século XX; o sistema produtivo na Amazônia tornou-se obsoleto e insustentável. Não houve projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que assegurassem a sua sustentabilidade.” (SAMONEK, 2016, p. 11). Não se assegurou uma política que estruturasse a economia no Estado do Pará, devido aos baixos investimentos, principalmente em políticas para as áreas de florestas. Mesmo com a criação de áreas de conservação, os problemas como o aumento das queimadas e o desmatamento serão aspectos de profundas mudanças econômicas devido, principalmente, à desvalorização dos produtos da floresta.

Nos governos militares foram criados vários programas que buscavam um maior controle das áreas de fronteiras, principalmente na Amazônia, área considerada "desabitada" e com uma vastidão territorial que dificultava o controle fronteiriço. A SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Borracha e o TORMB – Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha, criados em 1967, tinham como “objetivo estimular o plantio racional da seringueira e apoiar a colheita da borracha nativa na Amazônia, visando assegurar a sua autossuficiência para o mercado interno”, e “a borracha importada era sobretaxada para que seus preços se equiparassem aos da borracha nacional”, respectivamente. No entanto, a partir da década de 1990, com “a implantação do modelo econômico neoliberal”, houve o encerramento das atividades desses dois órgãos. (SAMONEK, 2016, p. 12).

O projeto “Os encauchados de vegetais da Amazônia” do Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais – POLOPROBIO, criou no Acre um novo modelo de uso sustentável da borracha, em que trata-se de

uma tecnologia sócio-técnica que combina o conhecimento indígena tradicional de manipulação do látex nativo com os atuais processos industriais de transformação da borracha em artefato. Aprimorados e adaptados para o uso no rústico ambiental florestal, os processos industriais complicados tornaram-se processos artesanais simples. Estes foram desenvolvidos a partir de soluções simples, baratas, integradas, fáceis de serem reproduzidas e continuadas. São facilmente compreendidas e apropriadas pelas comunidades, até por fazerem parte de seu cotidiano. Não exigem grandes investimentos financeiros e geram a possibilidade de novas aplicações mediante adaptações às peculiaridades locais. (SAMONEK, 2016, p. 14).

Esse modelo já utilizado entre os produtores de borracha no Acre, pode ser viabilizado na ilha da Conceição. Atualmente, essas comunidades contam com uma associação criada pelos

moradores, denominada de Associação dos Moradores Assentados da Ilha da Conceição<sup>82</sup>, instituída desde 2010, tendo 80 (oitenta) famílias associadas. Essas famílias são produtoras do sernambi (látex coagulado) e trabalham com o açaí e o cacau e as coletas de andiroba, muru-muru e ucuúba. Essa retomada na extração do látex, ainda que um pouco incipiente, veio após estudos realizados pela EMATER, sendo identificadas na área um potencial a ser explorado pelos ribeirinhos, com um percentual de 80% dos seringais da ilha em alta produtividade.

Esse incentivo foi estimulado por políticas públicas implementadas pela lei Nº 9.479, de 12 de agosto de 1997. Os produtores passaram a extrair o látex, comercializá-lo e entregá-lo a uma empresa de Marituba, localizada na região metropolitana de Belém, que compra o sernambi, pagando, através de recibos, R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) ao extrator, com a quantidade em quilogramas. Esses comprovantes são entregues na associação, que através de documentação emitida pela EMATER, expede as declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para cada extrator.

A partir do PRONAF e das informações obtidas pela associação, a EMATER emite uma relação dos extratores que estão aptos a receber do governo federal o subsídio da subvenção da borracha natural; em média os produtores produziram entre 800 a 900 kg de sernambi, recebendo do governo um valor de R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) por quilograma produzido, perfazendo o total de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), sendo o valor mínimo garantido pelo o que é estabelecido pela Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM).<sup>83</sup>

Os produtores da ilha Conceição extraem a borracha e a vendem em *in natura*, para indústrias que fazem seu beneficiamento. A ideia é a inserção da tecnologia social dos encauchados de vegetais da Amazônia, para construir o mesmo processo de beneficiamento da borracha, pois através dessa nova técnica

é possível agregar valor ao trabalho do coletor de látex familiar, sem que para isso seja necessário sequear a defumação do produto. Isso permite que sejam obtidos produtos de fácil aceitação no mercado local e até internacional. Por sua vez, a Economia Solidária permite esta inserção com o foco no desenvolvimento humano e coletivo e não propriamente nos ganhos capital, ainda que estes estejam presentes. (SAMONEK, 2016, p. 15).

A associação que já existe na comunidade pode levar até os produtores uma nova viabilidade do material já existente na ilha, aumentando o número de produtores da borracha,

<sup>82</sup>Associação dos Moradores Assentados da Ilha da Conceição. Criado em 03/11/2010. CNPJ: 12.990.279/0001-87. Nome Fantasia – Assentados da Ilha da Conceição. Presidente – Benedito Alexandre Pereira Barbosa.

<sup>83</sup>Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). <http://www.emater.pa.gov.br/destaque/108>. Acesso em 27/07/2017. 13:33.

e, assim, o nível organizacional de suas estruturas podendo ser potencializadas, acrescentando uma valorização do produto local. O látex vegetal pré-vulcanizado exige uma pequena organização como a “aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento do processo”. (SAMONEK, 2016, p. 15). Requer também o treinamento das pessoas em oficinas para o aprendizado em fibras e látex, capacitando os moradores para trabalharem no processo, e ainda uma organização estrutural dos moradores das comunidades.

A associação poderá, a partir da exposição do trabalho realizado na comunidade, subsidiar junto aos órgãos públicos, políticas públicas de incentivos do projeto de desenvolvimento social. O ato de acionar o poder público exige de uma comunidade rural um aspecto organizativo, sendo que o nível de resposta positiva das instituições é diretamente proporcional ao nível de organização. E, sem dúvida que, estruturalmente, a partir do momento que as comunidades estiverem organizadas, possibilitando a produção do látex vegetal, colocando no mercado um produto local altamente competitivo, gerar-se-á renda às comunidades e também divisas ao município e ao estado.

Outra inserção nas comunidades da ilha da Conceição que trará desenvolvimento econômico valorizando a floresta e gerando renda, é a implementação do modelo de economia criativa da floresta em pé, beneficiando-se da estrutura funcional desse modelo de forma horizontal, entre as partes, valorizando a agilidade da relação entre produtor e consumidor final. Assim, é possível contemplar a lógica ribeirinha que ainda sente dificuldades com a burocracia que envolve o modelo econômico tradicional. Com a economia criativa, a comercialização dos insumos das comunidades em diferentes produtos pode possuir a mesma condução, utilizando o modelo de cooperativa ou associação e, em seguida, dando prosseguimento à comercialização, até a exportação dos produtos.

As comunidades ribeirinhas já conseguem o mínimo de organização social entre elas, mas esbarram, ainda, nas esferas jurídicas, de legalização de seus produtos e incentivos fiscais ou de acesso a editais de fomento à produção de monoculturas. Com a economia criativa, é possível simplificar o acesso das comunidades ao escoamento, principalmente dos produtos chamados “alternativos”. São produções que atendem economicamente às comunidades insulares na entressafra da principal fonte de renda das ilhas que é o açaí. Logo, esta metodologia é sem dúvida uma proposta eficiente e sustentável para os povos que precisam das florestas como sua subsistência diária.

Exemplo disso é o Projeto Rede de Sementes do Xingu, que promove a coleta de sementes como uma alternativa socioeconômica para os povos que vivem na floresta; composto

por indígenas, agricultores, pesquisadores e ONGs. Trata-se da reunião dos saberes tradicionais e também acadêmicos, criando um banco de dados sobre as espécies nativas e a produção das mudas que serão utilizadas no reflorestamento da região, respeitando as espécies e a própria biodiversidade, garantido a gerações futuras, um espaço vindouro de coleta das sementes.

Um outro exemplo também desenvolvido no Xingu, na Comunidade da Terra do Meio, são as "Mini usinas", que beneficiam o produto *in natura*, em óleos e essências. Esse beneficiamento aumenta o valor no mercado, gerando uma rede entre a coleta das sementes e as implantações de mini usinas de beneficiamento de sementes oleaginosas, na produção de óleos naturais, ou na fabricação de bio joias. No caso, são processos que podem ser viabilizados por cursos, em que o extrator aprenderá a manusear as máquinas. Trata-se de um mecanismo de organização social que se propõe a distribuir trabalho e renda, reconhecendo o saber local, e, assim, garantindo a valorização da floresta e de seus frutos. A implantação das tecnologias sociais nas áreas de ilhas ajudam no processo de apreciação do trabalho e da conservação da natureza, pois o conhecimento das populações tradicionais passam a ter um novo valor na sociedade hodierna, visto que, ao contrário disso, o processo de ocupação do espaço feito pelo homem, sem o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais, promove a degradação da natureza.

Hoje, as sementes são coletas, secadas em estufas construídas pelos ribeirinhos, como mostram as Imagens 23 e 24, respectivamente. Após a secagem, são quebradas pelo extrator, sendo então vendidas à empresa Natura, como já mencionado. As mini usinas de extração de óleo natural seriam uma boa alternativa implantada na ilha da Conceição, valorizando o saber já adquirido pela comunidade no seio familiar, coadunado ao saber tecnológico viabilizado pela universidade, elevando o valor final do produto e criando uma economia sustentável, sem a manipulação de um grande capital.

Imagem 23 – Estufa de sementes de andiroba, muru-muru e ucuúba.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017

Imagem 24 – Estufa de sementes de andiroba, muru-muru e ucuúba.



Foto: Mariléia Wanzeler de Souza Vasconcelos, 2017.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o método de ocupação territorial da ilha da Conceição, no município de Mocajuba-Pa, percebeu-se que o processo histórico dessa ocupação esteve pautado nas relações entre o homem e a natureza e as experiências construídas por esse homem ao longo de sua permanência na ilha. Percebeu-se, também, que a chegada desses sujeitos na ilha passou por um longo processo de observação em relação aos povos que, tradicionalmente, já manipulavam a natureza, os indígenas. E, focando nas atividades desenvolvidas por esses povos, consideraram a possibilidade de reconstruir o espaço, propiciando, assim, sua permanência nessas áreas de várzea.

Essas experiências foram alcançadas devido à construção de um saber próprio desses povos, ou seja, foram desenvolvidas a partir de suas relações com a natureza, esse saber empírico, que foi analisado a partir da epistemologia ambiental pois, “se desdobra em um desejo infinito pelo saber, como um sol que ilumina o caminho do saber ambiental entre as sombras e as obscuridades do conhecimento”. (LEFF, 2012, p. 122). Traduz-se, neste trabalho, como o caminho para desvelar o saber construído pelos homens ribeirinhos.

A ideia foi entender a ocupação a partir daquilo que aqui já estava, neste caso, a própria natureza, com o objetivo de demonstrar que o processo de ocupação da Amazônia Tocantina, se dá pelo processamento da realidade das várzeas – do sítio, levando em consideração um modelo econômico próprio da ilha, com os produtos oriundos da floresta e dos rios, que são produzidos e adquiridos a partir da sociabilidade realizada entre esses moradores e, também, pela capacidade de criação de objetos que ajudam na obtenção de alimentos; desvinculando, assim, da Amazônia o conceito de desenvolvimento a partir da fundação das cidades, como se os núcleos urbanos fossem exclusividades para o aparecimento delas. Na verdade, o desenvolvimento da Amazônia se dá, antes de mais nada, pelas regiões de ilhas, de várzeas, dos sítios. E é a partir dessas áreas e de suas atividades econômicas ligadas ao extrativismo, que se concretiza o processo de urbanização.

O desafio que se apontou neste trabalho foi identificar os pontos inerentes a uma educação familiar, anexados a novos conceitos e paradigmas; entender o papel das relações humanas com o meio ambiente, conseguindo desenvolver as atividades econômicas, produzindo recursos sustentáveis dos meios, ajudando a proteger e a colaborar uns com os outros. A relação entre o conhecimento empírico e a racionalidade ambiental produzida pelas experiências facilitaram um espaço adequado de aprendizado entre as gerações dessas populações. Neste sentido, então, diríamos que esses aspectos são importantes diante da

conjuntura de espaço e de aprendizado e da dinamização do mesmo. Trata-se de um conhecimento institucionalizado pela própria comunidade.

E nesta perspectiva, compreender que a questão de sustentabilidade vem ganhando espaço no meio científico desde o século XX, devido aos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais que o mundo vem apresentando. Esse espaço de discussão busca ampliar uma visão do conhecimento da biodiversidade de florestas tropicais e, principalmente, compreender o papel do homem diante de toda a complexidade dos fenômenos; entendendo, aqui, o homem que cresceu nesses espaços. Trata-se da compreensão das comunidades tradicionais em seu *locus operandi*, ou seja, a floresta, os rios e as relações criadas com todos os elementos.

Claro que essas relações não são exclusivamente harmoniosas, ou seja, o processo de ocupação produziu uma devastação sem precedentes nas áreas de ilha, mas a natureza se reconstituiu, gerando, com isso, uma outra preocupação, a de analisar e reconstruir a economia ribeirinha, demonstrando o potencial sustentável que existe através dessas atividades que já são desenvolvidas na ilha, proporcionando aos ribeirinhos a discussão sobre a implementação de projetos que possam intensificar esse potencial, produzindo renda e sustentabilidade entre as famílias que residem na ilha.

Essa normatização de pertencimento está sendo ameaçada, pois a ilha da Conceição vem sofrendo com êxodo rural dos jovens, que se deslocam para as cidades em busca de trabalho e de estudos, uma vez que a comunidade não possui, por exemplo, escolas de ensino fundamental do 6º ao 9º ano, e nem escolas do ensino médio. As instituições de ensino mais próximas estão localizadas em outras comunidades ou na cidade de Mocajuba. Os que permanecem, seguem uma rotina cansativa para chegar à escola, tendo que acordar muito cedo para pegar a condução, transporte escolar, até a cidade ou escolas mais próximas.

Por isso, há a necessidade de implementação de projetos que tragam a valorização da vida, através da preservação dos rios e da floresta, beneficiando as comunidades inseridas na ilha e também em seu entorno, que possam destacar a importância que esses homens têm no processo de preservação dos meios naturais em que residem. E, ainda assim, que possam perceber que trabalhar de forma sustentável é muito mais rentável, entendendo que um rio livre de poluição, uma floresta em pé, têm muito mais valor do que se forem completamente destruídos.

## 5. FONTES

### 5.1 FONTE DOCUMENTAL

- DECLARAÇÃO DE 13/02/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- NOTA FISCAL Nº 192800 DE 21/01/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PRONAF DE 10/02/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- EXTRATO DA DAP DE 11/02/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- LISTA DE AGRICULTORES COM DAP DE 11/02/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- RELAÇÃO DE PRODUTORES DE BORRACHA DE MOCAJUBA. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA: RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE 04/06/2014. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- RESUMO DA PRODUÇÃO ANO/2015. Arquivo da EMATER. Mocajuba, Pará.
- **Doc.** LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA – RIO VISEU – PERÍODO 1984 – 1988. Pesquisa de Campo: Realizada no Acervo da Paróquia Imaculada Conceição. 2012.
- HENRIQUE, Gonçalves. *Nas terras do Grão- Pará: Atribulações de um emigrante adolescente*. Mário Braga. COIMBRA: ATLÂNTIDA EDITORA, 1964.
- Tabela de Convênios por Estado/Município – Arquivo do Portal de Transparência do governo Federal.

### 5.2 FONTE ORAL

- Entrevista com o senhor Evandro Pires de Carvalho, 71 anos, em 28/03/2016. Rio São Joaquim, Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor João Cabral dos Passos, 71 anos, em 28/03/2016. Rio São Joaquim, Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Luiz Cabral dos Passos, 70 anos. Em 28/03/2016. Rio São Joaquim. Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Gezo Miranda. 71 anos. Em 01/09/2016. Na feira de Mocajuba-Pa.

- Entrevista com o senhor Habib de Almeida Bacha, 90 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Ilson Queiroz, 94 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Francisco Feitosa Nascimento, 72 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora M<sup>a</sup> Elza Cunha Alves, 66 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora Evanilde Cunha Alves, 75 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Jacarecaia). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora Maria Raimunda Valente Camargo, 69 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Benedito Gama Maia, 68 anos. Em 12/07/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora Juracy Sepeda Mendonça, 62 anos. Em 28/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora Anália dos Santos Corrêa, 45 anos. Em 21/05/2016. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor João Serrão de Paula, 52 anos. Em 28/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com a senhora Elielma da Silva Dias, 40 anos. Em 28/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Luiz Eduardo S. Rodrigues. Em 27/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.
- Entrevista com o senhor Luís Dênis Santos dos Passos. 52 anos. Em 27/01/2017. Ilha da Conceição (Rio Santana). Mocajuba-Pa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa (Org.). **Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade**. Recife: Nupeea, 2007. 148 p.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da (Org.). **Métodos e técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife, Pe: Nuppea, 2010. 560 p. (Estudos & Avanços).

ALMEIDA, Inailde Corrêa de. O papel da pesca na Eficiência Reprodutiva dos ribeirinhos do Baixo Tocantins: O caso do município de Mocajuba – PA. Belém. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém. 2013.

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Revista Estudos Avançados*. Vol. 24. Nº 68. São Paulo. 2010. Print version ISSN 0103-4014. 654321'1k.

AMBIENTE, Ministério do Meio. **Acordo de Paris**. 2016. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris&gws\\_rd=cr&dcr=0&ei=aVHjWaWAG](http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris&gws_rd=cr&dcr=0&ei=aVHjWaWAG)>. Acesso em: 15 out. 2017.

AMOROZO, Maria Christina de Melo; VIERTLE, Renata Brigitte. A abordagem qualitativa na coleta e análises de dados em etnobiologia e etnoecologia. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da (Org.). **Métodos e Técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: Nupeea, 2010. Cap. 3. p. 65-82. (Estudos & Avanços).

ANDRADE, M. C. A Questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec. Recife: IPESPE. 1995.

ARAÚJO, Thiago Antônio de Sousa; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (Org.). **ENCONTROS E DESENCONTROS NA PESQUISA ETNOBIOLÓGICA E ETNOECOLÓGICA: Os desafios do trabalho em campo**. Recife: Nupeea, 2009. 288 p.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas**. São Paulo: Edusp, 1980. p. 284, p. Tradutor Eduardo de Lima Castro.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Gamond, 2004.

BERGSON, Henri. A evolução criadora. *In: Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 153-205. (Coleção os Pensadores.). Apud, SAVIANE, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p.152-165, Não é um mês valido! 2007. Mensal.

BEUST, Bruna Faccin. A importância do princípio do uti possidentis para os tratados de um território de fronteiras. XIV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão. Responsabilidade socioambiental. 10 a 12 nov. 2010. UNIFRA.

BEUST, Bruna Faccin. A IMPORTÂNCIA DO PRINCÍPIO DO UTI POSSIDENTIS PARA OS TRATADOS DE DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS. In: RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL - SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos. 2010, Santa Maria - Rio Grande do Sul. **Simpósio**. Santa Maria: Unifra, 2010. p. 1 - 2.

BEZERRA, Valeria Saldanha. *Considerações sobre a Palmeira Murumuzeiro (Astrocaryum muru-muru Mart.)*. Comunicado Técnico. Macapá, dezembro, 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, 2002.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 17-36.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 17-36.

BORRAS, Saturnino Jr.; FRANCO, Jennifer. La política del acaparamiento mundial de tierras: replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. **ICAS working paper series**, nº. 01, Transnational Institute, LDPI, ICAS, maio de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO:** nº 6.040. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO:** nº 6.040. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

Briefing/Relatório, outubro de 2008 – disponível em <[www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security](http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security)> (acesso em 04/12/2014).

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A Grande Transformação Ambiental:** uma cronologia da dialética do homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 412 p.

**CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.** 2016: Ufu, v. 11, n. 23, jun. 2016. Mensal. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CARREIRA, António. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro.* Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

CESAR, Alexandre Luís et al (Org.). Proposta de um procedimento para a criação de Unidades de Conservação. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil:** análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Iieb, 2003. p. 134-165.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Degredados, açorianos e migrantes: o povoamento português na região amazônica (século XVII). In: *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (Séculos XVII a XXI).* RUIZ-PEINADO, José & CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs). Belém: Ed. Açai, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706).** Belém: Açai, 2010. 207 p.

CHASSOT, A. *A ciência através dos tempos.* São Paulo: Ed. Moderna, 1994.

COSTA, Francisco de Assis. *A agropecuária na economia de várzea da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2013

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Rural Extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista. Belém: Naea, 2012. 154 p. (III Formação Histórica). Livro 1.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis; INHETVIN, Tomas. **A Agropecuária na Economia Política de Várzea da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Belém: NAEA, 2013. 212 p. (IV Dinâmico). Economia Política da Amazônia.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. 2007. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007. Cap. 6.

CUNHA, Alessandra Sampaio & MORAES, Sérgio Cardoso de. Fragmentos de Território de Pesca na Amazônia. In: SOBRINHO, Mário Vasconcelos; FARIAS, André Luis Assunção; LOPES, Luis Otávio do Canto; MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues (Orgs.). *Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local*. Belém: NUMA-UFPA, 2012.

CUNHA, Alessandra Sampaio; MORAES, Sérgio Cardoso de. Fragmentos de Território de pesca na Amazônia. In: VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário et al (Org.). **Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém: Numa, 2012. p. 93-125. (Nº 14). vol. 1.

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S.V. (Orgs.). Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. (Biodiversidade, 4). 2001.

Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=210>.

Disponível em: < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml> Acesso em 15/10/2017.

DUNCAN, James S. A paisagem com sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

**ECOSSISTEMAS: Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente.** Espanha: Aet, v. 16, set. 2007. Mensal. Disponível em: <<http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?Id=501>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

**EM DISCUSSÃO: Revista de Audiência Públicas do Senado Federal.** Distrito Federal: Livraria do Senado, v. 3, n. 11, jun. 2012. Mensal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FACHINELLO, D. T. *Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM) no Estado de Rondônia e as visões sobre o desenvolvimento, sustentabilidade e extrativismo.* Dissertação de Mestrado em Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA) 2010.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território da Educação do Campo. In: ROCHA, Maria Izabel Antunes. MARTINS, Maria de Fátima Almeida. MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). *Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais.* Coleção Caminhos da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Ed. Gutenberg. 2012, p. 15-20.

FORLINE, Louis. Áreas antrópicas: de onde vieram e para quem funcionam?. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa (Org.). **Povos e Paisagens:** etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade. Recife: Nupeea, 2007. Cap. 1. p. 09-26.

FORLINE, Louis. Áreas antrópicas: de onde vieram e para quem funcionam?. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Alves; ÂNGELO, G. C; ARAÚJO, Thiago (ORGs). *Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil.* Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007.

FRECHIONE, J; POSEY, D. A & SILVA, L.F. The perception of ecological zones and natural resources in the Brazilian Amazon: an ethnoecology of Lake Coari. *Advances in Economic Botany*, vol7, 1989, p. 260-282.

FURTADO, Fabrina. *Economia Verde: A nova cara do capitalismo*. Ed. Jubileu Sul Brasil, s/d.

GARCÍA, García V. & SANZ, Martí N. Etnoecología: punto de encuentro entre naturaleza y cultura. *Ecossistemas* 16 (3), 2007, p. 46-55.

GODOLPHIM, N. 1995. A fotografia como recurso narrativo: Problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre. Ano 1, 2. P 161-185.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial mestres explicam a globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 179 p. Organização: Emir Sader.

GRAIN. **Seized: the 2008 land grab for food and financial security**. Grain

GUARIM NETO, Germano; CARNIELLO, Maria Antonia. Etnoconhecimento e Saber Local: um olhar sobre populações. In: ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAUJO, Thiago Antônio de Sousa (Org.). **Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil**. Recife: Nuppea, 2007. p. 105-114.

HAESBAERT, Rogério. TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p.19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX. nº 17, Rio de Janeiro. 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs). *Sociedade Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, M<sup>a</sup> Cristina. (Org.). *No Mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002. 359 p.

HERRAIZ, Aurélio Dias; RIBEIRO, Patrício Neto Teles. **Opções Sustentáveis: Manejo e Cultivo de açaí na Calha do Rio Madeira, Sul do Amazonas**. Humaitá- AM: Instituto Pacto

Amazônico, 2013. 46 p. USAID - Instituto dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

ISAAC, Victoria Judith; MILSTEIN, Ana; RUFFINO, Mauro Luis. A PESCA ARTESANAL NO BAIXO AMAZONAS: ANÁLISE MULTIVARIADA DA CAPTURA POR ESPÉCIE. **Acta Amazônica**, São Paulo, v. 3, n. 26, p.185-208, 1996. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v26n3/1809-4392-aa-26-3-0185.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. São Paulo: Cortez, 2012. 132 p. Tradução Silvana Cobucci Leite.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239 p. Tradução Sandra Valenzuela.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 439 p. (Coleção Educação Ambiental). Tradução Jorge E. Silva.

LODI, Liliane; ZAPPES, Camilah Antunes; SANTOS, Álvaro Samuel Guimarães dos. Aspectos etnoecológicos e implicações para a conservação de *Tursiops truncatus* (Cetartiodactyla: Delphinidae) no Arquipélago das Cagarras. *Sitientibus série Ciências Biológicas*. Rio de Janeiro, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazonia**: estado, homem, natureza. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014. 383 p.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. 305 p.

MANNHEIM, Karl. *Man and Society in na Age of Reconstruction*. New York, Harcourt, Brace & World, s.d. (1. ed. 1949).

MARQUES, J. G. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. São Paulo: NUPAUB, 2001.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. *Tempo Escola e Tempo Comunidade: Território Educativos na Educação do Campo*. ROCHA, Maria Izabel Antunes. MARTINS, Maria de Fátima Almeida. MARTINS, Aracy Alves. (Orgs.). *Territórios Educativos na Educação do*

*Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais*. Coleção Caminhos da Educação do Campo: Ed. Gutenberg, 2012, p. 21-33.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Administração educacional e racionalidade: o desafio pedagógico. Ed. UNIJUI. p. 232. Coleção fronteiras de educação. Ijuí. 2007.

MEHTA, Lyla, VELDWISCH, Gert Jan e FRANCO, Jennifer. Introduction to the Special Issue: Water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources. **Water Alternatives**. Vol. 5, nº. 2, 2012, p.193-207.

MOURA, Ignácio Baptista. **De Belém a s. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins**. Paris: H. Garnier Livreiro, 1910. 390 p.

MOURA, Ignácio Baptista. De Belém a S. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins. Paris: H. Garnier. Livreiro – Editor. 1910.

NETO, Germano Guaranin; CARNIELLO, Maria Antonia. Etnoconhecimento e saber local: um olhar sobre populações humanas e os recursos vegetais. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa. (Orgs.) *Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil*. Recife: NUPEEA/UFRPE, 2007. p. 105-114.

NOVAES, C. S. O Uso da Imagem em Antropologia. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O Fotográfico**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ Senac, 2005. p. 1-350.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Área de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

PETIT, Pere. **CHÃO DE PROMESSAS: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-tatu, 2003. 352 p.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Paka-tatu, 2004. 251 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476 p.

SACK, R. 1986. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

SAMONEK, Francisco et al (Org.). **ENCAUCHADOS 20 anos: do Acre para o mundo**. Belém: Gráfica Supercores, 2016. 172 p. (Livro 1). Coleção Encauchados de vegetais da Amazônia.

SAMONEK, Francisco. Encauchados 20 anos – do Acre para o mundo. SAMONEK, Francisco; AMARAL, J. P; PAIVA, R. A; DAMASCENO, M. Z. M. (Orgs). Belém: Supercores, 2016.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves; ANDRADE, Laíse de Holanda Cavalcanti. A construção da paisagem através do manejo dos recursos naturais e a valorização do etnoconhecimento. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ALVES, Angelo Giuseppe Chaves; ARAÏJO, Thiago Antonio de Sousa (Org.). **Povos e Paisagens: etnobiologia, etnoecologia e biodiversidade no Brasil**. Recife, Pe: Nuppea, 2007. Cap. 4. p. 61-73.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 386 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800 - 1980**. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais - Bbcs, 1982. 359 p. (Série 1ª Estudos Brasileiros).

SAUER, Sergio; BORRAS JUNIOR, Saturnino (jun). 'LAND GRABBING' E 'GREEN GRABBING': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 23, n. 11, p.06-42, jun. 2016. Mensal. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SAVIANE, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p.152-165, Jan/Abr. 2007. Mensal.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Ed.ufpa, 2012. Tradução Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura.

SILVA, Christian Nunes da., SILVA, João Márcio Palheta da, CHAGAS, Clay Anderson Nunes, PONTE, Franciney Carvalho da. - **Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia**. Novos Cadernos NAEA. v. 19, n. 1, p. 193-214, jan-abril 2016, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e na Argentina. 2016. 440 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SOLDATI, G. T., ALBUQUERQUE, U. P. *Produtos florestais não madeireiros: uma visão geral*. Recife: NUPEEA, 2010.

SOUTO, Francisco José Bezerra. **A ciência que veio da lama**: etnoecologia em área de manguezal. Recife, Pe: Nuppea, 2008. 92 p. (Estudos e debates).

SOUTO, Francisco José Bezerra. A Imagem que Fala. O uso da fotografia em trabalhos etnoecológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. LUCENA, Reinaldo Farias Paiva. CUNHA, Luiz. Vital F. Cruz da. (ORGs). *Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica*. Recife: NUPEEA, 2010p. 171-185.

SOUZA, Arodinei Gaia de. *Irmandade Leiga na Amazônia: Os irmãos de São Sebastião de belos Prazeres. A Igreja Católica na Comunidade de Belos Prazeres em Cametá (1960-2010)*. Coleção Novo Tempo Cabano. Cametá-Pa. Novo Tempo Comunicações LTDA, 2012.

SOUZA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, V.M. 2002. Ethnoecology: a conceptual framework for the study of indigenous knowledge of nature. En *Ethnobiology and Biocultural Diversity* (eds. Stepp, JR et al.), pp. 511-522. International Society of Ethnobiology.

TONUCCI Filho, João Bosco Moura. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. *Revista Espinhaço*. 2013 2(1), p. 41-51.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

**ANEXOS****Anexo 1 – Declaração da Associação dos Moradores Assentados da Ilha da Conceição Mocajuba**

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ  
Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará  
Escritório Local de Mocajuba E-mail: ematermoca@hotmail.com  
Av. 15 de novembro, 280. Mocajuba - Pará. Cep: 68.420-000 - Fone / Fax (081) 3796-1821.

---

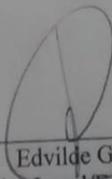
**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que a **Associação dos Moradores Assentados da Ilha Conceição de Mocajuba - CNPJ 12.990.279/0001-87 e Inscrição Estadual 15.327.463-8** trabalha em regime familiar sendo assistida por esta Empresa de Assistência Técnica em atividades com culturas como açaí, cacau, na pesca artesanal e no extrativismo vegetal na exploração da seringueira nativa, onde membros desta Associação comercializaram uma produção de **69.168 Kg** de borracha neste município conforme notas fiscais avulsas n° **192800/3** e n° **267236/3** fornecida pela Secretaria Especial de Estado de Gestão – Secretaria da Fazenda.

Desta forma enviamos em anexo a **Relação dos Produtores de Borracha do Município de Mocajuba** contendo 80 nomes, juntamente com o número do CPF, número da DAP, peso e valores em Kg.

Mocajuba, 13 de fevereiro de 2014.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Edvilde Gomes Lima  
Coordenador Local/Emater/Mocajuba

## Anexo 2 – Listagem de Agricultores com DAP (1)

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Listagem de Agricultores com DAP**

Chave do Extrato: 13171715602

Dap - Nº SDW1299027900011002141143

Versão da DAP

3.2

Data Emissão da Dap 10/02/2014

Data de Validade (\*) 10/02/2015

Data Emissão Extrato 11/02/2014 09:48:01

Cnpj 12.990.279/0001-87

Razão Social ASSOCIACAO DO MORADORES ASSENTADOS DA ILHA DA CONCEICAO DE

CPF	Nome	Nº da DAP	Data de Validade	Grupo
75693380220	ADALBERTO GONÇALVES LISBOA	SDW0722169992531205110143	12/05/2017	V
77892283234	ADALETE BRANDAO DE SOUZA	IN-PA0401000-00219-201213	20/12/2019	A
75568268215	ADELSOM BENEDITO GONALVES LISBOA	SDW075568268215211110901	21/11/2017	B
56942400220	ADRIANA MARIA FERREIRA LISBOA	IN-PA0539000-00050-121213	12/12/2019	A
01546285229	ALESSANDRA PINTO BARBOSA	IN-PA0539000-00280-121213	12/12/2019	A
01851171207	ALEXANDRE MAGNO DA SILVA FERREIRA	IN-PA0539000-00258-121213	12/12/2019	A
00261133250	CRISTALINO LOBATO MARCOS	IN-PA0539000-00259-121213	12/12/2019	A
01278448217	DARLENE CAMPELO CARDOSO	IN-PA0539000-00271-121213	12/12/2019	A
83563725268	DIANA MARIA DA SILVA NUNES	IN-PA0540000-00035-201213	20/12/2019	A
90304950220	DOMINGAS CARDOSO BRITO	SDW0903049502201512100515	15/12/2016	V
62363352220	EDINA NUNES DE OLIVEIRA	IN-PA0539000-00043-121213	12/12/2019	A
01404573216	EDINALDO CARVALHO	IN-PA0539000-00274-121213	12/12/2019	A
76944530287	ELIELMA DA SILVA DIAS	SDW0769445302872210100922	22/10/2016	V
99151243253	ELIZELMA CORREA DE ALMEIDA	IN-PA0539000-00192-121213	12/12/2019	A
96738600259	ELIZETE CORREA DE ALMEIDA	IN-PA0539000-00101-121213	12/12/2019	A
00126097224	ELTON DO SOCORRO CARDOSO SEPEDA	SDW0001260972242010090953	20/10/2015	V
48824550215	HELENA ALVES CHAVES	IN-PA0539000-00122-121213	12/12/2019	A
64052842200	HELENA IVANETE GONÇALVES NOUGUEIRA	SDW0640528422002112101134	21/12/2016	V
70907005268	ISABEL CORREA ALMEIDA	SDW0709070052682111110819	21/11/2017	B
68832281287	JAIMÉ BRITO LOPES	SDW0688322812871712100120	17/12/2016	V
58228497253	JOANA DARCI RODRIGUES LOPES	SDW0582284972531712101244	17/12/2016	V
48816531215	JOANA PEREIRA BRANDÃO	IN-PA0401000-00176-201213	20/12/2019	A
63259761268	JOANA RAIMUNDA BARBOSA QUEIROZ	SDW0632597612682111111133	21/11/2017	B
70039011291	JOÃO FERNANDES DE LEÃO	SDW0700390112912012101215	20/12/2016	V
00076205274	JOÃO MARIA COSTA LEAL	SDW0000762052742111111005	21/11/2017	B
01293489298	JOCILENE CARVALHO RODRIGUES	IN-PA0539000-00060-121213	12/12/2019	A
64220974253	JOSÉ AJAX MARCOS PANTOJA	SDW0642209742531712101230	17/12/2016	V
75923190206	JOSÉ ANTONIO BARRADAS CANTÃO	IN-PA0539000-00003-121213	12/12/2019	A
18677290249	JOSE BENEDITO GUIMARAES RIBEIRO	IN-PA0539000-00146-121213	12/12/2019	A
89513673200	JOSE BONIFACIO LOPES COSTA	IN-PA0539000-00263-121213	12/12/2019	A
12583219200	JOSÉ CHAVIER FERREIRA	SDW0125832192001512100500	15/12/2016	V
80580246272	JOSE CRISTOVAO FRANCO CUNHA	IN-PA0541000-00148-191213	19/12/2019	A
35710586234	JOSÉ DE SOUSA BARBOSA	SDW0357105862341712100252	17/12/2016	V
89667832287	JOSE OBERTO LOPES COSTA	IN-PA0539000-00261-121213	12/12/2019	A
67928463253	JOSÉ PEREIRA CANTÃO	SDW0679284632532508130804	25/08/2019	V
76937240287	JOSELIA FERNANDES COSTA	SDW0769372402872111111241	21/11/2017	B
49103890244	LINDALVA CARVALHO VIERA	SDW0491038902441712101146	17/12/2016	V
06892906249	LORIVAL RIBEIRO LOPES	SDW0068929062492012100849	20/12/2016	V
67667376204	LUIS CABRAL DOS PASSOS	SDW0676673762042111110716	21/11/2017	B

e 2

11/02/2014 08:

## Anexo 3 - Listagem de Agricultores com DAP (2)

78705800234	LUIZA MARIA RIBEIRO BATISTA	SDW0787058002341512100607	15/12/2016	V
01474914284	LUZIANE QUEIROZ RODRIGUES	IN-PA0539000-00214-121213	12/12/2019	A
89245172287	MALCI PEREIRA BRANDÃO	IN-PA0401000-00222-201213	20/12/2019	A
88734625291	MANOEL CORREA SIQUEIRA	IN-PA0540000-00165-111213	11/12/2019	V
30499224272	MANOEL MARIA MARTINS RODRIGUES	SDW0304992242721712101213	17/12/2016	B
69062420249	MANOEL ROBERTO CORREA	SDW0690624202492111110943	21/11/2017	A
76787532253	MARCELINA SEPEDA VIANA	IN-PA0539000-00035-121213	12/12/2019	V
89723570220	MARCIO MARÇAL CORREA	SDW0897235702201712101102	17/12/2016	B
72158069287	MARCOS ANTONIO FURTADO DIAS	SDW0721580692872211111024	22/11/2017	V
00407803254	MARCOS FERREIRA BRANDÃO	SDW0004078032541712101258	17/12/2016	A
78007208291	MARIA AMELIA VALENTE ALVES	IN-PA0539000-00062-121213	12/12/2019	B
57609616249	MARIA DE NAZARE MARTINS BARBOSA	SDW0576096162492111110647	21/11/2017	V
78992915268	MARIA DINETE PEREIRA FURTADO	SDW0789929152681712100238	17/12/2016	V
35572124249	MARIA DO CARMO CARVALHO BARROS	SDW0355721242491712100203	17/12/2016	A
53640942272	MARIA JOSE RODRIGUES	IN-PA0539000-00032-121213	12/12/2019	A
70534349234	MARIA LUIZA MONTEIRO DIAS	IN-PA0541000-00108-191213	19/12/2019	V
58679820253	MARIA MAXIMA MEDEIROS LISBOA	SDW0586798202531512100444	15/12/2016	B
85354732204	MARIA PAULA LOBATO	SDW0853547322042211111126	22/11/2017	V
58169113253	MARIA RAINHA RODRIGUES MORAES	SDW0581691132531712100108	17/12/2016	A
90400526204	MARIA REGINA VAZ DIAS	IN-PA0541000-00075-191213	19/12/2019	A
00230182240	MARIA TACIELE CARDOSO SEPEDA	IN-PA0539000-00107-121213	12/12/2019	V
88472817253	MARINALDO FERREIRA BARRADAS	SDW0884728172531205110122	12/05/2017	B
73310069249	MIRIAM FERREIRA BARRADAS	SDW0733100692492111110829	21/11/2017	V
63780828200	MOISES CALDAS VALENTE	SDW0637808282001712100933	17/12/2016	V
77117875291	ORLANDO PEREIRA COSTA	SDW0771178752911712101158	17/12/2016	V
48824267220	OTACILIA ALVES DOS SANTOS	SDW0488242672201712100302	17/12/2016	B
88391248291	PAULO JORGE SOUSA LEAL	SDW0883912482912211111109	22/11/2017	V
77117972220	PEDRO MARÇAL CORREA	SDW0771179722201712101040	17/12/2016	B
48824488234	PEROLINA CARDOSO	SDW0488244882342111110725	21/11/2017	A
00041442288	RAIMUNDO ALENILDO CALDAS VIANA	IN-PA0541000-00056-191213	19/12/2019	V
57731080200	RAIMUNDO ALVES RIBEIRO	SDW0577310802001712100949	17/12/2016	V
95393056249	RAIMUNDO ULISSES ALVES DOS SANTOS	SDW0953930562491712100225	17/12/2016	B
81287283268	RITA DE CASSIA FURTADO BARROS	SDW0812872832682211111135	22/11/2017	V
35572612200	ROMUALDO RODRIGUES MARCOS	SDW0355726122001712100903	17/12/2016	A
45347573287	RONIVALDA JULIA SOUSA PINTO	IN-PA0539000-00020-141212	14/12/2018	A
76581837253	ROSALINA SEPEDA VIANA	IN-PA0539000-00221-121213	12/12/2019	A
65932730234	ROSILDA SEPEDA RODRIGUES	SDW0659327302342010090926	20/10/2015	V
88704181204	SANDOVAL GONÇALVES LISBOA	SDW0887041812042111110848	21/11/2017	B
57924880291	SANDRA DO SOCORRO MOREIRA LOPES	SDW0579248802911712100152	17/12/2016	V
59701862287	SIMONHIA MARIA BARRADAS MRTINS	SDW0597018622871512100555	15/12/2016	V
01275106218	TOME LOPES COSTA	SDW0012751062182111111025	21/11/2017	B

Impresso em: 11/02/2014 09:51:26

SMAP

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF